



## **Espaço Público Para Todos**

### **Intervir para revitalizar o Centro Histórico de Estremoz**

Débora Raquel Pires Surra

(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a Obtenção de Grau de Mestre em  
Arquitetura, Especialização em Urbanismo

(Documento Definitivo)

Orientação científica:

Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Júri:

Presidente: Professor Doutor António da Fonseca Ataíde Castel-Branco

Vogal: Professora Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereira Morgado

Vogal: Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura

Lisboa, FAUL, Outubro de 2017



## **RESUMO**

O presente trabalho aborda o tema da reabilitação dos Centros Históricos, nomeadamente o abandono, o envelhecimento da população, e a consequente descaracterização que os mesmos têm vindo a sofrer nas últimas décadas, preocupando-se em encontrar uma forma de intervenção que contribua para a reversão dessa situação.

Pretende-se analisar as diversas estratégias de intervenção com vista a adaptar aquela que mais se adequa a essa temática, colocando o espaço público como elemento chave da estratégia a propor com vista ao entendimento do seu possível contributo enquanto meio de atratividade e criação de dinâmicas nos Centros Históricos.

Procura-se assim o desenvolvimento de uma estratégia coerente e coesa para o Centro Histórico que vise a sua revitalização, de forma a desenvolver dinâmicas sociais e económicas, mas que preserve a identidade e valores que lhe estão associados.

O caso de estudo é o Centro Histórico de Estremoz, o qual foi selecionado tendo em conta as suas características históricas, culturais e socioeconómicas. Através da sua caracterização pretende-se identificar os principais problemas e descobrir as suas potencialidades, com vista a propor uma estratégia integrada que vise a sua revitalização.

São abordadas várias escalas de intervenção, desde a cidade ao espaço público, de modo a que o desenho urbano possa responder aos objetivos estratégicos delimitados.

## **PALAVRAS CHAVE:**

Património, Centro Histórico, Revitalizar, Espaço público, Estremoz

## **ABSTRACT**

This work is about historic centers rehabilitation, focusing its abandonment, ageing population and the consequent decharacterization that these spaces have been facing during the last decades. This thesis focus on such problems and propose a solution to revert that situation.

It is intended to analyze several operation strategies in order to choose and adapt the most appropriated one, always having the public space as primary factor to the operation strategy. This thesis will show how public spaces can be the attraction point and at the same time create important dynamics needed at historic centers.

Furthermore, this work develops a coherent and cohesive strategy to the historic center which aims to its revitalization, in order to develop social and economic dynamics but, at the same time, preserve its identity and own values.

The presented case study is the historic center located in Estremoz, which has been selected due to its historical, cultural and socioeconomic properties. With this study we will identify the main problems and present all the main potentialities found at this historic center, looking to propose a solid strategy to its revitalization.

This work will go through several operation levels, from the city itself to the public space, so that the urban design can satisfy the strategic objectives here defined.

## **KEYWORDS:**

Patrimony, Historic center, Revitalization, Public space, Estremoz

## **AGRADECIMENTOS**

Sendo o presente trabalho o culminar do meu percurso académico, gostaria de agradecer a todos os que de alguma forma contribuíram com o seu apoio e motivação.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura e Professor Doutor José Luís Mourato Crespo agradeço o apoio e disponibilidade que demonstraram ao longo da preparação deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos, agradeço o espírito de amizade e companheirismo com que marcaram este meu percurso. À Cláudia e à Andreia, por terem sido as melhores companheiras nestes 6 anos, partilhando as angústias e alegrias. Às minhas colegas de residência por todo o incentivo na realização deste trabalho. Ao meu namorado, pelo apoio na minha adaptação a uma nova cidade e uma nova realidade e pela motivação nos dias difíceis.

À minha família. Aos meus pais, agradeço por esta oportunidade, pelo seu apoio e sacrifício, e por serem dois pilares importantes na minha vida. À minha avó por toda a dedicação e perseverança que me demonstrou.

A todos, o meu mais profundo agradecimento.



## ÍNDICE GERAL

Resumo .....	III
<i>Abstract</i> .....	IV
Agradecimentos .....	V
Índice geral.....	VII
Índice de figuras.....	IX
Índice de quadros .....	XIII
<b>Capítulo 1 - Introdução</b> .....	2
1.1 - Enquadramento e justificação.....	2
1.2 - Delimitação da área de trabalho .....	3
1.3 - Objetivos e questões de trabalho .....	4
1.4 - Metodologia .....	5
1.5 - Estrutura do trabalho .....	6
<b>Capítulo 2 - O espaço público no contexto dos Centros Históricos</b> .....	9
2.1 – Espaço público: características, tipologias e requalificação .....	9
2.1.1 – Cidade e espaço público .....	9
2.1.2 – O declínio no espaço público.....	12
2.1.3 – As atividades e a qualificação do espaço público .....	13
2.1.4 – Tipologias de espaço público .....	15
2.1.5 – A requalificação do espaço público nos Centros Históricos: exemplos .....	18
2.2 - Centros Históricos: do conceito à salvaguarda .....	24
2.2.1 – O conceito .....	24
2.2.2 – Fatores de declínio .....	25
2.2.3 – A salvaguarda dos Centros Históricos.....	28
2.3 - Património: do conceito à preservação .....	30
2.3.1 – Evolução do conceito de património.....	31
2.3.2 – O património urbano.....	33
2.3.3 – Convenções com vista à preservação do património.....	34
<b>Capítulo 3 - Estratégias de intervenção para a revitalização de Centros Históricos</b> .....	38
3.1 - Conceitos e estratégias de intervenção.....	38

3.2 - Revitalização de Centros Históricos – projetos de referência .....	43
3.2.1 – Torres Vedras.....	43
3.2.2 – Lyon .....	48
<b>Capítulo 4 - Caso de estudo: o Centro Histórico de Estremoz.....</b>	<b>51</b>
4.1 - Enquadramento de Estremoz no Alentejo Central.....	51
4.2 – Caracterização e análise do Centro Histórico de Estremoz.....	53
4.3 - Planos e projetos para o Centro Histórico em Estremoz .....	76
4.4 - Análise SWOT.....	83
<b>Capítulo 5 - Proposta de intervenção urbana .....</b>	<b>85</b>
5.1 - Plano estratégico para revitalizar o Centro Histórico de Estremoz....	85
5.2 - Enquadramento da área de intervenção.....	93
5.2.1 – O Rossio Marquês de Pombal.....	94
5.2.2 – O Largo General Graça e Largo dos Dragões de Olivenza	
.....	97
5.3 - Projeto urbano.....	98
<b>Capítulo 6 - Considerações finais.....</b>	<b>105</b>
Bibliografia .....	109
Anexos.....	117

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Delimitação da área de estudo – Centro Histórico de Estremoz.....	3
Fig. 2 - Plano para Nova York 2007, com base nos 4 objetivos -chave de Gehl.	11
Fig. 3 - Ida à mercearia (Estremoz) - Atividade necessária.....	14
Fig. 4 - Frequentar esplanadas (Estremoz) - Atividade opcional.....	14
Fig. 5 – Interagir socialmente (Estremoz) - Atividade social. ....	14
Fig. 6 –15 800m <sup>2</sup> de espaço pedonal - Centro Histórico de Copenhaga 1962 ..	19
Fig. 7 - 66 150m <sup>2</sup> de espaço pedonal - Centro Histórico de Copenhaga 1988	19
Fig. 8 - 99 780m <sup>2</sup> de espaço pedonal - Centro Histórico de Copenhaga 2000.	19
Fig. 9 - Stroget (Copenhaga) - 1954.....	19
Fig. 10 - Stroget (Copenhaga) - 2008.....	19
Fig. 11 - % de deslocações ida e volta para o trabalho ou escola, Copenhaga 2008.....	20
Fig. 12 - Pessoas deslocam-se de bicicleta em Copenhaga .....	20
Fig. 13 - Ruas e praças abrangidas no Plano do Centro Histórico de Córdoba – Miguel Roca - 1980.....	21
Fig. 14 - Ruas e praças pedonais vistas como uma única entidade espacial – Miguel Roca – 1980 .....	21
Fig. 15 - Desenho de reflexos da catedral no pavimento, Praça de San Martin - Córdoba.....	22
Fig. 16 - Desenho dos assentos do parlamento desenhados na calçada- Córdoba.....	22
Fig. 17 - Rua pedonal Obispo Trejo - Córdoba .....	22
Fig. 18 - Rua pedonal 9 de Julho - Córdoba .....	22
Fig. 19 - Praça de San Martin - Córdoba .....	23
Fig. 20 - Praça de Itália - Córdoba .....	23
Fig. 21 - Dimensões de Intervenção da Revitalização Urbana.....	42
Fig. 22 - Centro Histórico de Torres Vedras .....	43
Fig. 23 - Melhoria de Arruamentos (Torres Vedras) – Dimensão Urbana .....	44
Fig. 24 - Novo Mercado Municipal (Torres Vedras) – Dimensão Económica.....	44
Fig. 25 - Espaço Pró Centro (Torres Vedras) – Dimensão Social .....	45

Fig. 26 – Festival internacional de artes no espaço público (Torres Vedras) – Dimensão Cultural .....	45
Fig. 27 - Delimitação do Centro Histórico de Torres Vedras .....	46
Fig. 28 - Vista aérea do Centro Histórico de Lyon .....	48
Fig. 29 - Praças e ruas do Centro Histórico de Lyon fechadas ao tráfego em 1990, as circunferências indicam os parquês subterrâneos.....	49
Fig. 30 - Parque de estacionamento subterrâneo da Place des Célestins em Lyon.....	49
Fig. 31 – Rue de la Republique, Lyon .....	50
Fig. 32 - Place de la Republique, Lyon .....	50
Fig. 33 - Enquadramento do Município de Estremoz, no Alentejo Central.....	51
Fig. 34 - Enquadramento de Estremoz no mapa de corredores estruturantes....	52
Fig. 35 - Paisagem marcada pela extração de mármore, Estremoz.....	52
Fig. 36 – Pedreira de Estremoz.....	52
Fig. 37 - Planta da cidade de Estremoz no séc. XIV .....	53
Fig. 38 - Planta da cidade de Estremoz no séc. XVI .....	54
Fig. 39 - Planta da cidade de Estremoz no séc. XVIII. ....	55
Fig. 40 - Fortificações da cidade de Estremoz, 2017 .....	56
Fig. 41 – Rua da Cega – vila velha - Estremoz.....	57
Fig. 42 - Planta de localização do património, Centro Histórico de Estremoz....	58
Fig. 43 - Castelo de Estremoz.....	59
Fig. 44 - Cerca medieval.....	59
Fig. 45 - Casa do Alcaide Mor.....	59
Fig. 46 – Capela D. Fradique de Portugal.....	59
Fig. 47 - Capela Rainha Santa Isabel .....	60
Fig. 48 - Igreja de S.Francisco .....	60
Fig. 49 - Claustro do Convento das Maltezas.....	60
Fig. 50 - Pelourinho,.....	60
Fig. 51 – Café Águias d’Ouro .....	61
Fig. 52 - Convento dos Congregados.....	61
Fig. 53 - Cruzeiro de S.Francisco .....	61
Fig. 54 - Cruzeiro do Convento das “Maltezas” .....	61

Fig. 55 - Igreja Matriz de "Santa Maria" .....	62
Fig. 56 – Palácio da Tocha .....	62
Fig. 57 - Pátio dos Solares.....	62
Fig. 58 - Teatro Bernardim Ribeiro .....	62
Fig. 59 - Planta de Localização das Zonas Especiais de Proteção.....	65
Fig. 60 - Freguesias urbanas de Estremoz, 2011 .....	65
Fig. 61 - Taxa de variação da população residente (2001-2011) .....	66
Fig. 62 - Índice de envelhecimento no concelho de Estremoz e freguesias urbanas, 2001-2011 .....	67
Fig. 63 - Composição das famílias residentes no concelho de Estremoz e nas suas freguesias urbanas (%) 2011 .....	67
Fig. 64 - Planta de localização das atividades económicas no Centro Histórico de Estremoz .....	68
Fig. 65 - Planta de localização de zonas habitacionais, cidade de Estremoz....	69
Fig. 66 – Planta de localização equipamentos, Centro Histórico de Estremoz... 70	
Fig. 67 - Planta de localização de espaços públicos, Centro Histórico de Estremoz.....	72
Fig. 68 - Praça principal com estacionamento, Rossio Marquês de Pombal .....	73
Fig. 69 - Mercado de produtos regionais, Rossio Marquês de Pombal.....	73
Fig. 70 - Pelourinho, Praça Luís de Camões .....	73
Fig. 71 - Dificuldades de mobilidade pedonal, Praça Luís de Camões .....	73
Fig. 72 - Obstáculos na via pública, Largo General Graça .....	74
Fig. 73 - Tráfego automóvel excessivo, Largo General Graça.....	74
Fig. 74 - Lago do Gadanha, Largo General Graça.....	74
Fig. 75 - Planta de análise da acessibilidade urbana, Centro Histórico de Estremoz.....	74
Fig. 76 - Inexistência de passeios, Rua Direita.....	75
Fig. 77 - Passeios de dimensão reduzida, Rua Serpa Pinto .....	75
Fig. 78 - Esplanadas na via pública, rua envolvente ao Largo General Graça- 75	
Fig. 79 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Estremoz.....	77
Fig. 80 - Planta de implantação da estratégia do PEDU para o Centro Histórico de Estremoz .....	79

Fig. 81 – Planta da proposta do Arq. Adalberto Dias para o Centro Histórico de Estremoz.....	81
Fig. 82 - Edifício comercial, antigo largo do mercado do peixe, Centro Histórico de Estremoz .....	82
Fig. 83 - Planta de suporte à dinamização socioeconómica para o Centro Histórico de Estremoz.....	86
Fig. 84 - Sistema de anéis de circulação viária aplicado ao Centro Histórico de Estremoz.....	88
Fig. 85 - Perfil-Tipo 1, variante a) .....	90
Fig. 86 - Perfil-Tipo 1, variante b) .....	90
Fig. 87 - Perfil-Tipo 2, variante a) .....	90
Fig. 88 - Perfil-Tipo 2, variante b) .....	90
Fig. 89 - Perfil-Tipo 3.....	91
Fig. 90 - Planta de localização dos perfis-tipo no Centro Histórico de Estremoz	92
Fig. 91 – Enquadramento do Rossio Marquês de Pombal e Largos adjacentes no Centro Histórico de Estremoz .....	93
Fig. 92 - Parque de estacionamento do Rossio Marquês de Pombal (sábado de manhã) .....	95
Fig. 93 - Parque de estacionamento do Rossio Marquês de Pombal (segunda-feira).....	95
Fig. 94 - Feira de velharias do mercado de sábado (condições meteorológicas adversas, Rossio Marquês de Pombal .....	95
Fig. 95 - Mercado de sábado (condições meteorológicas adversas), Rossio Marquês de Pombal .....	95
Fig. 96 - Estrutura temporária de venda de floricultura, Rossio Marquês de Pombal.....	96
Fig. 97 - – Estrutura permanente para venda de produtos de cortiça, Rossio Marquês de Pombal .....	96
Fig. 98 - Quiosque em frente à Igreja de S.Francisco, Rossio Marquês de Pombal .....	97
Fig. 99 – Espaço de estadia em frente ao Lago do Gadanha, Largo General Graça .....	97
Fig. 100 – Proposta de Intervenção Urbana .....	99

Fig. 101 - Perspetivas dos espaços de estadia e lazer propostos .....	100
Fig. 102 - Proposta de estrutura de apoio ao mercado de rua.....	101
Fig. 103 - Novas estruturas de comércio local.....	102
Fig. 104 - Espaço Público em frente à EPRAL.....	103
Fig. 105 - Perspetivas dos espaços junto ao Lago do Gadanha.....	104

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 - Tipologias de Espaço Público .....	15
---	----



# 1.INTRODUÇÃO

## 1.1- Enquadramento e Justificação

Os Centros Históricos constituem-se enquanto centro de memórias, os edifícios e espaços que os constituem refletem a cultura e a identidade dos povos que os habitaram ao longo dos anos, constituindo por isso lugares de grande importância para a sua população. Mas a importância dos Centros Históricos não está apenas ligada a um vínculo emocional que estes estabelecem com os seus povos, os Centros Históricos ganharam ao longo do tempo uma importância relacionada com a sua estrutura a qual foi sendo associada à essência da cidade, constituindo-se assim como património único a proteger.

A preocupação com a salvaguarda e preservação destes espaços foi ganhando importância nos anos 60, sendo redigidos vários documentos internacionais que defendiam a salvaguarda dos conjuntos históricos.

O declínio que os centros atravessam no presente encontra-se associado a um conjunto de fatores, sendo os mais relevantes o abandono das camadas jovens e conseqüente envelhecimento da população, a degradação do parque habitacional e os problemas relacionados com a mobilidade urbana. Tendo em conta a importância e necessidade de preservação destes tecidos urbanos, mostra-se crucial uma intervenção com vista à sua revitalização, de forma a torna-los novamente espaços atrativos e dinâmicos.

A revitalização dos Centros Históricos deverá englobar uma estratégia abrangente segundo políticas integradas visando a promoção do Centro Histórico nas suas diversas componentes.

O espaço público ganha especial relevo no âmbito do presente trabalho, pois o mesmo deverá ser utilizado como principal elemento a intervir.

Pretende-se, explorar o conceito de espaço público com vista a enfatizar a sua importância na cidade e a relação que o mesmo estabelece com ela, bem como as dinâmicas sociais e económicas que o mesmo impulsiona. Serão analisados alguns exemplos nos quais a requalificação dos espaços públicos é utilizada como meio de devolver o centro às pessoas através de espaços

acessíveis e convidativos à mobilidade pedonal, resultando em espaços geradores de atratividade e dinamismo.

No seguimento deste conjunto de temáticas será abordado o caso de estudo do Centro Histórico de Estremoz.

## 1.2 - Delimitação da área de estudo

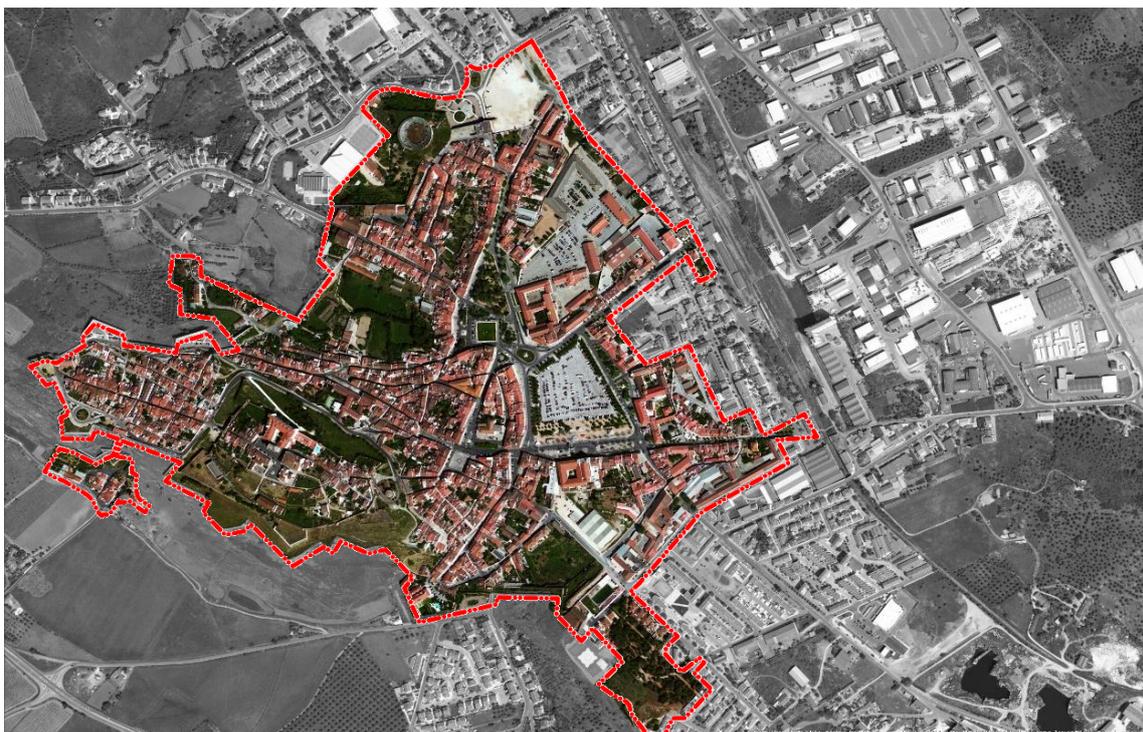


Fig. 1 Delimitação da área de estudo – Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2016)

0m 200m

A escolha do Centro Histórico de Estremoz como objeto de estudo deveu-se a um conjunto de fatores que abonam a favor de um Centro Histórico atrativo e dinâmico, sejam eles: o seu posicionamento privilegiado, a riqueza e grande concentração de património e a dimensão dos seus espaços públicos.

Os fatores anteriormente descritos poderiam significar que estaríamos na presença de um Centro Histórico atrativo a residentes e visitantes, no entanto o mesmo não acontece. Presenciou-se ao longo das últimas décadas um crescente abandono da população que viu nas zonas periféricas da cidade melhores condições de habitação, o que levou a um crescente envelhecimento da população residente, as fracas condições de mobilidade e acessibilidade nos espaços públicos não potenciam o comércio local e não

convidam à mobilidade pedonal transformando o automóvel como elemento prioritário, o comércio vai-se deslocando para a periferia através de hipermercados que atraem ainda mais os residentes para fora do Centro Histórico. Por partilhar das problemáticas de outros Centros Históricos de vilas e cidades, viu-se neste caso um bom exemplo a ser explorado com vista à conceção de um plano estratégico que vise revitalizar o Centro Histórico.

Pretende-se com o desenvolvimento deste caso de estudo o estabelecimento de uma estratégia que vise devolver a atratividade ao Centro Histórico de forma a que o mesmo se torne local de eleição para viver e visitar.

### **1.3 - Objetivos e questões de trabalho**

O presente trabalho tem como principal objetivo a construção de um plano estratégico que propõe a revitalização do Centro Histórico de Estremoz, através da aplicação de um processo que pressupõe um conjunto de objetivos de forma a intervir nas componentes urbana, económica, cultural e social.

O plano pretende a integração de uma estratégia coerente e integrada que terá como elemento principal a requalificação do espaço público e das suas condições de mobilidade e acessibilidade, com vista a tornar o centro um local mais atrativo, apelativo à instalação de novas atividades económicas, ao aumento do turismo, e atração de novos residentes.

Pretende-se a transposição dos pressupostos estabelecidos no plano estratégico sob a forma de uma proposta de projeto num espaço público estruturante e consideravelmente relevante do Centro Histórico de Estremoz, procurando criar uma solução assente no desenvolvimento de novas dinâmicas socioeconómicas, colmatando fragilidades e tornando o indivíduo como elemento prioritário em relação ao automóvel.

Procurar-se-á responder a algumas questões fundamentais ao longo do presente trabalho:

- Qual a importância da preservação e recuperação dos Centros Históricos?
- Como podemos intervir para recuperar e dinamizar os tecidos urbanos antigos?

- Será a requalificação do espaço público um instrumento na revitalização dos Centros Históricos?

#### **1.4 - Metodologia**

A metodologia utilizada no presente trabalho é desenvolvida a partir de um processo de análise e conhecimento de conceitos ligados à revitalização dos Centros Históricos, de modo a identificar princípios a aplicar no desenvolvimento de uma estratégia com vista a revitalizar o Centro Histórico.

Após a análise de conceitos, são avaliados projetos de referência que se constituem como casos de sucesso na revitalização de Centros Históricos, com a finalidade de filtrar diferentes estratégias de atuação e compreender a interação entre diferentes agentes com vista ao desenvolvimento de um plano estratégico.

O enquadramento teórico foi elaborado com base em referências bibliográficas e em fontes documentais, analisando os principais autores que trabalharam e desenvolvem os temas presentes no trabalho.

A análise do caso de estudo foi realizada a partir da recolha de dados diferentes fontes: dados do Instituto Nacional de Estatística, documentos facultados pela Câmara Municipal de Estremoz, planos em vigor para a área de estudo bem como legislação em vigor. Foi realizada uma observação *in situ* com vista a registar e vivenciar aspetos importantes para a realização da análise, nomeadamente as vivências nos espaços públicos e as condições de mobilidade e acessibilidade pedonal.

Com base nas informações recolhidas na análise é depois desenvolvido um plano estratégico com vista à revitalização urbana o qual servirá como base à proposta de projeto urbano que tem como elemento fundamental o espaço público. Para a definição dos objetivos estratégicos da proposta foi feito um reconhecimento local aprofundado através da observação da área de estudo, com várias visitas ao local para efetuar registos escritos e desenhados.

## 1.5 – Estrutura do Trabalho

O presente Projeto Final de Mestrado é composto por 6 capítulos, estando os mesmos dispostos da seguinte forma:

**Capítulo 1 – Introdução**, refere-se a uma abordagem conjunta do trabalho aludindo a sua estrutura e organização, os objetivos, a metodologia utilizada, e uma breve contextualização do caso de estudo.

**Capítulo 2 – Enquadramento Teórico**, desenvolvem-se os conceitos e matérias constituintes do trabalho, começando por explorar o conceito do espaço público exemplificando algumas intervenções relevantes no mesmo que contribuíram para a revitalização dos Centros Históricos, seguidamente é aprofundado o conceito de Centro Histórico numa visão de entendimento dos seus fatores de declínio, culminando com a importância que os mesmos foram ganhando ao longo dos anos até à sua distinção enquanto património urbano, por último, mas não menos relevante, pretende-se o entendimento do conceito de património enquanto bem a preservar e conservar.

**Capítulo 3 – Estratégias de Intervenção para a revitalização de Centros Históricos**, exploram-se os diferentes conceitos e estratégias de intervenção, nomeadamente a Renovação, Reabilitação, Requalificação e Revitalização com vista a encontrar a estratégia de intervenção mais adequada a aplicar aos Centros Históricos, analisando exemplos de referência nos quais o estabelecimento dos conceitos descritos culminou em intervenções bem sucedidas, como o Centro Histórico de Torres Novas e o Centro Histórico de Lyon.

**Capítulo 4 – Caso de Estudo: o Centro Histórico de Estremoz**, visa a caracterização da área de estudo, partindo de uma contextualização da cidade de Estremoz em relação ao Alentejo Central, sendo depois evidenciada a sua evolução histórica, a quantidade e qualidade do seu património, a análise demográfica, a caracterização dos diferentes usos do solo, e a identificação e caracterização dos espaços públicos existentes, bem como das condições de mobilidade e acessibilidade que os mesmos proporcionam. Para culminar é realizada uma síntese conclusiva com a elaboração de um diagnóstico estratégico através de uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Treats) identificando as potencialidades e fraquezas do Centro

Histórico de Estremoz como instrumento chave para o desenvolvimento do capítulo seguinte.

**Capítulo 5 – Proposta de Intervenção Urbana**, nesta etapa é proposta uma estratégia com vista a revitalizar o Centro Histórico nas suas componentes urbana, social, cultural e económica, sendo depois escolhida uma área de intervenção sobre a qual se pretende atuar com vista a requalificar o espaço público de forma a torná-lo mais acessível e mais atrativo, agindo enquanto elemento gerador de novas vivências.

**Capítulo 6 – Considerações finais**, desenvolve-se uma análise conclusiva sobre o presente trabalho, relativamente à concretização dos objetivos estabelecidos.



## **2. O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DOS CENTRO HISTÓRICOS**

### **2.1 – Espaço Público: Características, Tipologias e Requalificação**

O espaço público apresenta-se como tema principal do presente trabalho, para um melhor entendimento torna-se essencial perceber o contexto em que o mesmo se insere, nomeadamente a sua relação com a cidade. O conceito de espaço público engloba diversas tipologias, no entanto interessa-nos perceber aquelas em que ocorre o encontro e a circulação de pessoas, nomeadamente a rua e a praça. O entendimento do conceito de espaço público e das atividades que nele ocorrem torna-se essencial tendo em conta a intenção de intervir no mesmo.

#### **2.1.1 – Cidade e Espaço Público**

Borja e Muxi (2000a) associam a história da cidade à do seu espaço público, é nele que se estabelecem as diversas relações entre os seus habitantes. A cidade é entendida como um sistema de redes e um conjunto de elementos que permitem o encontro, que organizam a cidade e ao mesmo tempo lhe dão sentido, associando o espaço público como o "*espacio principal del urbanismo, de la cultura urbana y de la ciudadanía*" (Borja e Muxi, 2000b:8), a cidade é o espaço público, a qualidade da cidade é definida pela qualidade do seu espaço público, uma vez que este indica a qualidade de vida dos seus habitantes, o espaço público é considerado elemento fundamental da forma da cidade, e ordenador da malha urbana (Boja e Muxi, 2000a).

Jacobs (2000) associa também a cidade ao espaço público, identificando as ruas e as calçadas como sendo os principais órgãos vitais da cidade, pois é nelas que os indivíduos interagem entre si, defendendo que o contacto entre as pessoas é necessário e fundamental pois é ele que dá vida às ruas, apesar desse contacto ser aleatório faz a mudança na vida pública da cidade.

Gehl e Gemzoe (2002) referem que o espaço público sempre se assumiu na cidade enquanto espaço de encontro, de mercado e de deslocação pedonal. A cidade local de intercâmbio de bens e serviços coexistia em equilíbrio com os seus usos, as pessoas podiam facilmente deslocar-se a pé,

fazer compras, reunir-se, mas a chegada do séc. XX gerou mudanças na forma de utilizar a cidade, o comércio, a comunicação e os meios de transporte mudaram e tornaram-se incompatíveis.

Gehl (2010) distingue quatro tipos de cidade:

- A cidade tradicional, caracteriza-se por se manter enquanto lugar de reunião, de mercado e de deslocação automóvel e pedonal, coexistindo estes usos em menor ou maior equilíbrio.
- A cidade Invadida, cujo automóvel predomina e invade as funções do espaço urbano.
- A cidade abandonada, na qual o espaço público enquanto local de reunião e intercâmbio desaparece.
- A cidade reconquistada, na qual têm havido esforços com vista a encontrar um equilíbrio entre os seus diferentes usos.

Gehl (2010) refere quatro objectivos-chave das cidades nos inícios do séc. XXI: a vitalidade, a segurança, a sustentabilidade e a saúde.

A vitalidade da cidade seria alcançada através do convite à permanência nos espaços públicos de forma a que os mesmos se tornem mais dinâmicos; a segurança seria atingida com o conforto das pessoas nos espaços, um espaço que convide a caminhar e a permanecer nas ruas leva a um maior número de pessoas no mesmo, a presença de pessoas atrai pessoas transmitindo segurança; a cidade sustentável seria fortalecida se convidar à "mobilidade verde" por meio pedestre, de bicicleta, ou de transportes públicos, *"um bom espaço público e um bom sistema público de transportes são, simplesmente, dois lados da mesma moeda"* (Gehl, 2010:7); também a cidade saudável seria alcançada pelo potenciar de caminhadas e outros meios de transporte como a bicicleta, pois os problemas de saúde encontram-se associados ao sedentarismo. Os objectivos-chave para as cidades seriam,



Fig. 2 - Plano para Nova York 2007, com base nos 4 objetivos - chave de Gehl

Fonte: Gehl (2010:6)

segundo Gehl (2010) conseguidos através da melhoria dos espaços públicos da cidade, de forma a que estes convidem as pessoas ao seu usufruto (fig. 2).

*“As cidades devem pressionar os urbanistas e os arquitetos a reforçarem as áreas pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas,*

*seguras, sustentáveis e saudáveis. Igualmente urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social” (Gehl, 2010:6).*

### O conceito de Espaço Público

Segundo Borja e Muxi (2000b) o espaço público apresenta-se como o espaço da expressão coletiva e do intercâmbio entre pessoas, é considerado o símbolo da identidade coletiva, sendo um indicador de valor urbano; a dimensão cultural que o espaço público assume não se limita aos espaços não construídos, menosprezar o espaço público é deixar de lado as pessoas. O espaço público tem de ser considerado ordenador de urbanismo, devido à sua capacidade de criar lugares, não podendo ser visto como o espaço entre o construído e a rede viária, *“Há de ser un espácio de la continuidad y de la diferenciación, ordenador del barrio, articulador de la ciudad, estructurador de la región urbana”* (Borja e Muxi, 2000b:41).

O espaço público moderno é resultado da separação entre a propriedade privada e o espaço público que supõe a reserva de solo livre de construção. Por vezes os habitantes em interação com a dinâmica da cidade acabam por criar espaços públicos que juridicamente não o são, ou que não estavam previstos, provando que o que define a natureza do espaço público é o uso que se lhe é dado e não o seu estatuto jurídico (Borja e Muxi, 2000b).

Segundo Indovina (2002), o espaço público não é só a cidade, é a condição para a realização da vida urbana, é fator de identificação, conotando os lugares, é também espaço de socialização, de encontro, de manifestação social, cultural e política, o espaço público é elemento fundamental ao funcionamento da cidade e importante para a sua identidade e para a socialização dos seus habitantes.

Castro (2002) define espaço público através do princípio da acessibilidade, o espaço público caracteriza-se pelo livre acesso que possibilita às pessoas, é possível distinguir duas dimensões no conceito de espaço público, os espaços do visível regulados pelo "*direito de olhar*", e os espaços acessíveis que são regulados pelo "*direito de visita*". As formas de estar no espaço público dizem respeito às formas de acessibilidade. Joseph (1998) apud Castro (2002:55), defende que a acessibilidade nos espaços públicos está ligada à capacidade de oferecer deslocações e locais de estadia aos seus utilizadores.

O espaço público caracteriza-se assim como lugar social, político e urbanístico, na medida que é nele que as pessoas se encontram e socializam, é nele que as pessoas se concentraram durante anos para defender os seus valores tornando-o lugar de manifestações e encontros, é um espaço que não pode urbanisticamente ser considerado como o vazio entre os edifícios, mas sim o principal elemento ordenador da cidade, onde acontece a vida urbana.

### **2.1.2 - O Declínio no Espaço Público**

Castro (2002) refere a crise no espaço público no início do séc. XX, aludindo que a lógica de integração económico-funcional levou ao seu abandono, a forma urbana não era gerada a partir da estrutura destes espaços, mas sim de uma "ocupação funcionalista do solo", nos anos 60 os espaços públicos eram locais próprios à socialização, quer devido à sua monofuncionalidade, quer ao seu uso fragmentado e à sua forma rígida. A recuperação do espaço público foi conseguida através da sua transformação num elemento especializado, que inclui espaços segregados, perdendo duas das suas principais funções (Borja e Muxi, 2000a:49):

*"1 -Dar forma y sentido al conjunto de la ciudad, garantizar trayectos y elementos de continuidad y resaltar las diferencias entre edificios, manzanas y áreas urbanas.*

*2- Ordenar las relaciones entre edificios, equipamientos, monumentos, solares, vías, espacios de transición y espacios abiertos en cada área de la ciudad".*

Nos anos 80 esta maneira de pensar mudou-se pelo surgir da concorrência urbana e da necessidade de novos espaços de excelência para uma melhor qualidade de vida nas cidades, a noção de "nova cultura de cidade" é então associada ao espaço público contemporâneo. Apesar do retorno no final do séc.XX do espaço público enquanto elemento central do projeto urbano, descobre-se que o mesmo pode ser um importante instrumento de *"coesão social e material da cidade"* reconhecendo assim que *"a sua dimensão pública podia estar na crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece"* (Castro, 2002: 53).

Os espaços públicos são atualmente constituídos como espaços de socialização podendo por isso reforçar os laços sociais, mas estão quase sempre ligados ao recreio, ao lazer e ao consumo, perdendo a essência de outros tempos em que o espaço público era caracterizado como local social e político (Francisco, 2005).

Indovina (2002) defende que o papel do espaço público bem como a sua função, sofreram um acréscimo e esse papel deve fazer parte da cultura da cidade, o espaço público deve, nesta *"nova cultura de cidade"* *"garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto"* (Indovina 2002:123).

### **2.1.3 - As atividades e a qualificação do espaço público**

O espaço público pode ser quantificado enquanto lugar de vida urbana, a sua qualidade é definida segundo a sua capacidade de atração bem como a sua capacidade de gerar relações sociais, Gehl (2006) defende que o espaço público pode considerar-se bom quando nele ocorrem várias atividades.

O uso do espaço público pode, segundo Gehl (2006), ser feito a partir de 3 categorias de atividades: as atividades necessárias, as atividades opcionais e as atividades sociais.

As atividades necessárias, são as atividades obrigatórias do dia-a-dia, estas atividades são realizadas durante o ano e segundo as mais diversas condições, logo independentes do espaço exterior. São atividades necessárias deslocar-se para o trabalho, deslocar-se à mercearia (Fig. 3), levar os filhos à escola, etc.

As atividades opcionais são as que podemos escolher consoante a nossa vontade, as condições atmosféricas, e as condições do lugar assim o permitirem, dependendo, portanto, das condições físicas do exterior. São atividades opcionais frequentar uma esplanada (Fig. 4), ler um livro no jardim, etc.

Quando as condições exteriores são boas e os espaços públicos são de boa qualidade, as atividades exteriores opcionais aumentam significativamente, já as atividades necessárias apesar de não dependerem das condições exteriores, quando as mesmas são favoráveis, podem prolongar-se.



Fig. 3 - Ir à mercearia - Atividade necessária

Fonte: Autora (2016)



Fig. 4 - Frequentar esplanadas - Atividade opcional

Fonte: Autora (2016)



Fig. 5 - Interagir socialmente - Atividade social

Fonte: Autora (2016)

As atividades sociais como a interação social (Fig. 5) dependem da presença de outras pessoas nos espaços públicos, estas atividades podem também ser denominadas "resultantes", pois derivam na sua maioria de atividades necessárias ou opcionais, estas acontecem de maneira espontânea, o que quer dizer que as atividades sociais são indiferentemente reforçadas quando as condições dos espaços públicos são melhores. Quanto maior o

número de atividades exteriores, maior a frequência de interação entre as pessoas, maior a socialização (Gehl, 2006).

Serdoura e Silva (2006) referem a qualidade dos espaços públicos afirmando que a qualidade reduzida dos mesmos leva à realização de atividades apenas necessárias, enquanto que a melhor qualidade leva à maior realização de todo o tipo de atividades. A qualidade do espaço surge da imagem que se tem do local.

*“(...) para satisfazer melhor as pessoas que usam quotidianamente o espaço público, há que tentar relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de forma a analisar as mudanças culturais e da vida urbana que as pessoas promovem individualmente e em grupo, já que são essas mesmas mudanças que produzem novas necessidades e novos espaços” (Serdoura e Silva, 2006:3).*

#### 2.1.4 - Tipologias de Espaço Público

a. Espaços – traçado	Encontro	1. Largos, praças
	Circulação	2. Ruas, avenidas
b. Espaços – “paisagem”	Lazer – natureza	3. Jardins, parques
	Contemplanção	4. Miradouros, panoramas
c. Espaços – deslocação	Transporte	5. Estações, paragens, interfaces
	Canal	6. Vias-férreas, auto-estradas
	Estacionamento	7. Parking, silos
d. Espaços – memória	Saudade	8. Cemitérios
	Arqueologia	9. Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10. Espaços monumentais
e. Espaços comerciais	Semi-interiores	11. Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exteiores	12. Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por edifícios	13. Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14. Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Quadro 1 – Tipologias de Espaço Público

Fonte: Brandão (2008:9)

Brandão (2008) classifica as diferentes tipologias de espaço público, identificando as ruas e praças como integrantes da tipologia espaços-traçado, são estes espaços que nos interessa caracterizar, pois é neles que ocorre a circulação, o encontro e o convívio.

## **A Praça**

Caldeira (2007) destaca o papel da praça enquanto espaço coletivo, referindo a importância da mesma, que ao longo dos tempos foi abrigando os diversos acontecimentos da vida quotidiana, lugar de manifestações, mercados, procissões e inúmeras atividades ao ar livre, a praça apresenta-se enquanto local de encontro propício à interação social.

A praça é distinguida por Lamas (1993) enquanto elemento morfológico intencional uma vez que "*prossupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa*" (Lamas, 1993:100) o que a distingue de outros espaços que se formam de forma acidental, sendo por isso caracterizada como um "*lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de praticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas*" (Lamas 1993:1002), não podendo portanto ser comparada a outros espaços não intencionais que nasceram de forma da confluência de traçados e vazios urbanos e que com o tempo foram sendo apropriados.

Lamas (1993) defende que a definição de praça na cidade tradicional implica a sua relação com o vazio e os edifícios, são as fachadas que limitam a praça e a caracterizam de forma a organizar o cenário urbano, "*a praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante*" (Lamas, 1993:102) seria este um dos principais atributos que a distingue dos demais vazios da cidade.

Segundo Silva (2009) a praça pode ser definida pela sua forma e pelo seu uso. Enquanto a sua forma lhe associa diferentes características formais que podem potenciar ou minimizar a intensidade com que se experiencia este espaço, são os seus "usos" que condicionam a sua vitalidade a qual se encontra diretamente relacionada com a diversidade de atividades que nela ocorrem, quanto maior for esta diversidade mais dinâmica ela se torna.

## A Rua

A rua pode ser caracterizada pelos seus limites geométricos, sejam eles muros ou edifícios, mas a rua não se perde na sua função de circulação, ela é também local social de vida pública, local de encontro e de vivências, espaço fundamental de interação.

Para Jacobs (2000) a rua constitui-se enquanto órgão vital da cidade, a cidade só parecerá interessante se a sua rua também o for. A autora destaca a importância da dimensão das ruas, destacando a recreação informal a que convida uma calçada larga, o que não acontece se a calçada for estreita pois essa recreação fica mais difícil e a rua não convida à permanência, mas apenas à circulação. A largura dos passeios tem vindo a ser sacrificada a favor dos veículos, tal acontece porque as mesmas são hoje em dia associadas apenas ao trânsito de pedestres e ao acesso a edifícios, sendo desprezadas enquanto elementos importantes de interação e vida pública.

Mas o primeiro significado de rua foi associado à palavra "caminho", a sua função inicial foi a de permitir percursos, *"a rua constitui, desde sempre, o suporte privilegiado para o movimento dentro do espaço urbano"* (Carvalho, 2011:39), seja ele um movimento pedonal ou automóvel, a rua foi inicialmente pensada para o peão, com o surgimento do automóvel, esta foi-se tornando um espaço cada vez mais pensado e adaptado aos novos modos de transporte, a falta de espaço para os veículos fez com que os mesmos passassem a ocupar passeios e espaços dedicados ao peão, entrando assim em conflito com o mesmo. O espaço da rua é hoje um suporte aos vários tipos de circulação, no entanto tem aumentado a preocupação em encontrar um equilíbrio entre o espaço pedonal e o espaço viário. *"a rua dá lugar a uma otimização de espaços e fluxos, negando o seu lado multifuncional e tradicional de palco de acontecimentos. Esvaziada desse papel, sobre uma nova escala, uma realidade superurbana faz surgir uma nova imagem que forçosamente obriga a reajustes"* (Torres,2013:15), é nesse sentido que várias cidades europeias têm vindo a desenvolver novas políticas que procuram devolver a rua e o espaço público às pessoas, condicionando o tráfego automóvel em meio urbano,

As duas tipologias mencionadas merecem lugar de destaque no presente trabalho uma vez que são potenciadoras de atratividade e vida urbana devendo ser previstas enquanto lugares confortáveis de reunião da cidade. A rua e a praça tornam-se potenciais instrumentos atrativos da cidade convidando ao passeio e usufruto do espaço público.

### **2.1.5 - A Requalificação do Espaço Público nos Centros Históricos**

A crescente utilização do automóvel no espaço público apresenta-se como um problema associado também aos Centros Históricos das cidades, outrora centros atrativos e detentores de vida coletiva foram-se tornando aos poucos espaços pouco pensados para as pessoas e voltados mais para a circulação automóvel. A requalificação dos espaços públicos apresenta-se como uma solução desenvolvida por vários países e em algumas cidades de forma a melhorar a atratividade e a qualidade de vida nos Centros Históricos.

#### **Copenhaga**

A cidade de Copenhaga, apresenta-se como exemplo de cidade na qual as intervenções realizadas nos seus espaços públicos resultaram num aumento da sua utilização, esta cidade foi das primeiras da Europa (1960), a reduzir o tráfego e estacionamento automóvel no seu Centro Histórico. A cidade era à data de 1962 (Fig. 6) dedicada ao automóvel, as vias do Centro Histórico tinham apenas 15.800m<sup>2</sup> dedicados a zonas pedonais. As mudanças realizadas no espaço público do centro da cidade fizeram com que a mesma disponha agora de 99.780 m<sup>2</sup> (Fig. 8) destinadas ao peão convidando assim ao tráfego pedonal. As 18 praças presentes no centro da cidade desproveram-se de zonas de estacionamento, e mudaram os seus pavimentos, convidando a atividades de lazer.



Fig. 6 - 15 800m<sup>2</sup> de espaço pedonal - Centro Histórico de Copenhaga 1962

Fonte: Gehl, 2001:57

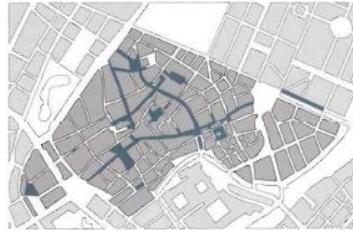


Fig. 7 - 66 150m<sup>2</sup> de espaço pedonal - Centro Histórico de Copenhaga 1988

Fonte: Gehl, 2001:57

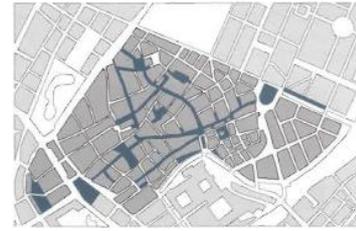


Fig. 8 - 99 780m<sup>2</sup> de espaço pedonal - Centro Histórico de Copenhaga 2000

Fonte: Gehl, 2001:57

Stroget, é a rua mais tradicional de Copenhaga, a mesma era à data de 1954 (fig. 9) uma rua dedicada quase exclusivamente ao tráfego automóvel, tendo posteriormente sofrido uma transformação que visou privilegiar o peão tornando esta rua totalmente pedonal (fig. 10), a intervenção mudou o espaço e permitiu ao peão usufruir dele, no primeiro ano após a mudança o número de pedestres subiu 35%, tal como esta rua outras da mesma cidade foram sendo melhoradas. *“Melhorar as condições para os pedestres e para a cidade leva essencialmente a novos padrões de uso e mais vitalidade do espaço urbano”* (Gehl, 2010:16).



Fig. 9 – Stroget (Copenhaga) - 1954

Fonte:<http://historicaltimes.tumblr.com/post/84440785741/str%C3%B8get-copenhagen-1954> a 02/03/2017



Fig. 10 - Stroget (Copenhaga) - 2008

Fonte:<http://avidcruiser.avidtravelmediai.netdnacdn.com/blog/wpcontent/uploads/2008/05/stroget.jpg> a 02/03/2017

A diminuição do número de estacionamentos bem como a limitação do uso do automóvel no centro da cidade de Copenhaga, foi acompanhado por um estímulo ao uso de ciclovias, tendo sido reestruturada a sua rede viária de forma a criar melhores condições à sua utilização. Na fig. 11 é evidente a quantidade de pessoas que utilizam as ciclovias da cidade, esse número tem vindo a aumentar de ano para ano, sendo que à data de 2008, 37% da

população residente utilizava a bicicleta para se deslocar para o trabalho ou para a escola (Gehl, 2010).

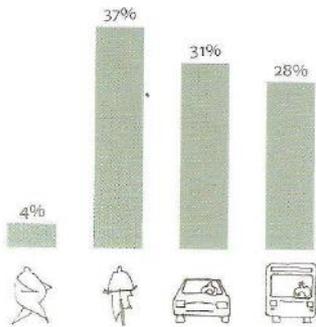


Fig. 11- % de deslocamentos ida e volta para o trabalho ou escola, Copenhaga 2008

Fonte: Gehl,2010:10



Fig. 12 - Pessoas deslocam-se de bicicleta em Copenhaga

Fonte: <http://jornalggn.com.br/noticia/cada-quilometro-de-carro-e-seis-vezes-mais-carro-do-que-de-bicicleta-diz-estudo> a 02/03/2017

## Córdoba

Córdoba é uma cidade localizada na Argentina atualmente com cerca de 1,5 milhões de habitantes, após a 2ª Guerra Mundial a cidade sofreu um grande crescimento que influenciou diretamente o seu Centro Histórico, caracterizado pelo seu elevado número de habitantes bem como pela concentração de comércio e serviços. O Centro Histórico apresentava-se como um local vivo e atrativo, no entanto o crescimento do tráfego automóvel começou a por em causa a preservação dos monumentos e invadiu os espaços pedonais.

Em 1979, Roca, assume o cargo de Secretário de Obras Públicas e numa tentativa de reverter a situação do Centro Histórico elabora um plano de recuperação do mesmo (fig. 13), a estratégia urbana implementada visa promover a vida social e a identidade da cidade, fortalecendo o Centro Histórico enquanto lugar de reunião e encontro promovendo a interação social.



Fig. 13 – Ruas e praças abrangidas no Plano do Centro Histórico de Córdoba – Miguel Roca - 1980

Fonte: Gehl,2010:72



Fig. 14 – Ruas e praças pedonais vistas como uma única entidade espacial – Miguel Roca – 1980

Fonte:[http://www.cafedelasciudades.com.ar/planes\\_104.htm](http://www.cafedelasciudades.com.ar/planes_104.htm) a 04/05/2017

O Plano partia da ideia de unificar os espaços públicos da cidade num projeto em que o desenho geral se encontra concebido de forma a assegurar uma ideia arquitetónica global da cidade (fig. 14). Apesar das ruas e praças não estarem fisicamente unidas entre si, são representadas enquanto sistema no qual os diferentes espaços públicos contribuem parcialmente para um desenho total, o projeto pretendia definir a história dos diferentes monumentos presentes no Centro Histórico projetando os contornos de todos os monumentos cívicos e religiosos nas zonas pedonais (fig. 15), desenhados em mármore branco sob granito os mesmos encontram-se presentes nos diversos espaços públicos do Centro Histórico, fachadas e pavimentos criando uma nova composição que se torna característica.



Fig. 15 - Desenho de reflexos da catedral no pavimento, Praça de San Martín - Córdoba

Fonte: Gehl,2010:75

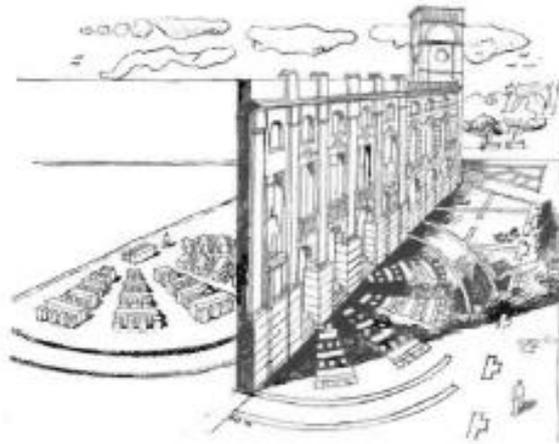


Fig. 16 - Desenho dos assentos do parlamento desenhados na calçada- Córdoba

Fonte: Gehl,2010:76

Ao nível da rua para além de um pavimento com linhas de tratamentos diversos é visível o trabalho realizado no desenho do mobiliário urbano que se assume principalmente junto às zonas comerciais, a diversidade dos diferentes elementos (bancos, árvores, iluminação...) incluídos, mudou por completo as características das ruas que se tornaram mais atrativas, as árvores apoiadas em estruturas metálicas para além de proporcionarem uma proteção solar atribuíram-lhes uma elegância notável (fig. 18).



Fig. 17- Rua pedonal Obispo Trejo - Córdoba

Fonte:<http://multivibe.com.br/home/tag/cordoba-argentina-roteiro-viagem/> a 04/05/207



Fig. 18 – Rua pedonal 9 de Julho - Córdoba

Fonte:<http://www.panoramio.com/photo/27844803> a 04/05/207

Tal como a rua também o elemento a Praça se assumiu como um relevante na política de espaço público de Roca que procedeu à reabilitação das mesmas por volta de 1980, a praça de San Martin (fig.19) é a principal praça da cidade, outrora desprovida de zonas de estadia e utilizada como estacionamento assume-se agora enquanto espaço público atrativo com largos passeios pedonais, espaços verdes e zonas de estadia; também importante se revela a Praça de Itália (fig. 20) inspirada na Praça Navona de Roma e nos rios Ro, Arno e Tiber apresenta-se como espaço verde, de passeio mas também de comércio recebendo constantes feiras ao ar livre (Gehl, 2010).



Fig. 19– Praça de San Martín - Córdoba

Fonte:[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2011.10.19.192703\\_Plaza\\_San\\_Mart%C3%ADn\\_C%C3%B3rdoba\\_Argentina.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2011.10.19.192703_Plaza_San_Mart%C3%ADn_C%C3%B3rdoba_Argentina.jpg) a 04/05/2017



Fig. 20 – Praça de Itália - Córdoba

Fonte:<http://www.cadena3.com/contenido/2013/09/08/118686.asp> a 04/05/2017

## **2.2 – Centros Históricos: do Conceito à Salvaguarda**

O Centro Histórico foi outrora local de concentração de atividades económicas e sociais, que aliadas à sua acessibilidade faziam dele uma área de eleição para se viver; ao longo dos anos, o mesmo entrou em declínio tendo perdido grande parte dos seus habitantes. Torna-se importante o entendimento dos fatores que levaram o Centro Histórico ao declínio em que hoje se encontra, para uma possível intervenção eficaz que vise recuperar a centralidade e vida que outrora o mesmo detinha.

A importância da salvaguarda dos centros antigos começou nos anos 60 tendo-se consolidado nos anos 70 com o Plano de Bolonha e a Recomendação de Nairobi, a discussão da importância da salvaguarda bem como da recuperação dos centros antigos torna-se fundamental face ao objetivo principal do trabalho a desenvolver.

### **2.2.1 – O Conceito**

O conceito de “centro” tem vindo a sofrer constantes alterações, conhecemos o centro da cidade como sendo o espaço mais central, mais acessível e onde ocorrem as mais importantes atividades económicas *“além do centro entendido como espaço de maior acessibilidade, mais elevado preço do solo e maior especialização e diversidade das atividades, um outro tipo de centro já tinha emergido há muito antes do centro único, na coincidência com o espaço que concentrava uma maior carga simbólica e melhor marcava uma história relativamente longa de uma cidade: era o “centro histórico”* (Fernandes, 2011: 13).

O Centro Histórico da cidade é normalmente visto como um centro de memórias, segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, os Centros Históricos correspondem a *“zonas centrais mais antigas dos aglomerados urbanos, cuja malha urbanística e pelo menos parte significativa das edificações, remontam às fases iniciais do seu processo de crescimento urbano, o que lhes confere um consensual estatuto de historicidade e como tal de património da história mais remota e da identidade dos respetivos aglomerados urbanos em que se inserem”*(Portal da Habitação, 2017) coincidem assim com o núcleo mais antigo da cidade, o seu “berço”, no qual durante muitos anos se foram edificando edifícios e monumentos que refletem

a cultura e a identidade dos povos que o habitaram, o centro guarda a identidade e o caráter das vivências de povos e culturas.

O Centro Histórico para além de se caracterizar como centro de identidade e de memórias é caracterizado também pela sua localização que assume uma posição estratégica relativamente à sua envolvente, tratando-se de um lugar central que corresponde ao centro funcional e tradicional das cidades.

Segundo Cavém (2007) quando nos referimos ao Centro Histórico da cidade, estamos a referir-nos principalmente à sua acessibilidade *“O centro da cidade pode ser definido pelo seu poder de atração sobre os habitantes e turistas como foco polarizador da vida económica e social”* (Cavém, 2007:16).

Salgueiro (1992), salienta a importância dos Centros Históricos enquanto locais de importante centralidade económica, é nos centros que se localizam os estabelecimentos comerciais mais importantes e todos os serviços de que a população residente necessita, mas é também um centro social na medida em que se caracteriza por ser local de encontro e convívio entre os seus habitantes. O Centro Histórico constitui assim uma área de eleição para se viver.

### **2.2.2 - Fatores de declínio**

Os Centros Históricos sofrem atualmente um processo de abandono, envelhecimento e degradação, *“O centro histórico, outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, meios urbanos de produção e de comércio, negócios e administração. Entretanto, a expansão física urbana rompe este quadro, ao deslocalizar os sectores produtivos, administrativos e residenciais, dando lugar à desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e à degradação da atividade económica e dos edifícios”* (Caetano, 1999: 13). A expansão urbana e a existência de novas centralidades começam assim a manifestar-se, e o Centro Histórico perde a centralidade que lhe era característica.

A perda da centralidade do Centro Histórico leva a problemas que se prendem com a deslocação da população para as periferias, Sebastião (2010) destaca esse mesmo abandono como causa para a deterioração do parque habitacional, bem como a perda de competitividade entre áreas comerciais que preferem assim as localizações mais periféricas. Os problemas anunciados

levam à inexistência de serviços, equipamentos, jardins e estacionamento nos Centros Históricos.

Segundo Queirós (2007) alguns dos principais problemas nos Centros Históricos prendem-se com:

- Abandono por parte dos jovens e conseqüente envelhecimento da população residente:

A expansão urbana e a perda de centralidade dos Centros Históricos levaram à fuga dos jovens para as periferias, à procura por habitações maiores, mais modernas e baratas leva a que a população jovem procure um local que melhor responda às suas necessidades.

O custo do solo é mais caro no Centro Histórico, o que não incentiva à permanência de jovens que procuram melhores condições, a população que vai ficando é sobretudo população idosa isolada e com falta de apoios sociais.

- Precariedade do Parque Habitacional:

O congelamento das rendas como medida do governo contribuiu para a constante degradação das habitações uma vez que as baixas rendas pagas pelos inquilinos não permitem aos proprietários intervir para a sua recuperação. A população que reside nestas casas é população idosa que não tem meios para financiar a reabilitação das mesmas, o que leva a que muitas destas casas cheguem ao estado de ruína. Muitos dos proprietários aproveitam essa mesma situação aguardando o desmoronamento das mesmas para poderem assim vender o terreno.

- Tráfego automóvel e acessibilidade deficiente:

Zarinato (2008) defende que um dos maiores problemas do Centro Histórico é a priorização do automóvel, que tem vindo a ocupar as ruas, que por si só já se apresentam estreitas, íngremes e com passeios quase inexistentes condicionando a circulação dos peões. *“As políticas de desenvolvimento urbano passaram a planejar os deslocamentos no tempo e no espaço em torno dos automóveis e a dificultar mais e mais a caminhada. As redes viárias foram planejadas para o transporte privado,*

*marginalizando outros meios de transporte, sobretudo o andar a pé"* (Zarinato, 2008:5), as cidades foram assim sendo adaptadas ao automóvel o que levou a um excesso de veículos no Centro Histórico, que não se encontra devidamente preparado, uma vez que não proporciona grande número de espaços reservados ao estacionamento de veículos o que leva a que os estacionamentos sejam feitos em cima de passeios, desrespeitando o espaço do peão.

- Falta de equipamentos que respondam às necessidades dos residentes:

Com a perda de centralidade, o Centro Histórico passa a ter problemas relativamente à quantidade de equipamentos que possui. Com a mudança dos residentes mais jovens para as periferias, alguns equipamentos como escolas e creches encontram aí um local mais propício à sua fixação, este fator leva a que a periferia se torne cada vez mais atrativa aos jovens que preferem deixar os filhos num local próximo de casa.

- Localização de novos hipermercados em detrimento do mercado tradicional:

O Centro Histórico era o local por excelência onde as trocas comerciais ocorriam, o mercado tradicional era utilizado pelos residentes para satisfazer as suas necessidades. Com a expansão da cidade para as periferias, o Centro Histórico perdeu o seu potencial comercial, uma vez que quem vive nas periferias prefere deslocar-se aos hipermercados que se encontram aí localizados. A inexistência de comércio nos Centros Históricos leva a perda de atração de população, uma vez que o comércio é um importante fator atrativo para a habitabilidade (Queirós, 2007).

Os fatores acima descritos contribuíram durante anos para o abandono dos Centros Históricos, *"Torna-se, porém necessário por um fim ao crescimento incontrolável das periferias urbanas e ao ciclo económico que o fomenta e reconhecer que as intervenções nos centros históricos podem ser a solução para uma forma alternativa de desenvolvimento urbano"* (Cavém, 2007:17), enfrenta-se então a necessidade de salvaguarda dos Centros Históricos bem

como a recuperação da sua atratividade que se tem vindo a perder devido aos fatores de declínio anteriormente referidos.

### **2.2.3 – A Salvaguarda dos Centros Históricos**

A importância que os Centros Históricos foram ganhando ao longo dos anos, deu lugar à crescente preocupação com a sua salvaguarda.

Cavém (2007) ressalta a importância dos anos 60 como sendo a época que assinalou o impulso das políticas de salvaguarda dos Centros Históricos, em 1962 surge a partir da Unesco a Recomendação sobre a Salvaguarda das Paisagens e dos Sítios, referindo a mesma a importância de que fossem tomadas medidas para a salvaguarda de sítios urbanos; mais tarde com a Carta de Veneza 1964 foi consagrada a ideia de salvaguarda de conjuntos históricos.

Mas foram os anos 70 os responsáveis pela consolidação desta ideia de salvaguarda, através do Plano de Bolonha e da Recomendação de Nairobi; o Plano de Bolonha surgiu em 1969 e foi desenvolvido por políticos do Partido Comunista Italiano, tratou-se de um projeto pioneiro na implementação de perspectivas de conservação integrada, *“A conservação integrada responsabiliza o poder local e apela à participação dos cidadãos”* (Cavém, 2007: 24), evidenciando assim a importância da participação dos habitantes nas operações de salvaguarda.

Em 1976 surge por parte da UNESCO a Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea, a mesma defende que *“a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetónico do património cultural e mundial”* (ICOMOS, 1987:4) destacando a importância das atividades de revitalização acompanharem as de proteção e restauração, dando assim importância às funções já existentes e à criação de novas que sendo viáveis possam ser compatíveis com o contexto em que se inserem.

Os Centros Históricos foram ao longo do tempo passando a ser vistos como património *“a evolução do pensamento foi em todo o caso no sentido de reconhecer que os centros históricos das cidades necessitam de ser integrados*

na vida contemporânea, e que a intervenção nas áreas antigas pode e deve beneficiar a cidade no seu conjunto" (Cavém 2007: 25).

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1986) realça que a salvaguarda das cidades e bairros históricos só é eficaz fazendo parte de uma *"política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis"* (ICOMOS, 1986:2) e que à melhoria das condições de habitação deve ser um dos principais objetivos, sendo que a salvaguarda deve respeitar os habitantes, os quais deverão ter uma participação ativa e indispensável, sem a qual o sucesso da operação não é possível.

Salgueiro (1992) defende a revitalização dos Centros Históricos, referindo que os mesmos devem ser mantidos e revitalizados devido aos valores culturais que lhe estão associados *"Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vetor indispensável face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea"* (Salgueiro, 1992 :392).

Sebastião (2010) realça que a necessária revitalização dos Centros Históricos só é possível contendo a fuga de população para as periferias, retendo e atraindo novos residentes através da diversificação das atividades económicas e incentivo à fixação de novas atividades. A valorização e qualificação do espaço público é também um fator importante à atratividade do centro cujo património deve ser preservado.

Do decorrer das condições de decadência a que os centros chegaram encara-se a necessidade de implementar um conjunto de ações que visem a revitalização dos centros, recuperando assim a sua atratividade. Várias intervenções têm vindo a ser feitas no sentido de recuperar estes centros, mas a maior parte, assume segundo Sebastião (2010), um carácter demasiado pontual passando pela melhoria de condições de mobilidade nos espaços públicos e aumento de espaços comerciais favoráveis ao turismo, o que em demasia pode ter o efeito contrário e levar ao agravamento do despovoamento já existente. As intervenções a realizar devem assim apelar à conservação dos Centros Históricos mantendo *"as características tradicionais"*

*das construções, preservando os seus traços histórico-arquitectónicos; respeitar as relações formais e funcionais entre os edifícios e, entre estes e os espaços públicos envolventes, mantendo a estrutura fundiária (forma e dimensão dos lotes) e a morfologia urbana; promover o desenvolvimento de comércio e serviços através da introdução de novas atividades, compatibilizando-as com as características físicas e funcionais da envolvente; promover a captação de residentes; e a salvaguarda e valorização do património.”* (Sebastião, 2010:37), devem ser feitos esforços no âmbito de atrair visitantes e consumidores de forma a dinamizar atividades de comércio e lazer, com vista à criação de um ambiente que leve à vivência desses espaços.

Sebastião (2010) defende que a atitude a tomar perante a revitalização do Centro Histórico terá de ser pró-ativa, englobando um conjunto de estratégias que apostem no Centro Histórico enquanto “lugar único”, as mesmas não devem assumir um carácter pontual e superficial, mas sim serem estratégias abrangentes que visem medidas de carácter operativo. As políticas de intervenção a adotar deverão ser políticas integradas e coerentes visando promover o Centro Histórico, tendo em conta todas as “*componentes dos Centros Históricos de modo articulado, incluindo medidas operacionais incidentes nas suas componentes específicas, mas que tenha por trás uma estratégia conjunta que vise a prossecução de objetivos comuns*” (Sebastião, 2010:40).

### **2.3 – Património: do Conceito à Salvaguarda**

No presente capítulo pretende-se compreender o conceito de património e a sua evolução ao longo do tempo, desde o entendimento do património associado apenas ao edifício individual até ao aparecimento do conceito de património urbano que permitiu um olhar diferente sobre a cidade, já não é só o edifício considerado património que é importante, mas também a envolvente em que o mesmo se encontra inserido. Esta nova maneira de encarar o património permite que seja dada uma grande importância não só à conservação e preservação dos edifícios singulares, mas também dos centros urbanos antigos que são possuidores de uma história e são por si só um património muito rico deixado pelas gerações passadas.

### 2.3.1- Evolução do Conceito de Património

O conceito de monumento histórico remonta ao período da Renascença, no séc. XVI os humanistas italianos focavam o seu interesse nos vestígios da Antiguidade Romana, defendendo que o valor histórico se sobrepõe ao valor estético.

A ideia de antiguidade surge destinada a um público privado e limitado, as "antiguidades" eram apenas acessíveis às famílias mais abastadas e aos grandes senhores, no entanto com o passar do tempo o conteúdo e a noção de antiguidade foi-se enriquecendo e alargando a outros públicos. Os humanistas identificam na antiguidade, os valores histórico e artístico, já os antiquários na sua maioria mostram particular interesse pelo valor histórico das antiguidades negligenciando o artístico (Choay, 2011).

Choay (2010) distingue "monumento" de "monumento histórico". A palavra monumento deriva da palavra "monere", que significa recordar, referindo-se à memória, poderá chamar-se monumento a "*qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimento, sacrifícios, rituais ou crenças*" (Choay, 2010:16). O monumento está ligado à memória, fazendo recordar o passado, sendo que esse passado é importante uma vez que contribui para preservar a identidade de uma comunidade, a existência do monumento e da sua capacidade de memória leva a que o mesmo possa assegurar com o passar do tempo as origens e os princípios dos povos. O monumento histórico contrariamente ao monumento, não se destina a ser recordado, mas é sim escolhido pelo seu valor estético ou histórico, estando ligado à história e à arte.

Na distinção entre monumento e monumento histórico Françoise Choay (2010) apoia-se nas concepções de Regl, segundo o qual, o monumento era criado deliberadamente para um determinado destino, o de reviver no presente, o passado, enquanto que o monumento histórico não é fruto da criação deliberada, é construído dos olhares de historiadores que o consideram importante face aos demais, relacionando-se de forma diferente com a memória viva, podendo assumir-se como obra de arte ou objeto de saber, apelando aos sentidos, fazendo parte do nosso presente sem nada ter a ver com a memória.

Desde o séc. XX o monumento histórico constitui apenas uma herança, já não é significado de património edificado, pois encontra-se associado a outros tipos de bens.

O conceito “património” vai aos poucos substituindo o conceito de “monumento histórico”. Em 1959, Malrux define o termo “património cultural”, associando a cultura ao lazer e ao consumo, sendo que a noção de cultura como obra viva e bem comum vai sendo apagada. Segundo Almeida (1993) o património cultural garante a identidade dos povos, cada comunidade tem os seus monumentos, os quais são símbolo da sua identidade, as comunidades necessitam do seu património cultural que funciona como memória dos seus sítios e valores.

“antiguidade” —————> “monumento histórico” —————> “património”

Funari e Pelegrini (2006) definem o conceito de património afirmando que o mesmo deriva da ideia dos bens materiais que transmitimos em herança e que constituem o património de um indivíduo, mas também dos bens não materiais como os ensinamentos e lições de vida que fazem parte do património espiritual de cada um. Existe um património individual que depende de nós mesmos e daquilo que é do nosso interesse, mas existe também um património coletivo que é determinado por outras pessoas. Para entendermos o património coletivo é preciso entender a vida coletiva, onde os interesses sociais de cada um são diferentes e mudam com o tempo.

A palavra património de origem latina surge ligada aos interesses aristocráticos dos romanos, o património referia-se a tudo o que podia ser herdado em testamento “*era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens de elite patriarcal romana*” (Funari e Pelegrini, 2006:11), as pessoas comuns não tinham um património, esse era da exclusividade das elites romanas, não existia o conceito de património público.

Com a expansão do Cristianismo, a partir da Idade Média, o património passou a ter também um carácter religioso, o culto aos santos permitiu às pessoas comuns o acesso a um património próprio, o que não foi do agrado das

elites que reagiram construindo catedrais, considerado património coletivo, mas aristocrático.

Após a Revolução Francesa (1789) surge a criação da República e a necessidade de “criar” cidadãos que compartilhem uma língua, uma cultura, uma origem e um território, para tal foram utilizadas políticas educacionais, que difundiam entre os jovens desde cedo a ideia da pertença a uma nação que tem as suas bases no seu património nacional. O património rompe assim com as suas bases aristocráticas e privadas, pertencendo a um povo que partilha entre si as suas origens (Funari e Pelegrini, 2006).

### **2.3.2 Património Urbano**

A cidade no séc. XIX não era vista para muitos como um património autónomo, para Haussman os bairros antigos eram meros obstáculos à contemplação dos monumentos, o verdadeiro monumento era o edifício individual, a cidade não revelava qualquer importância ao nível patrimonial.

A transformação do espaço urbano após a revolução industrial, levou a que a cidade antiga se transformasse em objeto de investigação, a noção de património urbano histórico formou-se segundo Choay (2010) através de uma lógica e historicidade dividindo-se nas figuras memorial, histórica e historial.

#### Figura memorial

A figura memorial surge com Ruskin (1861), que se opunha às intervenções que alteram a estrutura das cidades antigas “*para ele, esta textura é a essência da cidade, sendo um objeto patrimonial inatingível, a proteger incondicionalmente*” (Choay, 2010:159). Ruskin descobre a cidade como representante do papel memorial do monumento, possuindo o poder de fixar os seus habitantes, a sua atitude foi sempre de defesa da não intervenção nas cidades, afirmando que estas devem ser habitadas tal como o eram no passado pois assim garantem a identidade das civilizações.

#### Figura histórica

Papel Propedêutico - A figura histórica encontra a sua expressão primeiramente com Sitte (1889), o qual assume a cidade antiga pré-industrial como pertencente ao passado e assume positivamente o processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea.

Papel Museológico – Na figura museológica a cidade é vista enquanto objeto raro e precioso, que perde a sua historicidade ao tornar-se histórica, passando a ser comparada com um objeto de arte num museu.

#### Figura historial

A figura historial apresenta-se como uma síntese entre a figura memorial e a figura histórica. Esta figura aparece na obra de Giovannoni, que concede às cidades antigas um valor museológico e um valor de utilização pois integra-as numa conceção de organização do território. O património urbano adquire o seu sentido enquanto "*elemento e parte integrante de uma doutrina de urbanização*" (Choay, 2010:169).

A doutrina de conservação e restauro do património urbano criada por Giovannoni defende que "*qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que simboliza a sua relação com a vida presente*" (Choay, 2010:172), logo o conceito de "monumento histórico" não pode ser retirado do contexto em que se insere, pois, o seu enquadramento estabelece com ele uma relação que é essencial, Giovannoni realça ainda que os conjuntos urbanos antigos exigem procedimentos com vista à sua conservação e preservação à semelhança dos praticados por Boito(1888) para os monumentos.

No séc. XIX, os monumentos são já designados de "monumentos nacionais", segundo Almeida (1993) essa tendência de nacionalização do património acentuou-se na transição para o séc. XX. O património vai ganhando cada vez mais importância e deixando de estar ligado apenas ao edifício individual, mas compreende também os conjuntos edificados e os tecidos urbanos.

A importância da Salvaguarda do Património levou a reuniões nacionais e internacionais com vista a discutir o tema.

### **2.3.3 - Convenções com vista à preservação do Património**

Em 1931 é elaborada, durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, a Carta de Atenas constituindo o primeiro ato internacional exclusivamente dedicado ao património com o objetivo de criar medidas à preservação dos monumentos históricos. A carta defende a preservação do bem isolado e tem por isso carácter restritivo uma vez que trata

o monumento isolado em prejuízo do conjunto urbano, negando assim a manutenção dos Centros Históricos e conjuntos urbanos e visando apenas a preservação dos edifícios isolados.

Em 1964 surge em Veneza, a Convenção sobre a Preservação dos Monumentos e Sítios que iria culminar na elaboração da Carta de Veneza.

A Carta de Veneza ressalta a tomada de consciência dos povos que consideram os monumentos antigos património comum, defende os princípios básicos da preservação e restauro dos antigos edifícios, defendendo que estes devem ser da responsabilidade de cada país. Define ainda a noção de monumento histórico englobando *“a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ao urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico”* (ICOMOS, 1964:1).

Segundo Costa (2012) a Carta de Veneza cria uma divisão entre a noção monumento e conjunto do património, segundo esta os conjuntos urbanos históricos podem adaptar-se às necessidades modernas, onde a revitalização do monumento permite a sua refuncionalização, apresenta por isso uma versão mais ampla de monumento pois define o termo como extensível *“não somente às grandes criações, mas igualmente, às obras modestas que adquirem, com o tempo, um significado cultural”* (Costa, 2012: 16). A carta de Veneza difere da carta de Atenas uma vez que *“compreende a criação arquitetónica isolada, mas também o sítio, urbano ou rural, que representa uma testemunha de uma civilização particular de uma trajetória significativa, ou de um acontecimento histórico”* (Costa, 2012: 14), defendendo assim a valorização e preservação dos Centros Históricos, os quais a Carta de Atenas não tinha em consideração.

Em 1972 ocorre em Paris a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO que visa defender a proteção do património cultural e natural por parte da coletividade internacional, adotando novas disposições que estabeleçam um sistema eficaz de modo permanente que vise a proteção coletiva desse património. É para tal efeito, criado um Comité de Património Mundial, ao qual cada Estado deve submeter um inventário de bens de património cultural e natural, presentes no seu território, que poderão vir a integrar a lista de bens de património cultural e natural, como tendo um valor universal excepcional. A integração na lista será avaliada pelo Comité de acordo com os critérios por si estabelecidos. Os monumentos,

conjuntos e sítios integrantes da Lista de Património Mundial ganham a denominação de Património da Humanidade.

1975 é considerado o Ano Europeu do Património Arquitetónico, a Europa tenta coordenar esforços com vista a sensibilizar à proteção dos monumentos, conjuntos e sítios. A Carta Europeia do Património Arquitetónico é adotada em Outubro de 1975, em Amesterdão, pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, o seu objetivo visa uma união mais coesa entre os seus membros com vista à salvaguarda e promoção do seu património, através da promoção de uma política comum a todos os estados membros apoiada por princípios de conservação integrada.

Os princípios adotados pela Carta Europeia do Património Arquitetónico passam por integrar os conjuntos como obras de arte a conservar, mesmo na inexistência de edifícios excecionais, admitindo que os conjuntos históricos ajudam na integração das populações.

A conservação integrada visa a conjugação de técnicas de restauro em conjugação com a procura das funções adequadas, e deve assim ser parte integrante da planificação urbana e regional, a mesma deverá *“ter em maior consideração o quadro existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, bem como os materiais tradicionais”* (Conselho da Europa, 1975:4)

A UNESCO reúne em Nairóbi em Novembro de 1976, dessa reunião nasce a recomendação de Nairóbi, a qual visa a salvaguarda dos conjuntos históricos, considerando-os património universal de valor insubstituível. O documento defende os conjuntos históricos como constituintes da presença do passado, caracterizando-os como sendo *“testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade”* (UNESCO, 1976:1) e por isso a sua salvaguarda e integração devem constituir metas do planeamento territorial.

Com vista a implementar os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído surge a Carta de Cracóvia em 2000, defendendo que os instrumentos e métodos utilizados com vista à preservação do património devem estar adaptados a situações concretas, as quais estão sujeitas a um processo de mudança. Os objetivos pelos quais esta carta se rege são coincidentes com os da Carta de Veneza.

A Carta de Cracóvia cujo principal objetivo é a conservação do património, defende que *“A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação”* (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000:2), essa mesma conservação deverá ser executada de acordo com um projeto de restauro, o qual se encontra inserido numa estratégia para a conservação a longo prazo.

A Carta de Bruxelas viria a surgir em 2009 sobre o Papel do Património Cultural na Economia e para a Criação de uma Rede Europeia para o seu Reconhecimento e Divulgação. A Carta defende que as atividades que se destinam à conservação, restauração e gestão dos bens integrantes do Património Cultural, constituem elementos capazes de dinamizar a economia dos países, já que o Património Cultural se constitui como um recurso valioso e insubstituível, capaz de revitalizar cidades e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

### **3. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS**

Símbolos de identidade e memória, os Centros Históricos constituem-se como já vimos anteriormente, um património de valor insubstituível, no entanto o declínio que os mesmos têm vindo a sofrer ao longo dos anos põe em causa a sua preservação; a crescente preocupação com a sua salvaguarda leva à procura de soluções eficazes numa tentativa de regredir o seu processo de degradação, sendo um dos pontos essenciais do presente trabalho a recuperação dos Centros Históricos, torna-se necessária a procura de estratégias que visem esse propósito. O presente capítulo visa o estudo de algumas estratégias de intervenção com vista a encontrar a melhor solução para a recuperação dos Centros Históricos.

#### **3.1 – Conceitos e Estratégias de intervenção**

##### Renovação Urbana

O conceito de renovação urbana relaciona-se com a ideia de demolição de edificado com a finalidade de substituição por nova construção de características diferentes relacionada com as novas atividades económicas. Os efeitos sociais provocados por esta política de intervenção no princípio do séc. XX em algumas cidades implicou *“a reocupação das zonas centrais pelas atividades económicas de ponta”* bem como *“a expulsão de parte da função residencial dos centros das cidades com a progressiva periferização das classes médias, ou ainda das atividades económicas de fraca capacidade económica para competir no mercado imobiliário com as empresas de elevado estatuto económico e grande prestígio que buscavam no centro uma localização estratégica”* (Moura et al, 2005:6).

Segundo Tavares (2008) a renovação urbana atinge grandes intervenções de integral transformação, implicando as mudanças na estrutura que atingem 3 dimensões básicas:

- Uma dimensão morfológica que está relacionada com o aspeto físico e a forma da cidade, das suas redes viárias e dos seus edifícios.

- Uma dimensão funcional que incide sobre a base económica e as suas respetivas funções, substituindo algumas atividades económicas por outras de maiores dimensões ou fazendo-as desaparecer como é o caso do pequeno comércio tradicional.

- Uma dimensão social que se relaciona com a esfera sociológica e implica a substituição dos residentes e visitantes por outros de diferentes condições económicas e que preferem viver no centro.

A política de renovação urbana visava nos inícios do séc. XX a substituição apoiando a renovação de atividades da cidade, na atualidade a renovação urbana procura a recuperação do território preservando a imagem e a identidade da cidade antiga.

### Reabilitação Urbana

A reabilitação urbana apresenta-se como uma forma de intervenção urbana, o Decreto Regulamentar que estabelece os conceitos técnicos a utilizar nos Instrumentos de Gestão Territorial (n.º 9/2009, de 29 de Maio), define reabilitação urbana como sendo (...) *uma forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, conservação e demolição de edifícios*<sup>1</sup>. O conceito de reabilitação urbana não se restringe assim à reabilitação do edificado, apresentando-se como englobante de um conjunto de intervenções (reconversão, requalificação, revitalização).

A operação de reabilitação urbana não procura destruir o tecido urbano, mas sim habilitá-lo, adaptando-o a novas funcionalidades através de intervenções complementares no edificado e na paisagem urbana, o tecido urbano é assim analisado com vista a ser readequado às novas funções pretendidas visando a sua adaptação. A reabilitação urbana visa assim através de um conjunto de intervenções a *“reanimação de um aglomerado urbano*

---

<sup>1</sup> Dec. Regulamentar. n.º 9/2009, de 29 de Maio publicado em Diário da República, n.º 104, 1ª série

*cuja vitalidade original se pretende recuperar e adaptar a novas exigências da vida social e económica" (Tavares, 2008: 16).*

#### Requalificação urbana

A requalificação urbana é um *"processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re)criar a qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nestes processos"* (Castro e Ferreira, 1999: 208).

Segundo Moreira (2007) não se pode dizer que existe um conceito de requalificação urbana aceite por unanimidade, os diversos autores ligam este conceito à recuperação económica, à melhoria das condições de espaço público e do edificado, ao enriquecimento da população das áreas de estudo em causa, refletindo-se por isso na imagem da cidade. É um conceito em constante evolução acompanhando os novos problemas do tecido urbano, na sua generalidade integra o processo que leva a cidade a corresponder às expectativas da sua população visando que a mesma possa utilizar o espaço urbano da forma mais agradável possível.

A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de vida das populações, *"(...) promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica"* (Moura et al, 2005:21), procurando voltar a introduzir as qualidades urbanas e de acessibilidade nas áreas em estudo. A requalificação urbana está assim voltada para o estabelecimento de novos padrões de utilização e organização do território, visando uma melhoria do desempenho económico.

#### Revitalização urbana

Segundo Pereira e Serdoura (2010) o conceito de revitalização urbana surgiu nos finais da década de 60 do séc. XX, em Inglaterra, com vista a revitalizar as zonas de pós-guerra que atravessavam uma época de declínio. Os projetos integrantes das operações de revitalização eram dirigidos pelo setor

público utilizando fundos do sector privado, as operações tinham como objetivo principal a solução dos problemas urbanos.

O conceito foi evoluindo com vista a ultrapassar lacunas nas parcerias público privadas, o sector público tomou uma atitude de resolução dos problemas físicos do aglomerado urbano, não tendo em conta os seus habitantes. As mudanças no conceito de revitalização urbana foram ao longo do tempo constantes consoante as novas necessidades, ainda hoje o conceito “(...) encontra-se em constante mutação, quer pelas diversas abordagens feitas no território, quer pelas intervenções que foram desenvolvidas pelas políticas territoriais” (Pereira e Serdoura, 2010:2).

A revitalização por si só significa dar uma nova vida a algo, já nos campos da Arquitetura e do Urbanismo “(...) significa fazer intervenções em edifícios ou áreas urbanas a fim de torná-los aptos a terem usos mais intensos, torná-los atrativos para desencadear atividades que garantam a vitalidade da área” (Pisani, 2002:91).

A revitalização urbana integra em si os conceitos de Requalificação, Reabilitação e Renovação, desenvolvendo estratégias e promovendo um processo integrador que pode levar a iniciativas e projetos, sendo um instrumento de gestão do território capaz de utilizar como recursos diferentes programas urbanos.

“A revitalização assenta na implementação de um processo de planeamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa e sinérgica. Isto é, intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo os vínculos entre territórios, actividades e pessoas. Não é, portanto, um projecto, ou uma soma de vários projectos ou de programas introduzidos num dado território, procurando-se antes garantir uma operação sustentável, a níveis diferenciados, mas em interdependência no desenho da intervenção ou na sua implementação (...)” (Moura et al, 2005:12).



Fig. 22- Centro Histórico de Torres Vedras

Fonte: [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARUs\\_TorresVedras.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARUs_TorresVedras.html) a 01/09/2016

A revitalização urbana intervém assim na qualidade do ambiente e território urbano, na qualidade de vida das populações, na vida cultural das cidades bem como na inovação das mesmas. Através de uma forma de atuação coesa e integrada englobando vários domínios de intervenção, procurando "(...) *coordenar e adaptar os recursos existentes e potenciais, públicos e privados, apelando à população e às entidades que as representam para serem coautoras do processo de revitalização*" (Moura et al, 2005:13).

### Requalificação e Revitalização, políticas com vista à recuperação de Centros Históricos

As políticas de intervenção anteriormente mencionadas podem traduzir-se em intervenções necessárias à recuperação dos centros, no entanto refletindo sobre cada uma delas conclui-se que a requalificação e a revitalização são as que melhor se adequam aos objetivos pretendidos.

A requalificação urbana segundo Moreira (2007), ao nível ambiental relaciona-se com o conceito de qualidade de vida, e deve ser o espaço público através da melhoria das suas condições a proporcioná-la aos seus habitantes. O que se procura é a reintrodução de qualidades urbanas, de acessibilidades e da centralidade nos Centros Históricos, de forma a mudá-los quer a nível paisagístico, mas também económico e acima de tudo social. Assim sendo uma requalificação do espaço público poderá ser um importante instrumento na recuperação de atratividade dos centros.

Silva (2011) considera a requalificação urbana um eixo prioritário aquando de intervenções urbanas no território, referindo que “(...) a requalificação permite ainda uma revitalização das áreas mais antigas das cidades, que correspondem aos centros históricos, e que se encontram em risco de decadência, de abandono e de degradação” (Silva, 2011:46).

A revitalização apresenta-se como a mais importante política a aplicar para a recuperação dos Centros Históricos uma vez que a mesma permite através de um conjunto de ações e medidas a valorização dos mesmos e a melhoria da sua vida económica e social. Tavares (2008) distingue esta política como englobante e sustentável caracterizando-a como processo integrador, na medida em que engloba todas as políticas integrando-as numa intervenção mais vasta, que estabelece uma ligação entre as várias dimensões de intervenção, parceiros e recursos, diferencia-se assim pela capacidade de promover ligações entre territórios, atividades e pessoas com vista a trazer de novo vida à cidade.

### **3.2 – Revitalização de Centros Históricos – Projetos de Referência**

#### **3.2.1 – Torres Vedras**

O Centro Histórico de Torres Vedras sofreu um processo de abandono e degradação ao longo dos anos resultado do crescimento da cidade para as periferias. O seu abandono levou a uma constante perda de identidade, tornando-se importante fazer sobressair este lugar que carecia de valorização física e funcional.



Fig. 22- Centro Histórico de Torres Vedras

Fonte:[http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARUs\\_TorresVedras.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARUs_TorresVedras.html) a 01/09/2016

Nos finais do séc. XX começa a tornar-se a consciência da realidade em que o Centro Histórico se encontrava, tendo por isso sido criado em 1987, o Gabinete Técnico Local com vista a desenvolver o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Torres Vedras, em vigor desde 6 de Outubro

de 1992. Este plano apresentava como principais objetivos proteger, restaurar e reabilitar o Centro Histórico segundo dois princípios de orientação, a intervenção no tecido edificado privado, e a intervenção no espaço público. O plano mostrou-se rígido e restritivo impedindo a concretização de várias propostas de reabilitação, mas não deixa de ser um contributo para a valorização do Centro Histórico.

Em 2000, a autarquia considerou o Centro Histórico como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, tendo a mesma sido substituída em 2010, pelo atual Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras o qual tem como novos objetivos a promoção da reabilitação urbanística e ambiental, a reabilitação da estrutura socioeconómica, a recuperação do papel simbólico e estruturante do Centro Histórico no contexto do sistema urbano da cidade e a reformulação da estrutura viária.

O Núcleo histórico começa a ganhar um novo ânimo, em 2008 surge na sequência da candidatura de Torres Vedras ao instrumento de política Polis XXI "Parcerias para a Regeneração Urbana", o Programa de Acção Torres ao Centro, o qual assenta em novas formas de governação através de parcerias que visam promover a regeneração urbana do Centro Histórico. A visão estratégica deste programa pretendia transformar o Centro Histórico num espaço de referência, altamente qualificado do ponto de vista urbanístico permitindo a sua revitalização cultural e económico-social. O processo de reabilitação urbana assente em princípios de gestão integrada, permitiu a realização de vários projetos nas dimensões urbana, económica, social e cultural.



Fig. 23 - Melhoria de arruamentos (Torres Vedras) – Dimensão Urbana

Fonte: <http://www.torresaocentro.com/> a  
22/09/2016



Fig. 24 - Novo mercado municipal (Torres Vedras) – Dimensão Económica

Fonte: <http://www.torresaocentro.com/> a  
22/09/2016

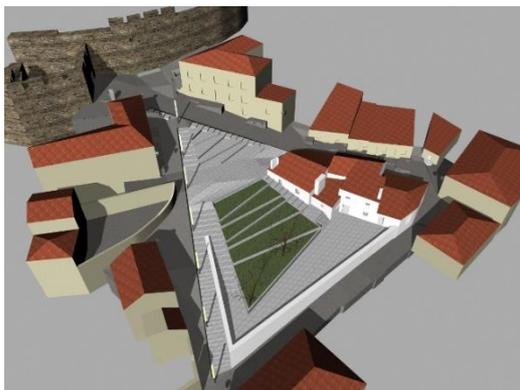


Fig. 25 - Espaço Pró Centro (Torres Vedras) – Dimensão Social

Fonte: <http://www.torresaocentro.com/> a  
22/09/2016



Fig. 26 - Festival internacional de artes no espaço público (Torres Vedras) – Dimensão Cultural

Fonte: <http://www.torresaocentro.com/> a  
22/09/2016

As intervenções são sobretudo pautadas pela melhoria da qualidade do espaço público, procurando melhorar a paisagem urbana, a mobilidade e as acessibilidades. A transformação de algumas ruas em espaços exclusivamente pedonais permitiu a sua melhor utilização por parte de habitantes e visitantes (Baptista, 2013).

Segundo Sebastião (2010) as políticas de intervenção a adotar na resolução de problemas dos Centros Históricos, têm de possuir um carácter não burocrático, simples e direto, não podendo ser segmentadas ou individualizadas, pois os domínios que as compõem devem ser tratados em conjunto *“existe assim a necessidade de desenvolver uma política integrada, que abranja as várias componentes dos centros históricos de modo articulado, incluindo medidas operacionais incidentes nas suas componentes específicas, mas que tenha por trás uma estratégia conjunta que vise a prossecução de objetivos comuns”* (Sebastião, 2010:40).

Da necessidade de um instrumento estratégico que orientasse nas intervenções do Centro Histórico e auxiliasse na elaboração de outros planos, nasce o Plano Estratégico de Intervenção no Centro Histórico de Torres Vedras, um plano orientador e mais flexível que se adapta às diferentes necessidades

que vão surgindo neste núcleo histórico. O Plano Estratégico apresenta-se como um instrumento útil à gestão do território, que define orientações estratégicas a seguir, propondo uma intervenção ao nível local, mais focada e concentrada num determinado território, permitindo assim uma intervenção personalizada.

Para a elaboração do plano estratégico de Torres Vedras foi realizada uma construção de diferentes cenários, um cenário pessimista, um cenário otimista e um cenário intermédio, o cenário intermédio foi considerado o mais

racional. A visão estratégica, baseada no cenário intermédio visa que: "*o Centro Histórico de Torres Vedras deverá ser um lugar de excelência na cidade, muito central e atrativo ao nível económico, urbanístico e patrimonial, com um espaço urbano de referência e um ambiente privilegiado para viver, proporcionando uma elevada qualidade de vida à população*" (Sebastião, 2010:93).

A visão estratégica foi assente em dois conjuntos de objetivos: os objetivos estruturantes, e as opções estratégicas setoriais. Os objetivos estruturantes definem as prioridades que devem ser atingidas através das opções estratégicas setoriais. Os objetivos estruturantes prendem-se com:

- 1- A transformação do Centro Histórico num espaço central, multipolar e multifuncional que se torne atrativo pela qualidade que possui.
- 2- A transformação do Centro Histórico enquanto elo de ligação entre os dois extremos da cidade.



Fig.27 - Delimitação do Centro Histórico de Torres Vedras

Fonte: Sebastião (2010:69)

- 3- A promoção da coesão social do Centro Histórico, de forma a tornar-se um espaço inclusivo, detentor de uma identidade.

As seis opções estratégicas sectoriais estão ancoradas às seis componentes urbanísticas do diagnóstico urbanístico e ambiental, sendo elas: a habitação, o edificado, o património, o espaço público e ambiente urbano, o comércio, os serviços e equipamentos, e as infraestruturas e mobilidade. Para cada uma das componentes urbanísticas anteriormente descritas definiu-se um objetivo geral, subdividindo-se este seguidamente em dois objetivos mais específicos. As seis opções estratégicas sectoriais definidas subdividiram-se assim em doze objetivos específicos, que se encontram na base da elaboração do plano estratégico (Sebastião, 2010).

*"(...) qualquer intervenção para o centro histórico tem de o perspetivar como uma parte integrante da cidade, tendo por base as dinâmicas físicas e funcionais recíprocas que se estabelecem entre este núcleo e a restante cidade, aos mais variados níveis. As intervenções devem pautar-se por uma grande flexibilidade física e funcional, permitindo uma articulação harmoniosa deste núcleo histórico com a restante cidade. Para a revitalização do centro histórico é fundamental tornar este núcleo numa área central da cidade, um local de charneira e elo de ligação entre os vários sectores da mesma, tornando-o num ponto de confluência das dinâmicas físicas e funcionais, estruturante da cidade, tirando partido das potencialidades que este apresenta" (Sebastião, 2010:18).*

Sebastião (2010) concluiu que qualquer intervenção a realizar no Centro Histórico de Torres Vedras deve conter um carácter integrador com vista à promoção da coesão social e territorial da cidade.

### 3.2.2 - Lyon

A cidade de Lyon, na confluência dos rios Ródano e Saône, é uma das maiores cidades de França com cerca de 1,3 milhões de habitantes. A sua localização privilegiada permitiu que se afirmasse no séc.XV como centro de comércio, tendo sido considerada o centro financeiro de França. Entre os séculos XVII e XVIII a península plana localizada entre os rios estabeleceu-se enquanto espaço central da cidade, foram aí erguidos os principais edifícios governamentais e culturais bem como importantes ruas comerciais, a cidade desenvolveu-se depois para norte e para este onde se localizam atualmente grandes áreas habitacionais e industriais.



Fig. 28 - Vista aérea do Centro Histórico de Lyon

Fonte:<http://urbanlabglobalcities.blogspot.pt/2012/02/exhibition-lyon-confluence-cite-de.html>  
05/05/2017

O aumento do tráfego no Centro Histórico de Lyon que se fez sentir entre as décadas de 60 e 80 deteriorou os espaços públicos causando também danos físicos e sociais nas áreas habitacionais das periferias. Na década de 80 Henry Chabert em cooperação com o arquiteto Jean Pierre Charbonneau formulou uma nova política de espaço público com vista a solucionar os diversos problemas que a cidade enfrentava, a mesma pretendia intervir no Centro Histórico, mas também nas periferias, contruindo assim uma “cidade para todos”.

Esta nova política era constituída por três planos diferentes, o “plano verde” que visava caracterizar os espaços públicos, principalmente as praças

reabilitando-as, um “plano azul” que procurava estabelecer uma ligação do núcleo da cidade com os rios Ródano e Saône que o delimitam, e um “plano de iluminação” que estabeleceu uma série de diretrizes de iluminação tanto artística como funcional nos diferentes espaços públicos e monumentos da cidade.

A expulsão do automóvel do Centro Histórico da cidade foi um dos principais focos desta política, nesse sentido foram construídos numerosos parques de estacionamento subterrâneos no subsolo das praças reabilitadas (fig. 30) numa intenção de devolver a cidade aos peões eliminando o estacionamento em superfície. Apesar da sua localização estes parques foram pensados de forma a não interferir com a harmonia da cidade, situando-se na entrada de edifícios e praças com aspeto simples e passando despercebidos, no total a cidade oferece agora 12.000 lugares de estacionamento coberto.



Fig. 29 - Praças e ruas do Centro Histórico de Lyon fechadas ao tráfego em 1990, as circunferências indicam os parques subterrâneos.

Fonte: Gehl (2010:34)



Fig. 30 - Parque de estacionamento subterrâneo da Place des Célestins em Lyon

Fonte: Gehl (2010:37)

A gestão desta política integrada foi da responsabilidade de um comité político que organizou a cooperação entre sindicatos e organismos públicos, reunindo-se algumas vezes por mês e que por sua vez contou ainda com um grupo de técnicos com os quais trocou informações de forma a assegurar que o projeto fosse devidamente coordenado e preparado. Os projetos arquitetónicos para a cidade começaram de uma forma diferente, era enviado um convite a um escritor ou poeta que posteriormente interpretava a vida, o

caráter e a identidade do lugar, esta interpretação seria posteriormente transmitida para a equipa e ateliers responsáveis pela elaboração do projeto. A população teve também um papel muito ativo no processo, foram realizadas várias reuniões e apresentações, e quando o projeto não era aprovado pelo público era revisto e posteriormente melhorado.

A escolha de mobiliário urbano também se mostrou interessante, os vários materiais e elementos urbanos escolhidos foram padronizados para toda a cidade transmitindo a ideia de conjunto, apesar da igualdade o resultado não gerou soluções repetitivas. Exemplo de sucesso é a Rue de la Republique (fig. 32), que passou a ser uma rua de carácter exclusivamente pedonal e comercial dispondo de iluminação cuidada que enfatiza a importância do espaço público central, a Place de la Republique, que se apresenta também como um espaço atrativo que convida à permanência e ao convívio do espaço público com a existência de peculiares fontes de água (Gehl, 2010).



Fig. 31 - Rue de la Republique, Lyon

Fonte: <https://www.carnets-voyagephotos.fr/centre-lyon/> a 01/05/2017



Fig. 32 - Place de la Republique, Lyon

Fonte: [http://www.lyonphotos.com/diaporama/grande\\_2062.htm](http://www.lyonphotos.com/diaporama/grande_2062.htm) a 01/05/2017

#### 4. CASO DE ESTUDO: O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

No seguinte capítulo procede-se à análise do caso de estudo, o Centro Histórico de Estremoz, tendo em conta o seu enquadramento territorial, o Alentejo Central.

Através de instrumentos de recolha direta (observação exterior) e indireta de dados (fontes estatísticas e documentais) é desenvolvida uma caracterização do caso de estudo nas mais variadas vertentes (histórica, demográfica, patrimonial...) com a finalidade da elaboração de um elemento que sustente a estratégia de intervenção para o Centro Histórico.

##### 4.1 Enquadramento da cidade de Estremoz no Alentejo Central

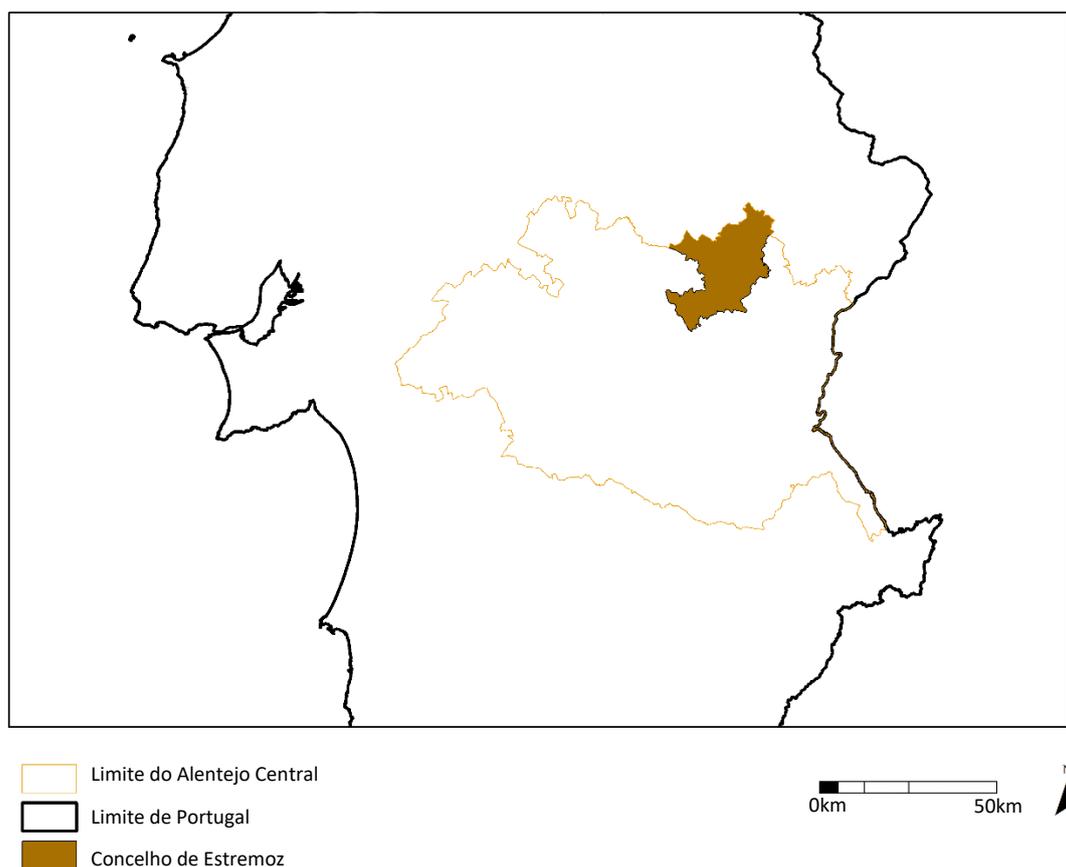


Fig. 33 – Enquadramento do Município de Estremoz, no Alentejo Central

Fonte: Autora (2016)

Estremoz é um município português localizado na Região do Alentejo Central, no Distrito de Évora, com uma população de 14.318 habitantes, ocupando uma área total de 514 km<sup>2</sup>.

O município possui uma posição geográfica privilegiada, uma vez que está situado no cruzamento de dois importantes eixos de desenvolvimento: Lisboa – Madrid e Faro – Guarda, o que lhe confere uma posição estratégica que se encontra associada a uma boa acessibilidade.

No Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo de 2010, Estremoz é referido como parte integrante de um corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz, corredor que revela uma atratividade empresarial e residencial proporcionada por infraestruturas de acessibilidade e logística.

O município insere-se na denominada “Zona de Mármore”, que agrupa os municípios do Alandroal, Borba e Vila Viçosa, também conhecido por “Triângulo dos Mármore”, sendo a sua paisagem marcada pela exploração e extração do mármore.

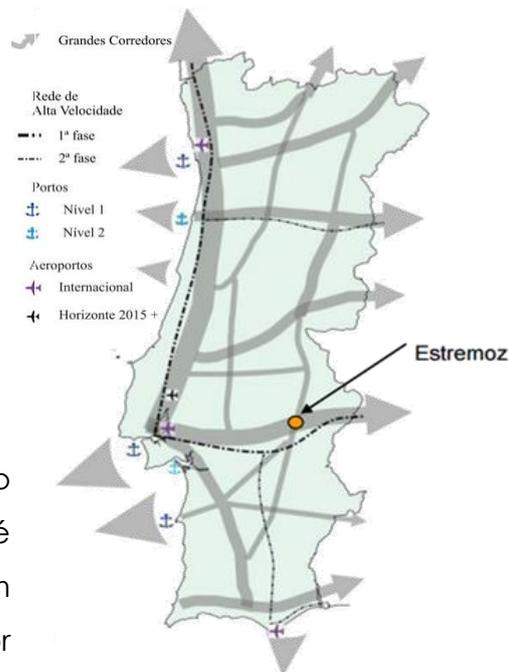


Fig.34- Enquadramento de Estremoz no mapa de corredores estruturantes

Fonte: CME (2015r:15)



Fig. 35 - Paisagem marcada pela extração de mármore, Estremoz

Fonte: <http://www.rotatonsdemarmore.com> a 01/06/2016



Fig. 36- Pedreira de Estremoz

Fonte: <http://www.portierrasrayanas.com> a 01/06/2016

## 4.2 – Caracterização e análise do Centro Histórico de Estremoz

### Evolução histórica e urbana

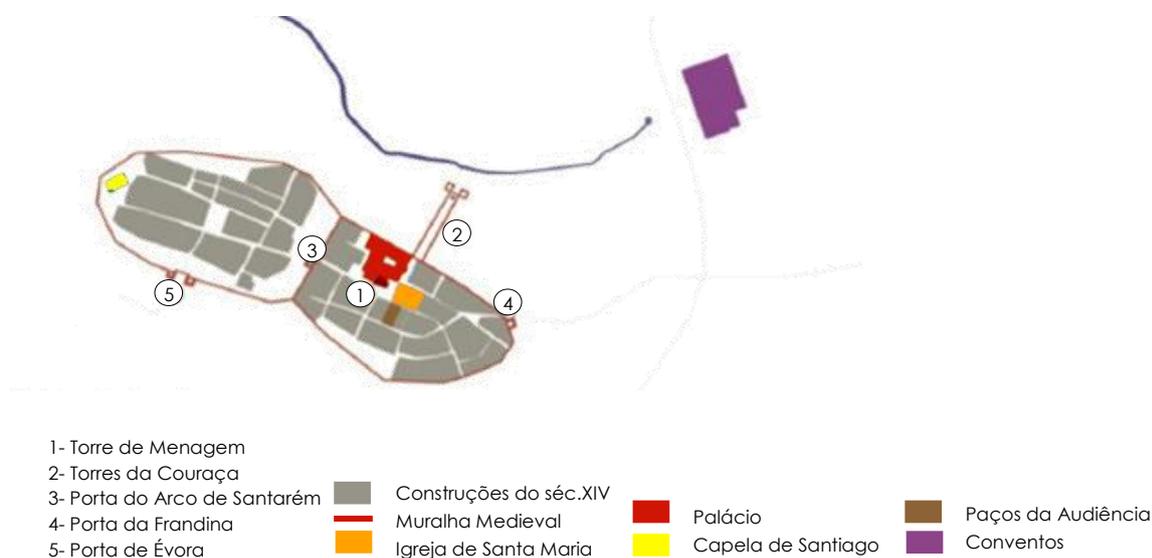


Fig. 37- Planta da cidade de Estremoz no séc. XIV

Fonte: Adaptado de Leal (2015:37)

O amuramento primitivo da cidade de Estremoz, inicialmente com 22 torres, foi iniciado pela Ordem de Avis, no reinado de D. Afonso II, sendo que o início da construção da fortificação medieval deu-se na década de 1260.

O primeiro núcleo medieval, o do castelo, foi reconstruído por D. Afonso III e D. Dinis, o bairro do Castelo era cercado por uma muralha medieval e o acesso fazia-se através de duas portas principais: a porta do Sol, e a porta do Arco de Santarém, que dá acesso ao segundo núcleo, o bairro de Santiago. Este bairro inseria-se na política de planeamento dos monarcas portugueses que previa a criação de pequenos burgos para a fixação de população e tinha duas portas de acesso ao exterior, a porta de Évora e a da Laje, sendo que esta desapareceu de imediato (Teixeira e Valla, 1999).

O bairro de Santiago foi o primeiro a localizar-se extramuros sendo marcado pelo eixo definido pela Rua Direita que liga a Igreja de Santiago à Porta do Arco de Santarém. Os quarteirões existentes de forma retangular caracterizam-se pela organização longitudinal ao eixo formado pela Rua Direita, o bairro vive para o seu interior, característica que se verifica desde a época medieval.



Fig. 38- Planta da cidade de Estremoz no séc. XVI

Fonte: Adaptado de Leal (2015:39)

No séc. XIV a vila expandiu-se para o exterior dos dois núcleos até aí existentes, começou a formar-se na encosta a Norte de Castelo, a zona baixa também chamada de Vila Moderna, onde se foram formando os bairros de Palhais e Espírito Santo. No séc. XVI, surge o convento dos Agostinhos e o convento das Maltezas, o segundo ainda implantando em zona rural iria ter mais tarde função de gerar um novo espaço público. O primeiro espaço público a surgir é o Largo de D. Luís onde se situa o pelourinho, este espaço torna-se no centro administrativo do séc. XVII e anuncia a expansão urbana fora da cerca medieval (Teixeira e Valla, 1999).

Estremoz desempenhou durante a guerra da Restauração um papel relevante como praça forte para travar os avanços dos inimigos espanhóis. Esta função levou à construção da muralha envolvente a partir de 1642. A construção dos primeiros baluartes, os do castelo deveu-se a D. João IV. Em 1671 a construção da fortificação na zona baixa foi concluída.

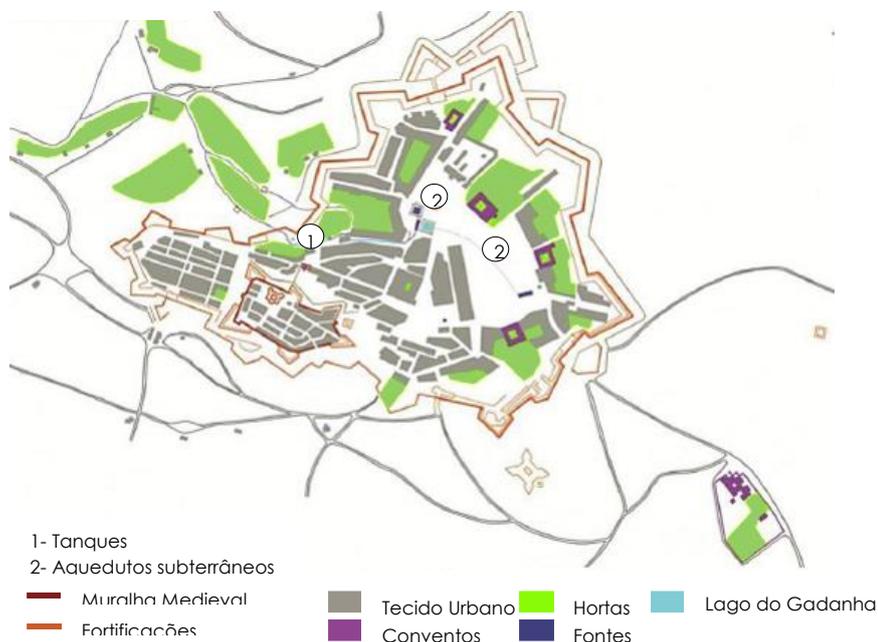


Fig. 39 – Planta da cidade de Estremoz no séc. XVIII

Fonte: Adaptado de Leal (2015:40)

O traçado do polígono irregular da zona baixa tem como seu centro gerador o Rossio, também chamado de praça de armas. A estrutura urbana da parte baixa é marcada pelos edifícios religiosos, o espaço do Rossio é delimitado a norte pelo convento de S. Francisco, a nascente pelo convento das Maltezas, ao qual se anexou o Quartel General, e a sul pelo convento dos Congregados. A malha urbana na zona baixa é caracterizada por uma rede de arruamentos desenvolvida em função da sua estrutura de defesa, as construções dos baluartes levaram à demolição de alguns bairros com o objetivo de gerar uma zona sem edificações no seu redor. Os baluartes visavam também controlar as entradas na Vila, o acesso ao seu interior apenas era possível atravessando uma das portas da cidade.

Estremoz perdeu em 1869, a sede de Quartel General do Alentejo, passando essa função à cidade de Portalegre. No entanto, verifica-se ainda hoje a função militar como sede de quartel-general da Brigada de Cavalaria. Com esta alteração os espaços públicos sofreram adaptações nas suas funções, nos espaços públicos centrais o comércio ganhou peso face à importância militar e algumas das portas de acesso à cidade foram sendo

abertas. No início do séc. XIX foi construída a linha de caminho de ferro, para a sua construção foram destruídas as fortificações compreendidas entre as portas de Sta. Catarina e as de Sto. António, esta zona foi sendo ocupada por armazéns ligados à proximidade com a nova linha férrea, possibilitando a expansão do tecido urbano para fora das muralhas (Teixeira e Valla, 1999).



Fig40 -Fortificações da cidade de Estremoz, 2017

Fonte: Autora (2017)

O Centro Histórico de Estremoz encontra-se integrado num sistema de fortificações composto por duas linhas de muralha. Existem duas zonas que formam a estrutura urbana, a qual apresenta características tipológicas e morfológicas distintas, a Vila Velha (núcleo inicial da cidade) e a Vila Moderna.

A Vila Velha apresenta uma malha urbana de traçado regular, à medida que se vai descendo para a zona baixa da cidade observa-se uma organização em socalcos que visa superar a diferença de cotas do terreno, este desnível leva à existência de escadas em muitas ruas e travessas. No interior dos núcleos iniciais é predominante a existência de habitações unifamiliares com apenas 2 pisos, também os edifícios destinados ao comércio e indústria

apresentam 2 ou 3 pisos de forma a que a loja se situe no piso térreo e a habitação nos pisos superiores. As ruas desta zona da cidade são as mais antigas e por isso apresentam-se estreitas e com passeios quase inexistentes.



Fig.41 - Rua da Cega – vila velha  
- Estremoz

Fonte: Autora (2016)

É na Vila Moderna que se encontram os edifícios mais eruditos da cidade, principalmente em torno da Praça Luís de Camões e no Rossio Marquês de Pombal. A estrutura urbana é pontuada pela existência de edifícios religiosos que se implantaram na junção das Ruas 31 de Janeiro e Brito Capelo passando pelo Marquês de Pombal, a ligação entre essas duas ruas é bem marcada no tecido urbano existente, onde os quarteirões foram aglomerando os edifícios pré-existentes formando

um traçado irregular, mantendo os logradouros e constituindo grandes quarteirões (Teixeira e Valla, 1999).

## Património

O património da cidade de Estremoz concentra-se totalmente no seu Centro Histórico, a delimitação do mesmo encontra-se coincidente com as antigas fortificações, algumas destruídas com o tempo.

O rico património militar, civil e religioso localizado no Centro Histórico de Estremoz faz com que o mesmo ganhe destaque no contexto da cidade.

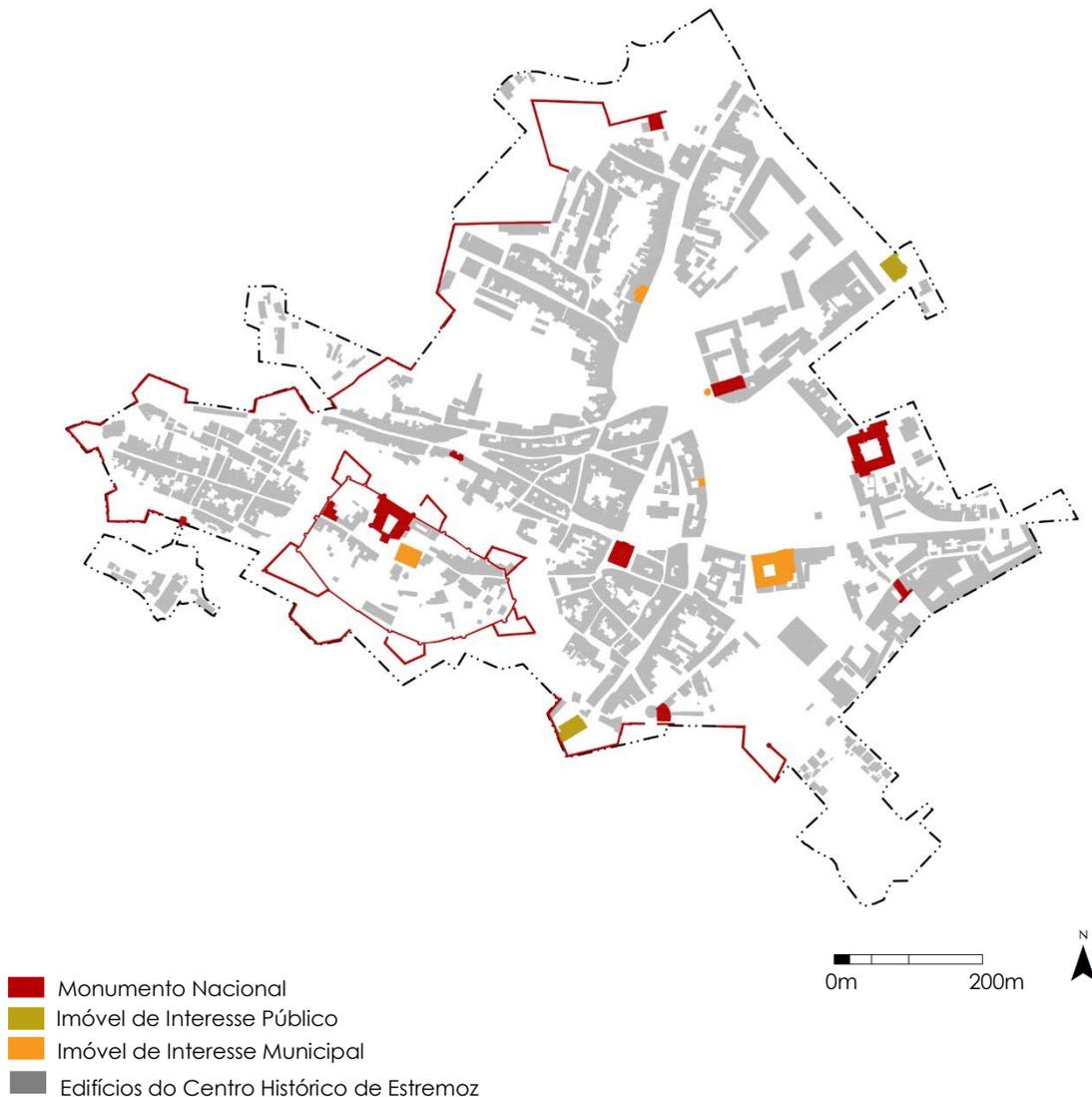


Fig.42 – Planta de localização do património no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Baseado em CME (2015c)

Baseada na Carta de Património da Cidade de Estremoz a fig. 42 permite observar o património existente na cidade, o mesmo é classificado e distinguido da seguinte forma:

## Monumento Nacional



Fig. 43 – Castelo de Estremoz

Fonte: Autora (2017)



Fig. 44 – Cerca medieval

Fonte: Autora (2017)



Fig. 45 – Casa do Alcaide Mor

Fonte:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-emvias-de-> a 10/06/2017



Fig. 46 – Capela D. Fradique de Portugal

Fonte:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-> a 10/06/2017

### **1. Castelo, Portas e Baluartes das Muralhas de Estremoz:**

No antigo Paço Real medieval onde hoje se situa a Pousada da Rainha Santa Isabel, ergue-se a Torre de Menagem com 27 metros de altura de finais do séc.XIII da alçaçova primitiva é o que resta, juntamente com o edifício dos Paços do Concelho.

A cerca medieval do mandado de D. Afonso III possui duas portas opostas, a Porta da Frandina e a Porta de Santárem, em 1642 D. João IV manda erguer uma muralha abaluartada que serviria como 2ª linha de defesa que protegeria a vila contra os avanços das tropas espanholas, os baluartes serviriam como meio de defesa em caso de batalhas com artilharia pesada.

**2. Antiga Casa da Câmara / Casa do Alcaide Mor:** O edifício data de 1450 quando D. Sancho de Noronha a mandou erguer como residência privada, a mesma destaca-se pela fachada que evidencia vários estilos artísticos (Múdejar, Renascimento, Manuelino e Neoclássico).

**3. Capela de D. Fradique de Portugal:** Situada no interior da igreja de S. Francisco, este monumento funerário de estilo manuelino data de finais do séc. XV ou inícios do séc. XVI, de planta quadrangular a sua abóbada nervurada encontra-se assente em colunelos e capitéis com motivos vegetalistas. O seu pórtico bem como o retábulo embutido na parede sul suscitam diferentes interpretações quanto ao seu estilo.



Fig. 47 – Capela Rainha Santa Isabel

Fonte:<http://olharescruzados.blogs.sapo.pt/23771.html> a 10/06/2017



Fig. 48 – Igreja de S.Francisco

Fonte: Autora (2017)



Fig. 49 – Claustro do Convento das Maltezas

Fonte:<http://olharescruzados.blogs.sapo.pt/23042.html> a 10/06/2017



Fig. 50 – Pelourinho

Fonte: Autora (2017)

**4. Capela da Rainha Santa Isabel:** A capela deve a sua construção à Rainha D.Luisa de Gusmão como felicitação pela vitória portuguesa na Batalha das Linhas de Elvas em 1659, destacam-se os painéis de azulejo e as telas de óleo joaninos representativos da vida e milagres protagonizados pela Rainha.

**5. Igreja de S.Francisco:** Não se sabe ao certo a data de construção desta igreja de estilo gótico, sabe-se que já existia na década de 1270, nela estão sepultados algumas figuras ilustres como D. Fradique de Portugal e Vasco Pereira, irmão de D.Nuno Pereira.

**6. Claustro do Convento “das Maltezas”:** O convento foi sede das freiras da Ordem de Malta a partir do séc. XVI, o claustro de estilo manuelino é o maior de todos os conventos da cidade, destacam-se as suas mísulas de abóboda de ogiva com motivos antropomórficos e zoomórficos.

**7.Pelourinho:** Construído em inícios do séc. XVI na Pousada da Rainha Santa Isabel, foi depois deslocado para os Paços de Concelho, em 1916 foi reconstruído por Saavedra Machado e Luís Chaves e colocado na Praça Luís de Camões, mantem o fustre, o capitel e o coruchéu de remate de estilo manuelino.

## Imóvel de Interesse Público



Fig. 51 – Café Águias d'Ouro

Fonte: Autora (2017)

**8. Café Águias d'Ouro:** Foi inaugurado como café a 4 de Abril de 1909, função que manteve até aos dias de hoje, a arquitetura eclética da sua fachada associado ao facto de ser um dos poucos cafés sobreviventes de início do séc.XX torna-o uma referência e um marco na cidade de Estremoz.



Fig. 52 – Convento dos Congregados

Fonte: Autora (2017)

**9. Convento dos Congregados:** Erguida sob o mandato de D.Pedro II, começou a ser construída em 1667, tendo sido inaugurada apenas 1955 pela Paróquia de Sto. André. A sua fachada "ondulante" destaca-se criando um efeito dinâmico que se opõe ao estilo renascentista e maneirista.

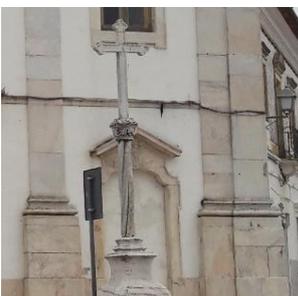


Fig. 53 – Cruzeiro de S.Francisco

Fonte: Autora (2017)

**10.Cruzeiro de S.Francisco:** Construído na época de D.Manuel I, foi reconstruído no séc. XVIII, o cruzeiro apresenta dois degraus octogonais e um fuste de três colunas entrelaçadas de inícios do séc.XVI, a cruz apresenta-se mais moderna que o fuste datando do séc. XVIII



Fig. 54 – Cruzeiro do Convento das "Maltezas"

Fonte:<http://jornaldasautarquias.pt/pages/alentejo/cultura.php> a 10/06/2017

**11.Cruzeiro do Convento das "Maltezas":** Construído nos inícios do séc. XVI, apesar do seu fuste ser mais moderno, os braços são originais com motivos tipicamente manuelinos, no centro apresenta um medalhão com cenas da Crucificação e Piedade, evidenciando traços do Gótico Final.



Fig. 55 – Igreja Matriz de "Santa Maria"

Fonte: Autora (2017)



Fig. 56 – Palácio da Tocha

Fonte: Autora (2017)

#### Imóvel de Interesse Municipal



Fig. 57 – Pátio dos Solares

Fonte: [http://www.pateosolares.com/galeria/a\\_10/06/2017](http://www.pateosolares.com/galeria/a_10/06/2017)



Fig. 58 – Teatro Bernardim Ribeiro

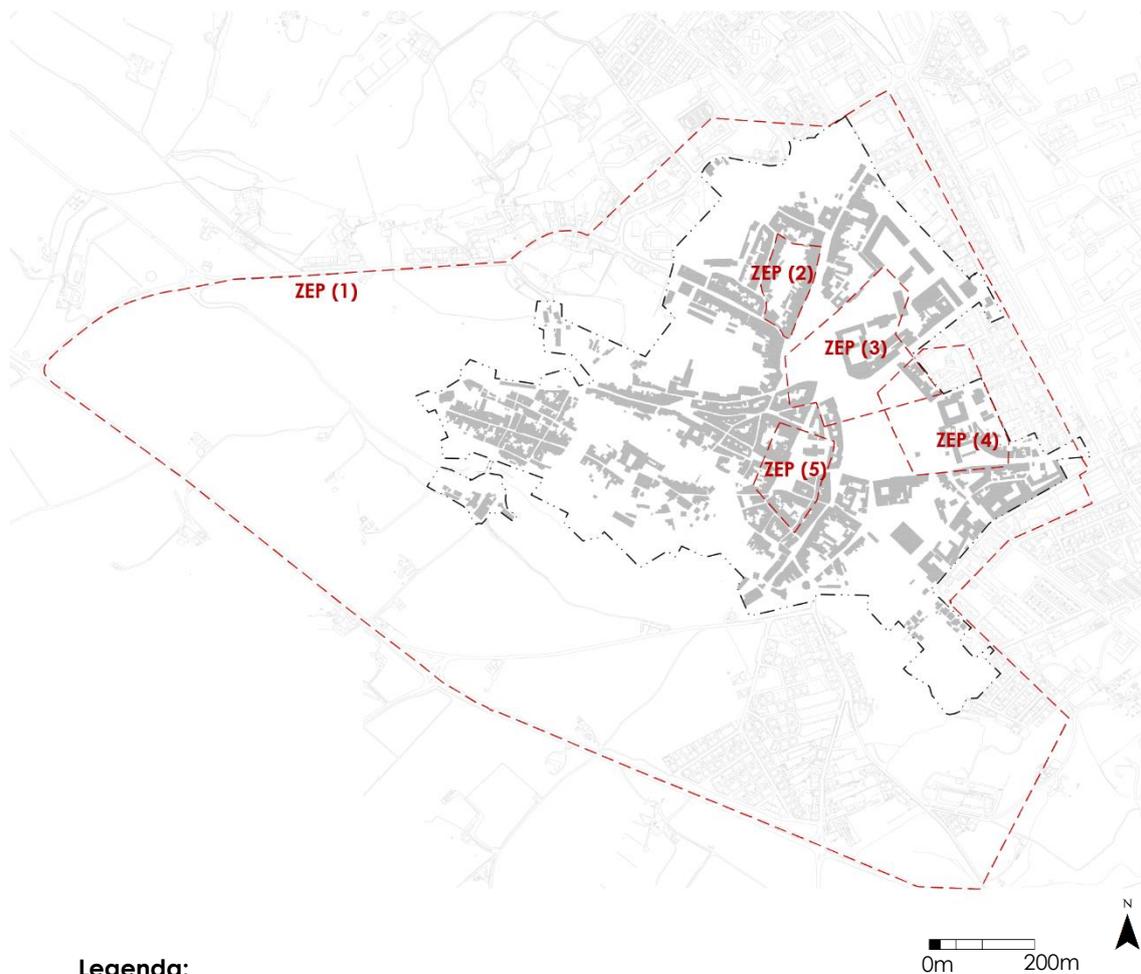
Fonte: Autora (2017)

**12. Igreja Matriz de "Santa Maria":** As obras de construção deste monumento começaram em 1560 graças ao Infante D. Henrique e do rei D. Sebastião, no entanto a igreja só ficou completa no início do séc. XVII, de estilo maneirista e fachada em estilo chão a sua simetria é baseada em formas geométricas perfeitas, todos os elementos se relacionam entre si.

**13. Palácio da Tocha / Palácio dos Henriques:** O Palácio de estilo Barroco, foi construído no início do século XVIII, como residência do Capitão Barnabé Henriques, destaca-se a azulejaria portuguesa, barroca e rococó do seu interior.

**14. Pátio dos Solares:** Localizado no baluarte de S. José, o espaço foi fábrica de loiças, de moagem, de cortiças, como olaria e por último como oficina de cantaria, o seu estado de ruína levou a que fosse reabilitado transformando-se numa unidade hoteleira.

**15. Teatro Bernardim Ribeiro:** O Edifício é da autoria de Ernesto Maia, foi inaugurado a 22 de Julho de 1922 e tem sido desde aí palco de várias iniciativas culturais promovidas quer pela autarquia, quer por terceiros contribuindo para a dinamização cultural e artística da cidade



**Legenda:**

--- Limite das Zonas Especiais de Proteção

**ZEP (1)** Zona Especial de Proteção do castelo e das muralhas de Estremoz

**ZEP (2)** Zona Especial de Proteção do Palácio dos Henriques, ou Palácio da Tocha

**ZEP (3)** Zona Especial de Proteção da Igreja de S.Francisco, de Estremoz

**ZEP (4)** Zona Especial de Proteção do claustro da Misericórdia de Estremoz

**ZEP (5)** Zona Especial de Proteção do pelourinho de Estremoz

Fig. 59– Planta de localização das Zonas Especiais de Proteção

Fonte: Baseado em CME, 2015 (PDM - Carta de Património)

Existem na cidade de Estremoz várias Zonas Especiais de Proteção (ZEP) as quais delimitam perímetros a ser respeitados com vista à proteção do património existente.

As Zonas de proteção existente designam-se:

- Zona Especial de Proteção do Castelo e das Muralhas de Estremoz <sup>2</sup>
- Zona Especial de Proteção do Palácio dos Henriques, ou Palácio Tocha<sup>3</sup>
- Zona Especial de Proteção da Igreja de S.Francisco, de Estremoz <sup>4</sup>
- Zona Especial de Proteção do Pelourinho de Estremoz <sup>5</sup>
- Zona Especial de Proteção do claustro da Misericórdia de Estremoz <sup>6</sup>

Das zonas especiais de proteção mencionadas, cuja data é anterior a 2009 não existem restrições específicas pelo que vigoram as restrições gerais, reguladas no art.º 43.º, n.º4 da Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro, segundo a qual não poderão ser concedidas licenças pelo Município para obras de construção ou trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer da administração do património cultural competente, sendo neste caso a Direção Regional de Cultura do Alentejo.

A Zona Especial de Proteção do Palácio dos Henriques, ou Palácio Tocha por datar-se posterior a 2009, refere a importância da implantação do imóvel na malha urbana da cidade e da existência de outros imóveis de valor patrimonial na sua envolvente estabelecendo uma área *non aedificandi* com vista a assegurar o enquadramento e as perspetivas de contemplação do imóvel.

---

<sup>2</sup>Zona Especial de Proteção do Castelo e das Muralhas de Estremoz, Portaria de 27-01-1972, publicada no DG, II Série, n.º 52, de 2-03-1972

<sup>3</sup> Zona Especial de Proteção do Palácio dos Henriques, ou Palácio Tocha, Portaria n.º 40/2014, DR, 2.ª série, n.º 14, de 21-01-2014

<sup>4</sup> Zona Especial de Proteção da Igreja de S.Francisco, de Estremoz, Portaria de 23-03-1962, publicada no DG, II Série, n.º 83, de 7-04-1962

<sup>5</sup> Zona Especial de Proteção do Pelourinho de Estremoz, Portaria de 17-05-1960, publicada no DG, II Série, n.º 129, de 1-06-1960

<sup>6</sup> Zona Especial de Proteção do claustro da Misericórdia de Estremoz, Portaria de 6-05-1960, publicada no DG, II Série, n.º 119, de 20-05-1960

## Dinâmica Demográfica



Fig. 60 - Freguesias urbanas de Estremoz, 2011

Fonte: Autora (2017)

A cidade de Estremoz era até ao ano de 2011 constituída por duas freguesias, Santa Maria e Santo André. A freguesia de Santo André com 0,6 km<sup>2</sup> de área e 2 378 habitantes apresenta densidade habitacional de 3 963,3 hab/km<sup>2</sup> dada a sua reduzida dimensão territorial, já a freguesia de Santa Maria apresenta um território mais vasto com uma área 63,3 km<sup>2</sup> e 6 284 habitantes, sendo a sua densidade habitacional de apenas 99,3 hab/km<sup>2</sup>.

A Freguesia de Santo André coincidente com os limites da antiga cidade muralhada atual Centro Histórico da cidade, apresentava-se espacialmente descontínua por tratar-se de uma freguesia-enclave, na qual o enclave era coincidente com o castelo de Estremoz que pertence à freguesia de Santa Maria.

Ambas as freguesias foram extintas em 2013, devido à reforma administrativa nacional, para em conjunto formarem a União de Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André), terminando com o único contra-enclave existente em Portugal.

A sub-região do Alentejo Central tem ao longo dos anos perdido cada vez mais residentes, quer pela baixa taxa de natalidade, quer pelos movimentos migratórios dos jovens para as grandes cidades. No concelho de Estremoz evidencia-se a mesma situação, o mesmo perdeu no período compreendido entre 2001 e 2011, 8,64% da sua população, no entanto esta tendência não se verificou de igual modo em todo concelho, a freguesia urbana de Santa Maria,

zona periférica da cidade, registou um aumento do número de residentes de 4,16%, já a freguesia de Santo André perdeu 20,15% da sua população (fig. 61).

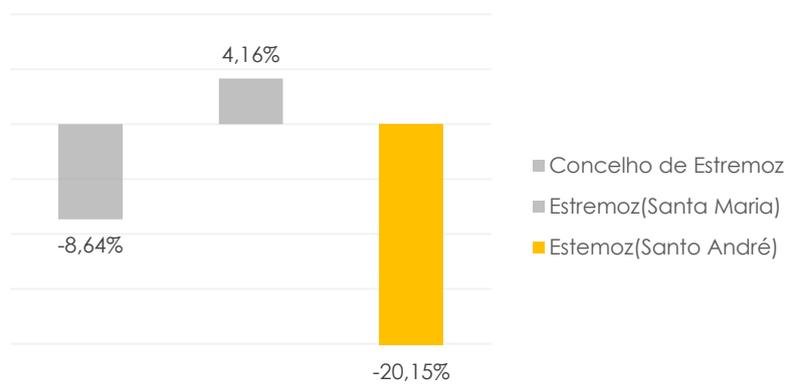


Fig. 61- Taxa de variação da população residente (2001-2011)

Fonte: Adaptado de INE, 2001-2011

A perda de população no Centro Histórico da cidade relaciona-se diretamente com o abandono da população jovem que se desloca para as zonas envolventes onde as condições habitacionais são mais atrativas, consequentemente este movimento migratório leva ao envelhecimento da população residente.

Em 2001, a freguesia correspondente ao Centro Histórico apresentava um índice de envelhecimento superior quando comparado com a freguesia de Santa Maria e igualmente com o concelho de Estremoz, o mesmo se verificou na década seguinte, onde apesar da existência de uma subida relativamente a todo o concelho de Estremoz, esta apresenta-se superior na freguesia correspondente ao Centro Histórico da cidade, evidenciando a problemática do envelhecimento da população nesta zona da cidade.

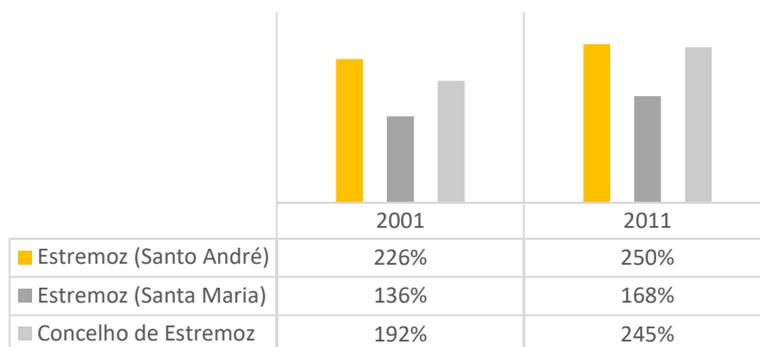


Fig.62- Índice de envelhecimento no concelho de Estremoz e freguesias urbanas, 2001-2011

Fonte: Adaptado de INE, 2001-2011

Na freguesia correspondente ao Centro Histórico mantêm-se uma maior percentagem de famílias monoparentais e unipessoais (fig. 63), o que permite concluir que o Centro Histórico da cidade não se mostra atrativo para núcleos familiares com filhos, no entanto a maior preocupação recai para a percentagem de idosos a residir sozinhos nesta zona da cidade, muitas vezes em habitações com poucas condições de habitabilidade.

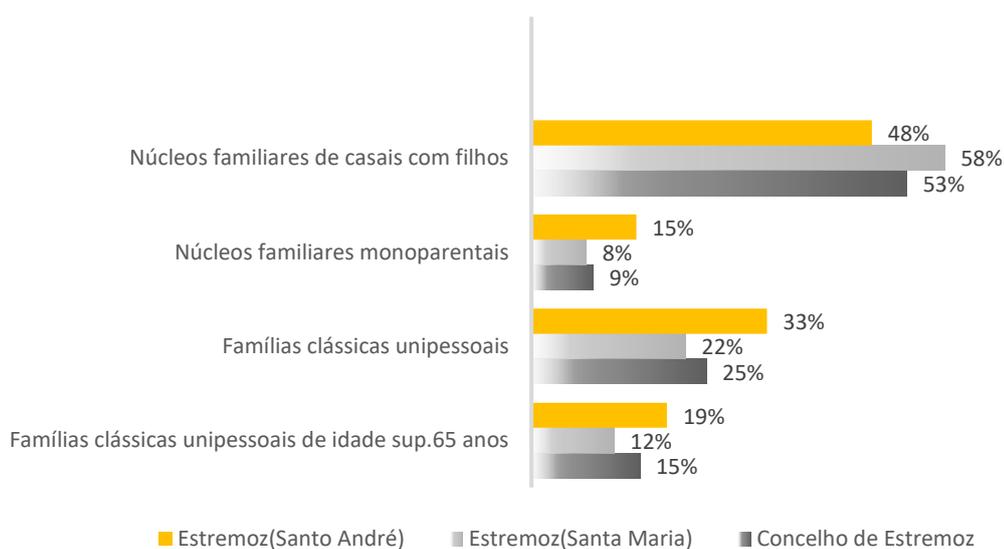


Fig.63 - Composição das famílias residentes no concelho de Estremoz e nas suas freguesias urbanas (%) 2011

Fonte: Adaptado de INE, 2011

## Atividades Económicas

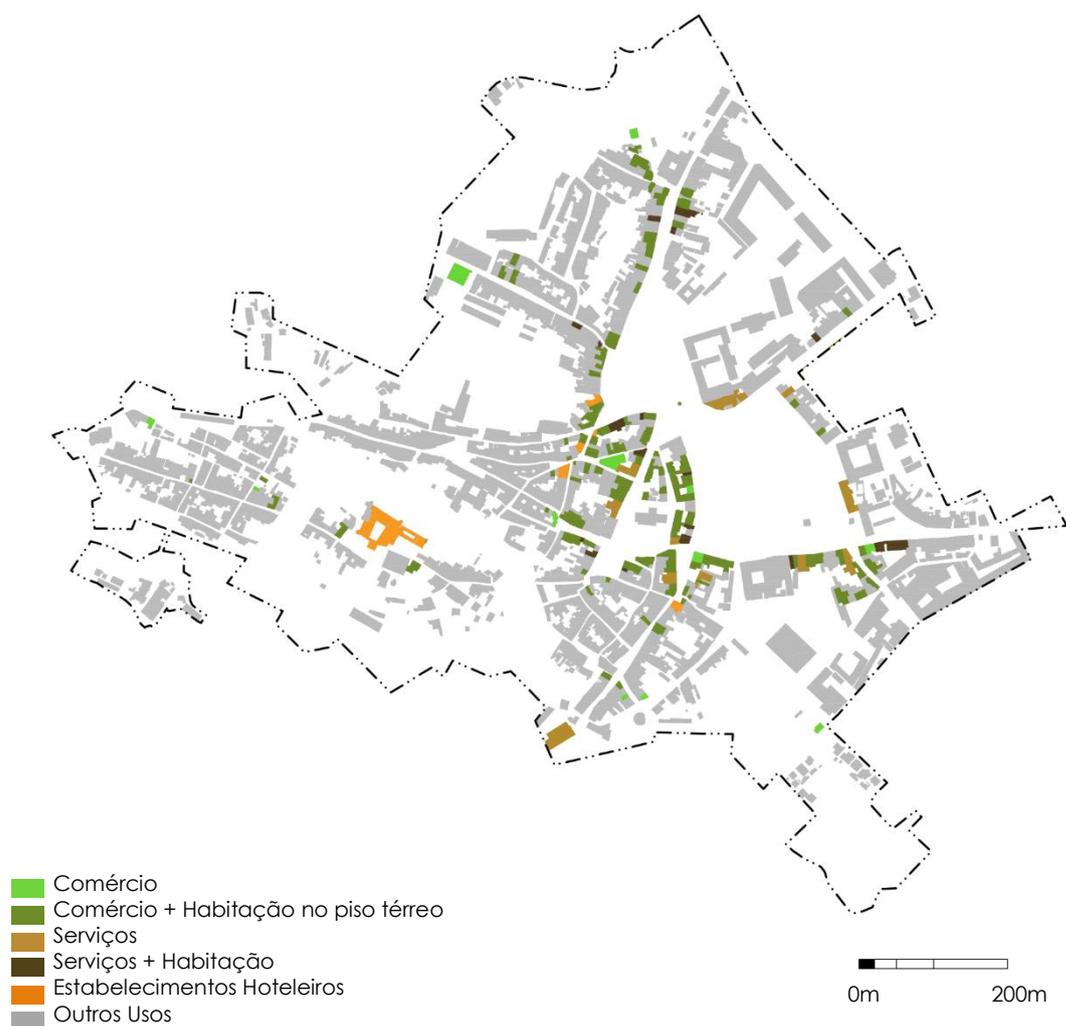


Fig. 64 – Planta de localização das atividades económicas no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

O Centro Histórico de Estremoz concentra um elevado número de atividades económicas, sobretudo junto às principais artérias da cidade (fig. 64), nomeadamente o Rossio Marques de Pombal, a Praça Luís de Camões e o Largo General Graça, o comércio instalado nestas artérias apresenta-se em pequenas lojas de produtos da região, vestuário, restaurantes, cafés e pastelarias, mas é nas manhãs de sábado que o centro da cidade se torna mais dinâmico. O mercado tradicional de produtos endógenos localizado no Rossio Marquês de Pombal atrai a população de Estremoz bem como população residente nas áreas rurais, o comércio ajuda assim o turismo que tem vindo a aumentar nos últimos anos, os estabelecimentos hoteleiros e pensões da cidade

localizam-se na sua maioria dentro do Centro Histórico o que se torna um fator atrativo para os turistas poderem visitar a cidade.

### Habitação

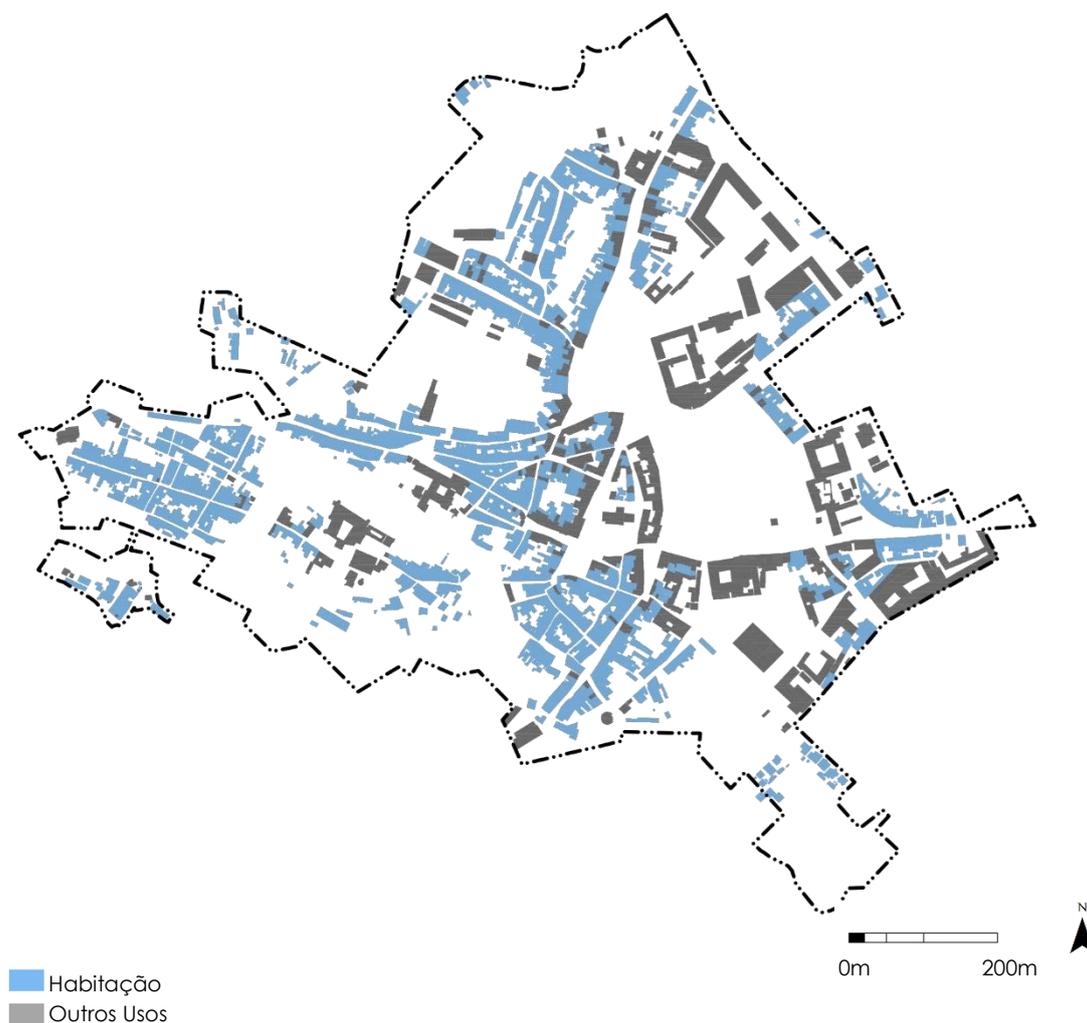


Fig. 65 – Planta de localização de zonas habitacionais no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

A distribuição de usos habitacionais na cidade de Estremoz apresenta-se na sua maioria fora dos limites do Centro Histórico, à data dos censos de 2011 73% do total de habitantes da cidade de Estremoz residia fora do Centro Histórico o qual detinha 24% de alojamentos vagos, contra apenas 11% da freguesia referente à periferia.

A preferência pela periferia está diretamente relacionada com o estado de conservação dos 1860 alojamentos existentes no Centro Histórico, dos quais 36% se encontram degradados, mas está também ligada à falta de

atratividade do Centro Histórico, levando a população a procurar residência em bairros mais recentes e com melhores condições, estes bairros têm atraído principalmente os residentes mais jovens, permanecendo no Centro Histórico principalmente idosos e famílias desfavorecidas como é o caso do Bairro de Santiago onde existe uma grande comunidade de etnia cigana.

### Equipamentos

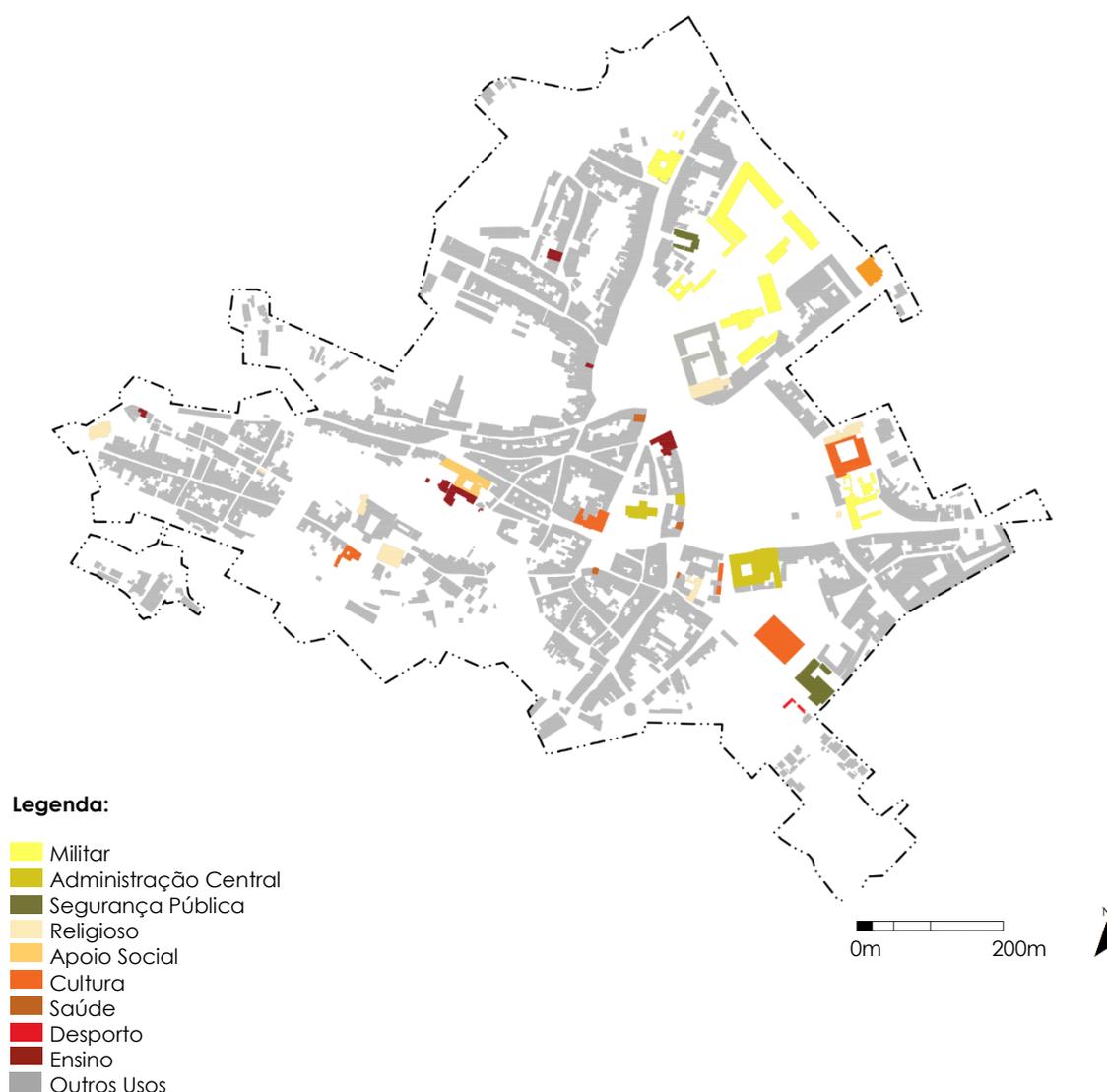


Fig. 66– Planta de localização equipamentos no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

O número de equipamentos existentes na cidade de Estremoz, responde em parte às necessidades apresentadas pela população, no entanto existem setores onde a escassez de equipamentos é notória.

No setor do ensino os estabelecimentos localizam-se na sua maioria fora do Centro Histórico e apresentam excelentes condições tendo sido muitos deles renovados nos últimos anos.

Os equipamentos ligados aos setores da Saúde, Desporto, Cultura, Militar, Religioso, Administração Central e Segurança Pública parecem dar resposta às necessidades dos residentes, de destacar o sector dos equipamentos militares que continuam a ter uma grande importância uma vez que o Regimento de Cavalaria nº3, com 309 anos de existência, continua em total e pleno funcionamento.

O sector da cultura é o que mais crescimento tem tido nos últimos anos, a recente reabilitação do Teatro Bernardim Ribeiro e do Palácio dos Marqueses, agora transformado em museu, e da antiga Praça de Touros foi uma mais valia para a cidade.

Os equipamentos de cariz social, destinados a idosos, como lares e centros de dia são os que se apresentam em menor número. Na cidade existem apenas 4 estabelecimentos, sendo que apenas dois deles se situam no Centro Histórico. Uma vez que 28% da população residente tem mais de 65 anos, e a taxa de envelhecimento do Centro Histórico se apresenta mais elevada que no restante concelho, é de notar a necessidade de mais equipamentos destinados a esta faixa etária.

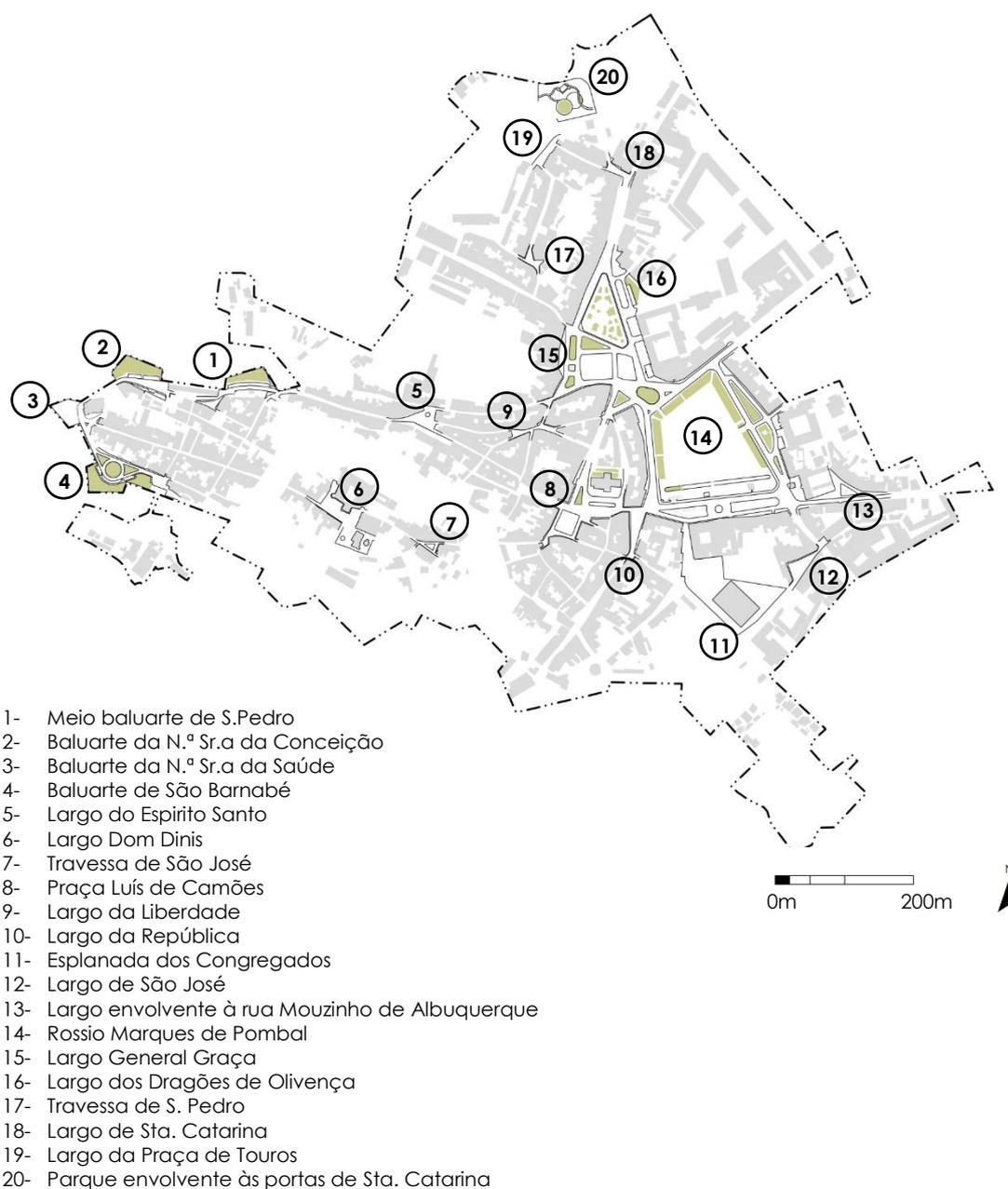


Fig. 67 – Planta de localização de espaços públicos no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

O Rossio Marques de Pombal apresenta-se como o principal espaço público da cidade, enquadrado por vias comerciais tem como principal função o estacionamento (Fig. 68), no entanto é também espaço de passeio e de estadia recebendo todos os sábados o mercado tradicional de rua (Fig. 69) dedicado à venda de produtos regionais, é por isso um espaço com um grande potencial atrativo de residentes e visitantes.



Fig.68 - Praça principal com estacionamento  
– Rossio Marquês de Pombal

Fonte: Autora (2016)



Fig.69 - Mercado de produtos regionais -  
Rossio Marquês de Pombal

Fonte: Autora (2016)

Na envolvente do Rossio Marques de Pombal encontra-se a Praça Luís de Camões, conhecida pelo seu pelourinho (fig. 70) a praça apresenta-se como um local pouco propício ao deslocamento pedonal (fig. 71) uma vez que os passeios são estreitos e o estacionamento automóvel faz-se de maneira desordenada, no entanto a concentração de serviços e comércio faz dela uma das mais importantes da cidade.



Fig. 70 - Pelourinho , Praça Luis de Camões

Fonte: Autora (2016)



Fig. 71 - Dificuldades de mobilidade pedonal,  
Praça Luís de Camões

Fonte: Autora (2016)

Outro dos importantes espaços públicos do Centro Histórico é o Largo General Graça, o qual se encontra enquadrado pela Igreja de S.Francisco e o Jardim Municipal, nele encontra-se o Lago do Gadanho, o Largo é um local muito apreciado por residentes e visitantes devido à concentração de alguns dos mais frequentados restaurantes e quiosques da cidade, no entanto o excesso de tráfego automóvel não permite aos peões passear livremente uma vez que os passeios encontram-se reduzidos e com obstáculos como esplanadas ou caleiras de árvores.



Fig. 72 - Obstáculos na via pública, Largo General Graça

Fonte: Autora (2016)



Fig. 73 - Tráfego automóvel excessivo, Largo General Graça

Fonte: Autora (2016)



Fig. 74 - Lago do Gadanha, Largo General Graça

Fonte: Autora (2017)

Na generalidade os espaços públicos existentes no Centro Histórico apresentam problemas, os espaços não convidam ao convívio e permanência apesar de muitos deles se localizarem próximos de zonas de comércio e serviços e o desordenamento existente com o estacionamento torna muitos espaços inacessíveis aos peões.

### Mobilidade e Acessibilidade

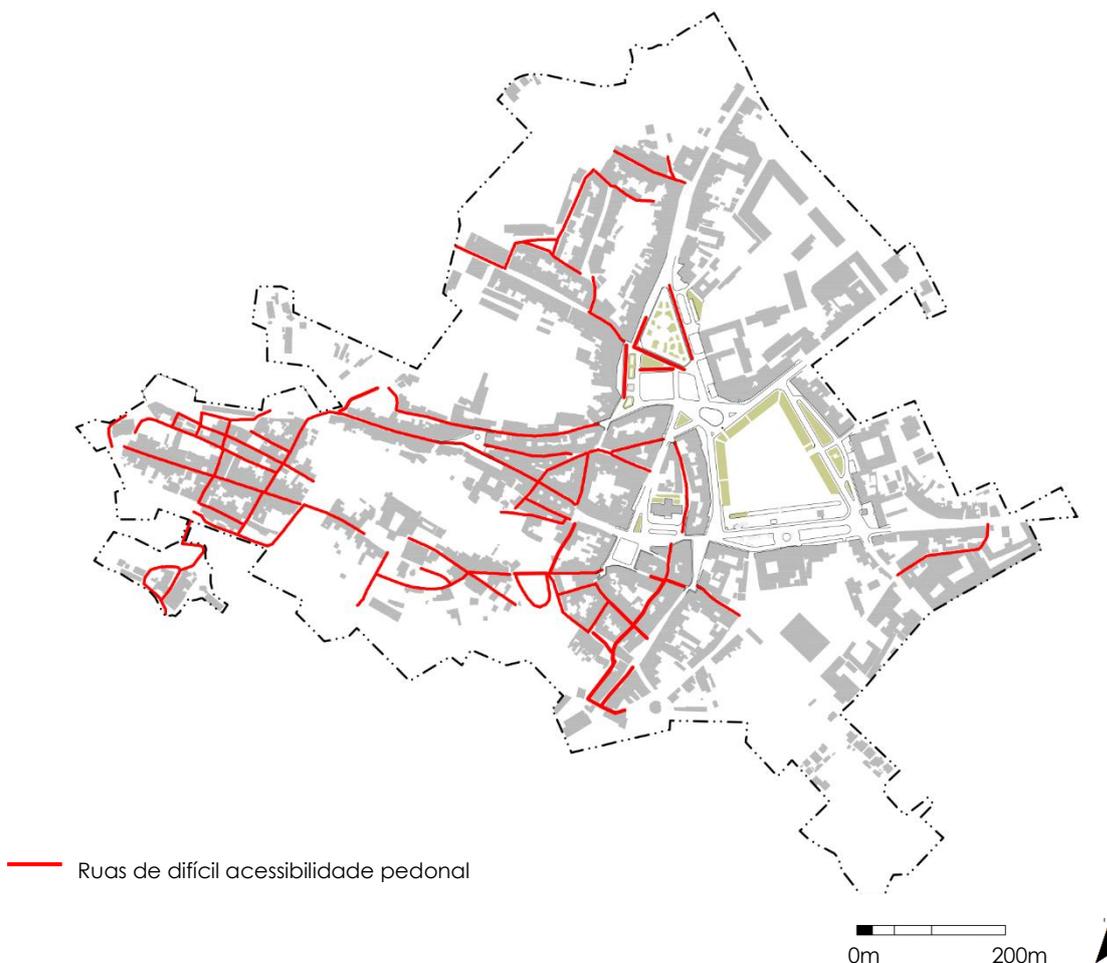


Fig. 75 – Planta de análise da acessibilidade urbana, Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

Os problemas de acessibilidade e mobilidade urbanas existentes no Centro Histórico de Estremoz mostraram-se preocupantes, com vista a perceber quais as reais dificuldades da população na circulação dos diferentes espaços públicos foi feita uma experiência da qual resultou a fig. 75. A experiência consistia em caminhar no Centro Histórico com um idoso e um jovem, apontando quais os espaços públicos em que tanto o idoso como o jovem apresentam desconforto e segurança na acessibilidade, os espaços destacados a vermelho (fig. 75) são aqueles em que devido ao desordenamento do estacionamento, obstáculos na via pública, ou o mau estado do pavimento, se torna mais difícil caminhar.

As ruas tornam-se muitas vezes um obstáculo para quem pretende deslocar-se no centro. Na fig. 76 é apresentada uma das ruas mais antigas da cidade, nesta rua tal como em muitas outras não existe passeio e a via pública é partilhada por peões e veículos, no entanto é dada a prioridade ao veículo já que o pavimento destas ruas torna o caminhar desconfortável e mesmo impossível quando um peão tenha que se deslocar em cadeira de rodas ou transportar qualquer objeto como um carrinho de bebé. Existem também ruas com passeios, no entanto na maior parte delas o mesmo é de dimensões reduzidas e o peão vê-se obrigado a ter que circular na via destinada ao automóvel, mas o mesmo também acontece em ruas com passeios de dimensões confortáveis pois o uso de esplanadas nas mesmas não deixa espaço para o peão circular (fig. 78).



Fig. 76 - Inexistência de passeios, Rua Direita

Fonte: Autora ( 2017)



Fig. 77 - Passeios de dimensão reduzida, Rua Serpa Pinto

Fonte: Autora (2017)



Fig. 78 - Esplanadas na via pública, rua envolvente ao Largo General Graça

Fonte: Autora (2017)

### 4.3 - Planos e Projetos para o Centro Histórico de Estremoz:

No âmbito da análise do caso de estudo mostra-se relevante a perceção dos esforços feitos nos últimos anos no âmbito de revitalizar o Centro Histórico de Estremoz, nomeadamente as estratégias implementadas pelos planos de ordenamento do território bem como os projetos que, mesmo não tendo chegado a estar concluídos, contribuiram para tentar dinamizar o centro de Estremoz

#### Plano Diretor Municipal de Estremoz – 2015

O Plano Diretor Municipal de Estremoz publicado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 122/95, entrou em processo de revisão à data de 2006, tendo sido aprovado em 26 de Junho de 2015 e entrado em vigor a 17 de Setembro de 2015. O PDM de Estremoz estabelece as linhas de orientação estratégica para o concelho, respeitando os instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior em vigor (PNOT, PROTA, Planos Setoriais).

O plano estabelece um conjunto de objetivos estratégicos:

- *“A afirmação do concelho no contexto regional e nacional como área privilegiada de oferta de atividades turísticas, lazer e económicas sustentadas no ambiente natural e nos recursos endógenos;*
- *A conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais;*
- *Uma perspetiva holística (transversal na leitura estratégia e ação sobre o território) envolvendo todos os protagonistas na sua quota-parte de participação” (CME, 2015a:16).*

O PDM identifica o Centro Histórico de Estremoz como Cidade Património, assumindo o mesmo como espaço de excelência de interação humana, e para o qual prevê um conjunto de objetivos, dos quais para o presente trabalho interessa referir:

- *A manutenção e coesão do conjunto nos termos da sua definição;*
- *A inversão objetiva do processo de definhamento do centro da Cidade em geral;*
- *A salvaguarda dos ‘bairros’ de per si;*

- A recuperação dos edifícios devolutos;
- A relação do espaço edificado com o 'espaço público';
- A capacidade de projetar o concelho como recurso patrimonial;
- O seu valor económico;
- As respostas para a crescente necessidade de lugares de estacionamento e melhores acessibilidades;
- A imposição da gestão de pontos de vista alargados, explorando a interação com o Espaço Cultural" (CME, 2015a:16).

### Área de Reabilitação Urbana

Em setembro de 2015 foi aprovada a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da cidade de Estremoz, estando de momento em vista o desenvolvimento de uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática (ORUS), acompanhada de um Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), sob a forma de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU). A área delimitada (fig. 79) encontra-se dentro do perímetro urbano delimitado no PDM, tem um total de 130,97 ha e abrange todo o Centro Histórico de Estremoz

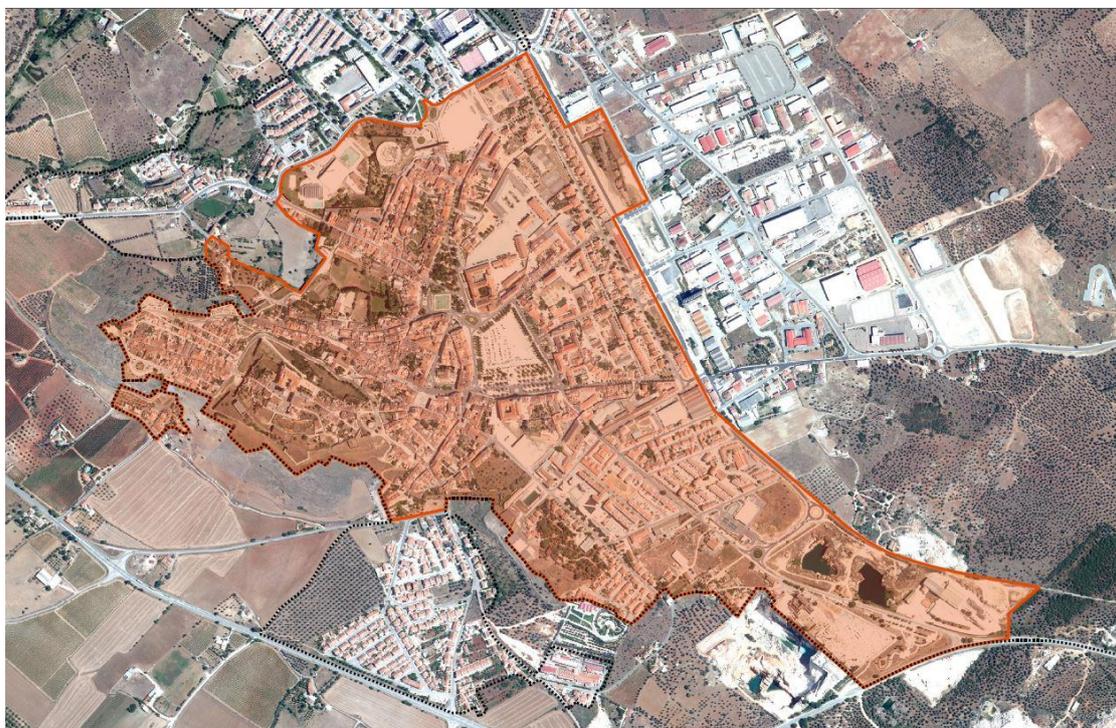


Fig. 79 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Estremoz

Fonte: [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARUs\\_Estremoz.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARUs_Estremoz.html)

bem como as suas áreas de influência, incluindo ainda a zona de extração de mármore.

A delimitação da ARU foi realizada de forma a estar em conformidade com o PDM, os seus objetivos estratégicos gerais vão de encontro aos definidos no artigo 3º do RJRU os quais visam salvaguardar o conjunto edificado bem como os espaços públicos da cidade de Estremoz. Revelam-se de particular importância os seguintes objetivos:

- *“Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que ações de natureza social e económica;*
- *Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva;*
- *Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;*
- *Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação;*
- *Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada” (CME, 2015e:10).*

#### Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – 2015/2020

O PEDU surgiu na sequência de um convite da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 para apresentação de candidaturas à sua elaboração para o Programa Operacional Regional do Alentejo 2020.

O PEDU de Estremoz foi assinado a 31 de Maio de 2016, estando em causa um investimento público de cerca de 5 milhões de euros, cofinanciados a 85% por fundos comunitários pertencentes ao Alentejo 2020. O plano incide sobre a ARU de Estremoz e pretende dar continuidade às intervenções já realizadas no anterior quadro comunitário, bem como iniciativas privadas. O PEDU encontra-se inserido no âmbito do Plano Operacional de Sustentabilidade Energética e Uso de Recursos (POSEUR), apresentando um horizonte temporal de 2015 a 2020, sendo constituído por três linhas de ação: o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano estabelece 5 eixos de ação:

“1. Incentivar e apoiar a reabilitação do património cultural, como pilar de desenvolvimento fundamental, em articulação com as entidades tutelares;

2. Promover a recuperação de edifícios degradados, designadamente dos mais emblemáticos, com usos, capazes de fomentar a dinamização funcional;

3. Assegurar uma melhor mobilidade, que contribua para qualidade ambiental e do espaço público, facilitando as deslocações pedonais, limitando o tráfego automóvel de atravessamento e ordenando restritivamente o estacionamento;

4. Promover sinergias que potenciem o desenvolvimento económico e social, com destaque para os recursos endógenos;

5. Gestão do Plano de Ação e Promoção da Região” (CME, 2015:5)

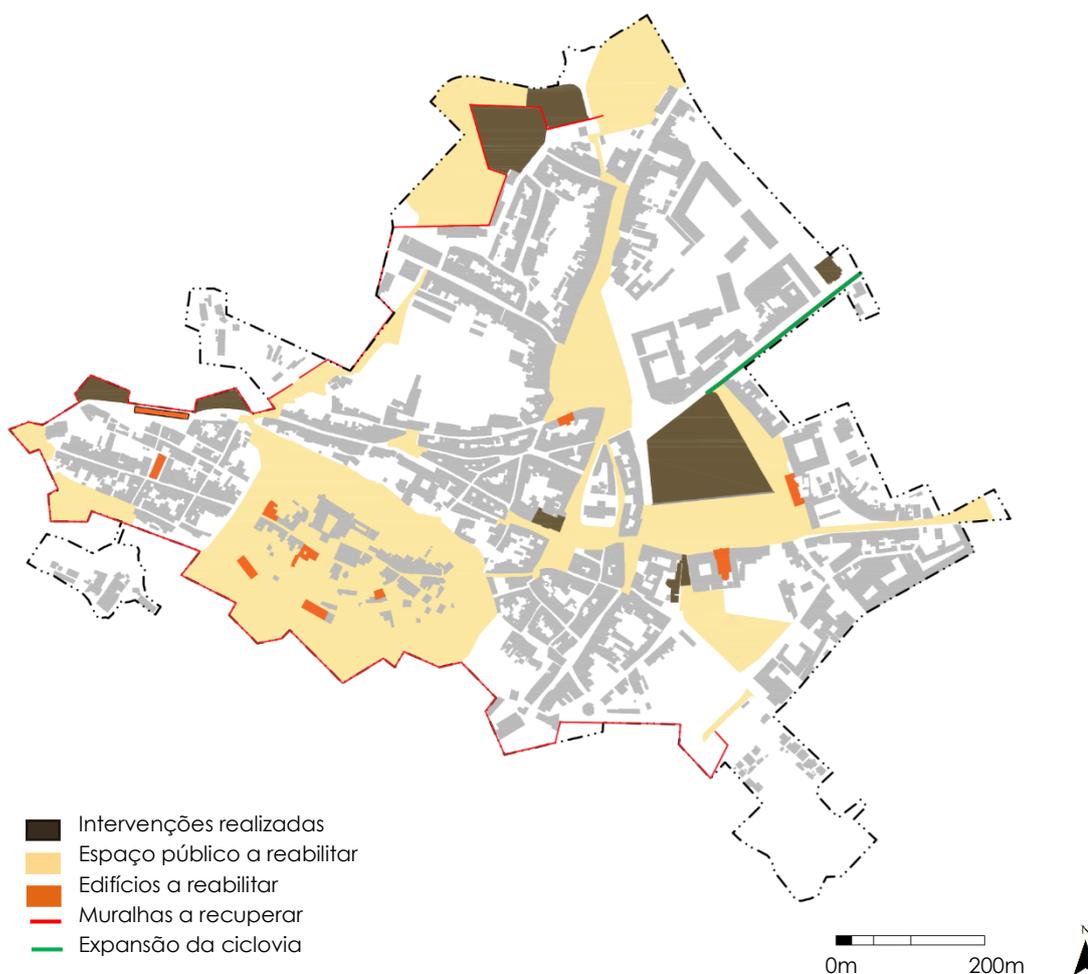


Fig. 80 – Planta de implantação da estratégia do PEDU para o Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Adaptado de CME (2015:32)

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, incluído no PEDU visa a diminuição da dependência automóvel, a gestão eficaz do sistema de estacionamento, a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade pedonal e o incentivo aos modos suaves e à utilização do transporte coletivo.

O Plano de Ação para a Regeneração urbana assenta num conjunto de objetivos:

- *“Reabilitação do edificado, reforçando a rede de equipamentos de uso público de uso gratuito.*
- *Melhoria do ambiente urbano, associada à recuperação do espaço público;*
- *Aumentar as áreas de repouso e usufruto do espaço público;*
- *Promover parcerias no âmbito da reabilitação urbana;*
- *Atrair população para viver no Centro Histórico;*
- *Aumentar o espaço pedonal, como incentivo aos modos suaves de transporte;*
- *Regular o estacionamento, proporcionando melhoria da mobilidade urbana;*
- *Melhorar as condições de suporte à dinamização económica” (CME, 2015:86)*

### **Projetos para o Centro Histórico**

O Município de Estremoz realizou a candidatura ao programa “Política de Cidades, Polis XXI - Parcerias para a Regeneração Urbana” promovido pelo Programa Operacional Regional do Alentejo (2007/2013), através do qual foi possível a intervenção em várias áreas da cidade, incluindo o Centro Histórico, com o financiamento da FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

A orientação estratégica definida pela Câmara Municipal de Estremoz visou *“recuperar a coerência funcional urbana da cidade de Estremoz”* para tal o Programa de Ação encontrava-se estruturado em 4 eixos estratégicos:

- *“1- Assegurar a coerência funcional da Cidade de Estremoz;*
- *2- Qualificar equipamentos urbanos estruturantes;*
- *3- Estimular o desenvolvimento económico e social*

- 4- Gerir com eficiência o Programa de Acção e garantir a sua notoriedade"(QREN, 2007:2)

Dos projetos implementados revelam particular importância para o presente trabalho os seguintes:

#### Requalificação do Espaço Público do Rossio Marquês de Pombal e Largos Adjacentes

A fim de recuperar o Centro Histórico da cidade com soluções de modernidade e inovação, a Câmara Municipal de Estremoz, lançou em 2007 um concurso público de ideias com o intuito de requalificar os espaços públicos centrais da cidade, nomeadamente o Rossio Marquês de Pombal e os largos adjacentes, esta ideia surgiu do "Estudo de Enquadramento estratégico para o Centro Histórico e remate urbano leste de Estremoz" realizado pela Parque Expo.

O concurso tinha como linhas orientadoras, a criação de uma ideia global e coerente para os espaços públicos envolvidos, que permita valorizar a imagem da cidade e manter a tradição da utilização destes espaços promovendo acessibilidade pedonal e ordenamento bem como redução de tráfego rodoviário.



Fig. 81 – Planta da proposta do Arq. Adalberto Dias para o Centro Histórico de Estremoz

Fonte:<http://gngapb.com/pt/projectos/90/estremoz>

O projeto da autoria do arquiteto Adalberto Dias (fig. 81) venceu o prémio "Projeto Urbano-Reabilitação" atribuído pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade e pelo Jornal Planeamento e Cidade.

O projeto vencedor que foi ainda discutido com os munícipes de forma a poder ser melhorado, propunha muitas melhorias sobretudo no mercado tradicional de sábado sem mudar a sua essência de mercado de rua, a praça continuaria como local de estacionamento, os passeios

envolventes tornar-se-iam mais largos e confortáveis e o tráfego automóvel seria reduzido.

No entanto, as únicas alterações realizadas neste espaço foram a sua pavimentação, mantendo-se o espaço do Rossio como parque de estacionamento, o mercado de sábado continua a realizar-se sem quaisquer condições, e os restantes largos não sofreram quaisquer alterações.

#### Mercado Municipal- Edifício Comercial e Espaço Público Contíguo Estremoz



Fig. 82 - Edifício comercial, antigo largo do mercado do peixe, Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

Situado no antigo largo do peixe junto ao Rossio Marquês de Pombal este novo edifício pretendia estabelecer uma ligação entre o Rossio Marquês de Pombal e a zona sul da cidade. Sendo um novo mercado municipal o seu objetivo, o projeto acabou por ter outros fins e destinar-se a vendas de pequeno comércio, estando muitos destes quiosques vazios e sem qualquer utilização. Esta situação deve-se ao

facto de os comerciantes do mercado de Estremoz não quererem abdicar do local onde atualmente vendem os seus produtos.

## **Diagnóstico SWOT (*Strength, Weaknesses, Opportunities, Threats*)**

### **| Forças**

- Localização geográfica, nomeadamente a proximidade com Badajoz
- Atratividade do setor dos mármore e dos produtos tradicionais alentejanos (vinhos, gastronomia, artesanato...);
- Diversidade e riqueza de património arquitetónico, paisagístico e histórico-cultural;
- Comércio tradicional de rua que atrai população residente nas imediações bem como turistas;

### **| Fraquezas**

- Crescente despovoamento;
- Elevado índice de envelhecimento;
- Falta de equipamentos sociais para a 3ª idade;
- Degradação do Parque Habitacional;
- Degradação e falta de funcionalidade dos espaços públicos;
- Mobilidade urbana reduzida;
- Estacionamento desordenado;
- Dificuldade de articulação entre a rede viária e o espaço público;
- Falta de condições à realização dos mercados de rua;

### **| Oportunidades**

- Atividades e produções locais que podem servir de âncoras de dinamização social e económica;
- Parque habitacional passível de ser reabilitado;
- Espaços públicos amplos;
- Mercados de rua;
- Forte componente patrimonial que pode tornar-se fator de atração;

## **| Ameaças**

- Falta de atratividade do Centro Histórico, que leva ao seu abandono por parte dos jovens;
- Crescimento do número de idosos a residir sozinhos;
- Crescimento extra-muros de bairros habitacionais com melhores condições de habitabilidade;
- Falta de ordenamento do estacionamento;
- Fixação de hipermercados nas periferias;

## **Reflexão sobre a análise**

O Centro Histórico de Estremoz é detentor de um forte património arquitetónico, paisagístico e histórico-cultural tornando-se por si só um local atrativo, a sua localização, os produtos típicos da região como os vinhos, a gastronomia, o artesanato, os mármore ajudam a que o mesmo se torne um local apetecível, no entanto a situação em que o Centro Histórico se encontra não é de todo favorável, o despovoamento e consecutivo envelhecimento da população levou o mesmo a uma situação de declínio. O crescimento do parque habitacional para fora do centro, com melhores condições de habitabilidade e melhor acesso a escolas e hipermercados tornam o centro um local pouco atrativo. As fracas condições de mobilidade e acessibilidade nos espaços públicos da cidade tornam-se muitas vezes obstáculos aos residentes que não se vêm atraídos por espaços convidativos de lazer e de estar. O Centro Histórico encontra-se, portanto, num momento de declínio que contrasta com a vivacidade de outros tempos.

## **5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA**

### **5.1 - Plano Estratégico para Revitalizar o Centro Histórico de Estremoz**

O plano estratégico de intervenção para o Centro Histórico de Estremoz, é resultado das conclusões obtidas a partir do diagnóstico SWOT bem como da vontade de ir de encontro a alguns dos objetivos estabelecidos nos diferentes planos (PDM, ARU e PEDU). Pretende-se tirar partido das oportunidades e das potencialidades encontradas, dando ao mesmo tempo resposta às ameaças e fraquezas que o Centro Histórico apresenta.

Apesar da fase de declínio em que o Centro Histórico de Estremoz se encontra atualmente, o mesmo é detentor de particularidades que nos levam a pensar que a sua situação poderá reverter-se. Os espaços públicos do Centro Histórico apresentam-se como elementos potenciadores de vida e atratividade, quer pelas suas dimensões, quer pela singularidade que cada um deles apresenta. As atividades económicas mantêm com o espaço público da cidade uma forte ligação, servindo-se muitas vezes do mesmo para prosperar. O mercado de rua tradicional constitui-se como um dos maiores atrativos de turistas mas também de residentes das periferias que se deslocam propositadamente ao centro para obter os melhores produtos. As atividades culturais vêm muitas vezes nos espaços públicos da cidade uma oportunidade para se manifestarem, estas atividades permitem o aumento da ligação da população com o seu Centro Histórico.

#### **Estratégia**

A estratégia apresentada tem como principal objetivo a revitalização do Centro Histórico através da requalificação do espaço público com vista a tornar o centro um local atrativo, de vivências e atividades que permitam atrair mais residentes. Para tal são apresentados um conjunto de objetivos que combinados procuram formar uma estratégia coesa e integrada com vista a devolver ao Centro Histórico a sua atratividade.

O plano estratégico divide-se em 3 objetivos principais:

1. Dinamizar o Centro Histórico nas suas vertentes social, económica e cultural

2. Promover a Mobilidade Pedonal

3. Promover a Acessibilidade Pedonal

### 1. Dinamizar o Centro Histórico nas suas vertentes social, económica e cultural

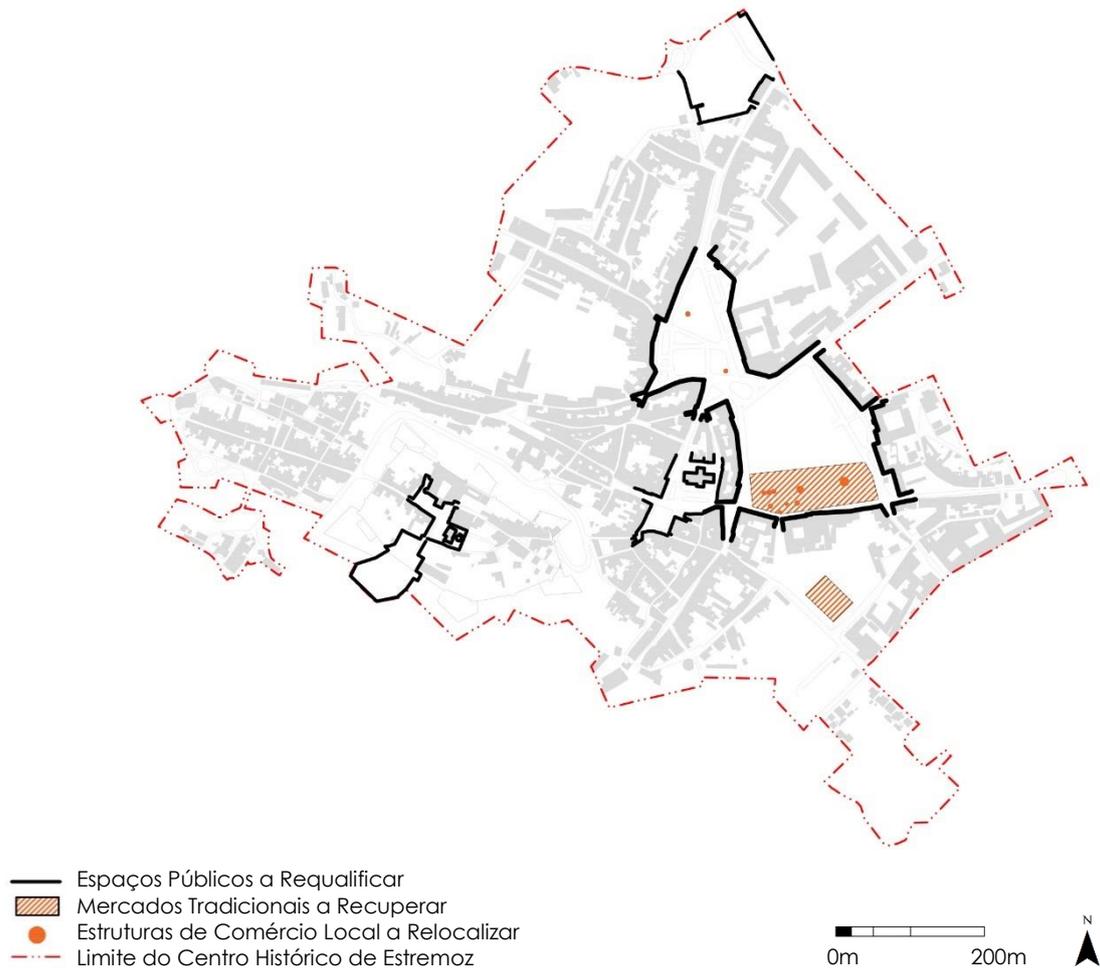


Fig. 83 – Planta de suporte à dinamização socioeconómica para o Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

A revitalização urbana não poderá existir sem ter em conta a dimensão social, económica e cultural, pois estas constituem-se como parte fundamental do processo de revitalização da cidade e necessitam por isso de ser integradas numa estratégia coesa que permita dinamizar o Centro Histórico.

Economicamente, o Centro Histórico de Estremoz vive do pequeno comércio tradicional bem como dos mercados de rua, ambos constituem pólos de atratividade e vida no centro e têm capacidade de se desenvolver e ser trabalhados no âmbito de se tornarem ainda mais atrativos.

A nível económico pretende-se, pois, melhorar as condições de suporte à dinamização económica, oferecendo melhores condições aos mercados de rua que promovem os produtos regionais e situando-se nos espaços públicos da cidade constituem-se como geradores de vivências e atraem turistas e residentes.

Também as estruturas de pequeno comércio localizadas nos espaços públicos, umas temporárias, outras que aí se foram instalando e acabaram por ficar permanentemente, constituem elementos importantes na vida económica da cidade uma vez que divulgam os produtos regionais e dão um pouco de vida a espaços que por vezes se tornam vazios. Pretende-se que estas estruturas sejam estrategicamente realocizadas de forma a poderem usufruir de condições mais propícias ao seu desenvolvimento e ao mesmo tempo permitam a dinamização de praças e ruas.

É ainda relevante a criação de apoios ao desenvolvimento de novas atividades económicas, através da cedência de espaços pela Câmara Municipal, de forma a dar um incentivo à dinamização económica da cidade.

A requalificação dos espaços públicos do Centro Histórico servirá como motor de dinamização económica, mas será também um forte aliado no estreitamento da relação existente entre os habitantes e o espaço público procurando oferecer novos espaços de estadia e convívio que permitam o desenvolvimento de atividades sociais. Segundo Gehl (2006) este tipo de atividades é potenciada quando a qualidade dos espaços públicos se revela propícia, quanto melhor a qualidade dos espaços públicos maior o número de atividades sociais que neles ocorre.

A requalificação do espaço público servirá também como palco para a dinamização cultural, dada a qualidade e quantidade de património cultural existente no Centro Histórico, o mesmo poderá servir-se dos espaços públicos para se promover através da organização de atividades culturais, sejam elas exposições, teatro, cinema ao ar livre, música. Estes tipos de atividades têm hoje em dia uma importância relevante na cidade principalmente junto dos jovens e pode constituir-se como elemento dinamizador de vida na cidade estreitando relações entre os idosos e os jovens, tendo o espaço público como principal cenário.

## 2. Promover a mobilidade pedonal

O elevado número de veículos no Centro Histórico de Estremoz é reflexo da priorização do automóvel que se apresenta como um dos fatores de declínio nos Centros Históricos. A promoção deste meio de transporte reduz significativamente a mobilidade pedonal uma vez que reduz a segurança nos espaços públicos e discrimina o peão que vê o seu espaço ser invadido pelo automóvel que não tendo condições à sua existência; em elevado número acaba por ocupar o espaço que não se lhe destina.

Com vista a incentivar a mobilidade pedonal é sugerido um novo sistema de circulação viária que visa diminuir o tráfego automóvel de atravessamento e reduzir o nº de veículos no Centro Histórico (fig. 92).

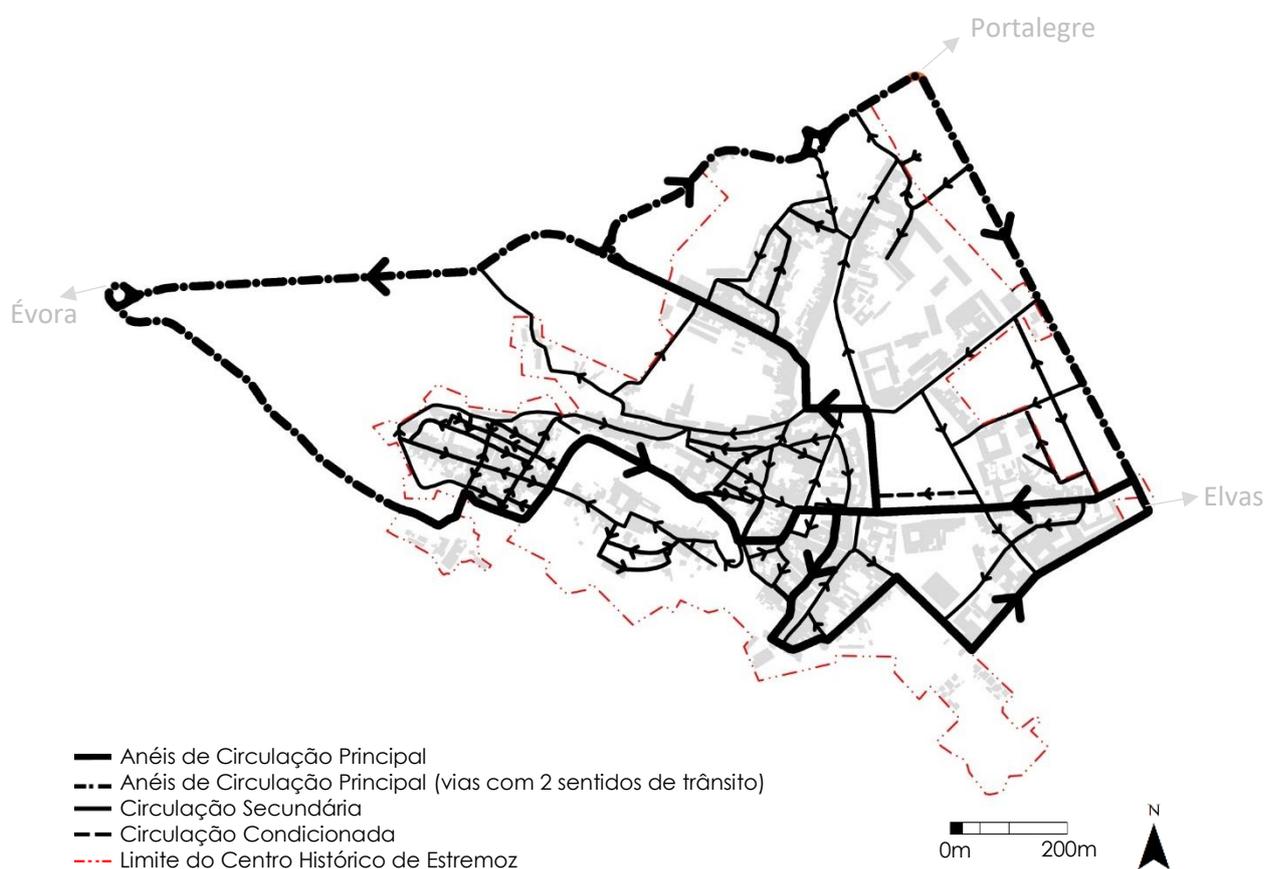


Fig. 92 – Sistema de anéis de circulação viária aplicado ao Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

O sistema de anéis de circulação viária consiste na divisão do Centro Histórico em 3 anéis principais de sentido único, que assumem a circulação principal, no interior destes anéis a circulação é feita recorrendo a sentidos

proibidos colocados estrategicamente em algumas ruas, afastando o tráfego de atravessamento para as vias principais. O acesso automóvel não é proibido mas é dificultado, convidando apenas a entrar quem tem como destino final um local específico no bairro.

Este sistema visa tornar as viagens mais longas e complexas, incentivando os residentes e visitantes a deixarem o carro fora do Centro Histórico, nos vários parques próximos dos anéis de circulação.

Procura-se assim transformar os espaços públicos do Centro Histórico em locais mais seguros e propícios à mobilidade pedonal, bem como descongestionar as áreas centrais que apresentavam um elevado fluxo de veículos, promovendo a mobilidade urbana e incentivando as pessoas a andar a pé.

Em Groningen na Holanda, um sistema semelhante foi aplicado às zonas centrais da cidade, resultando numa maior dinamização e atratividade do centro que se tornou referência em mobilidade, incentivando o uso da bicicleta como principal meio de transporte.<sup>7</sup>

### **3. Promover a acessibilidade pedonal**

A promoção da acessibilidade pedonal visa complementar o objetivo anterior, uma vez que apenas é possível promover a mobilidade pedonal se a mesma estiver integrada com uma melhoria das condições de acessibilidade nos espaços públicos, havendo uma diminuição do tráfego automóvel, os espaços públicos apenas serão convidativos a caminhar se existirem condições de conforto e acessibilidade.

Revela-se então a importância de proceder à melhoria dos espaços públicos de circulação de forma a garantir condições de conforto, tendo como objetivo final uma rede de percursos pedonais acessíveis.

Tendo em conta as características dos arruamentos do Centro Histórico de Estremoz que se encontram maioritariamente direcionados para a circulação automóvel, propõe-se um novo desenho urbano das ruas de modo

---

<sup>7</sup> Ver anexo I (p.121) onde se apresenta o Plano de Circulação de Tráfego aplicado na cidade de Groningen

a que estas possam adquirir condições favoráveis à circulação pedonal. A proposta visa melhorar a acessibilidade garantindo um livre acesso a todos os indivíduos através da criação de diferentes arruamentos, nas quais a prioridade é dada ao peão através da construção de corredores acessíveis (com 1,20m de largura mínima), com pavimentos adequados e confortáveis.

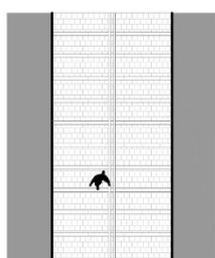
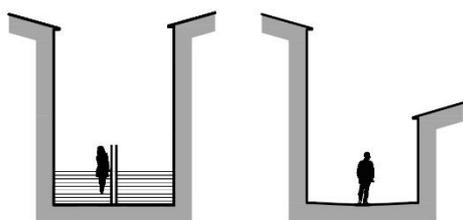


Fig.85 - Perfil-Tipo 1, variante a)

Fonte: Autora (2017)

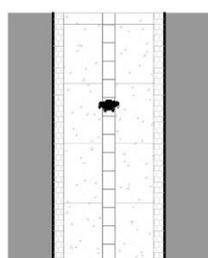


Fig.86 - Perfil-Tipo 1, variante b)

Fonte: Autora (2017)

### Perfil-Tipo 1 (ruas exclusivamente pedonais)

Variante a) – Ruas em escadaria com colocação de corrimão central em ruas de largura superior a 3m, ou corrimãos laterais nas ruas de dimensão inferior a 3m.

Variante b) – Utilização de betão “in situ” com conjugação de lajeado de betão 60x40cm.

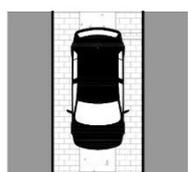
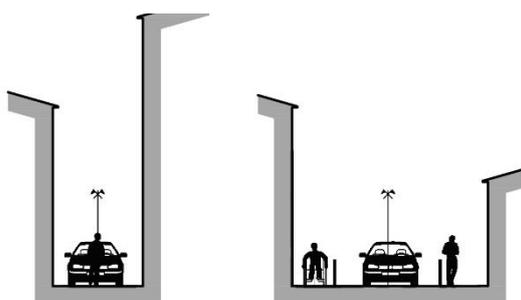


Fig.87 - Perfil-Tipo 2, variante a)

Fonte: Autora (2017)

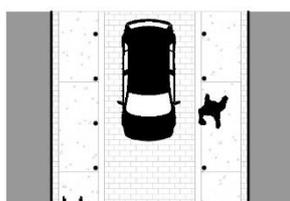


Fig.89 - Perfil-Tipo 2, variante b)

Fonte: Autora (2017)

### Perfil-Tipo 2 (ruas partilhadas)

Variante a) - Faixa pedonal central com dimensão mínima de 1,20m em pavimento de betão “in situ”.

Variante b) - Faixas pedonais laterais, ao nível da faixa de circulação rodoviário, tendo sempre prioridade o peão.

- Existência de pilaretes nas ruas comerciais.



### Perfil-Tipo 3

- Faixa rodoviária de 3,25m com possibilidade de existência de faixa de estacionamento.

- Área destinada a mobiliário urbano (1,20m a 2m)

- Faixa pedonal acessível com 1,20m de dimensão mínima

- Espaço de esplanadas de dimensões variáveis, quando a dimensão da rua o permite

- Canal de equipamento (0,30m)

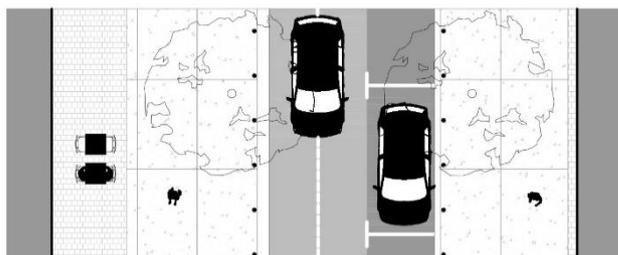


Fig. 89 - Perfil-Tipo 3

Fonte: Autora (2017)

Em complemento desta intervenção propõe-se a adoção de medidas com vista a proibir o estacionamento na via pública, bem como a retirada de todo o mobiliário urbano que constitua obstáculos no espaço destinado ao peão, de forma a garantir sempre um canal pedonal desimpedido (com 1,20m de largura mínima).

Os novos arruamentos serão implementados no Centro Histórico de Estremoz, em concordância com o anterior plano de circulação viária, formando uma rede de percursos acessíveis.

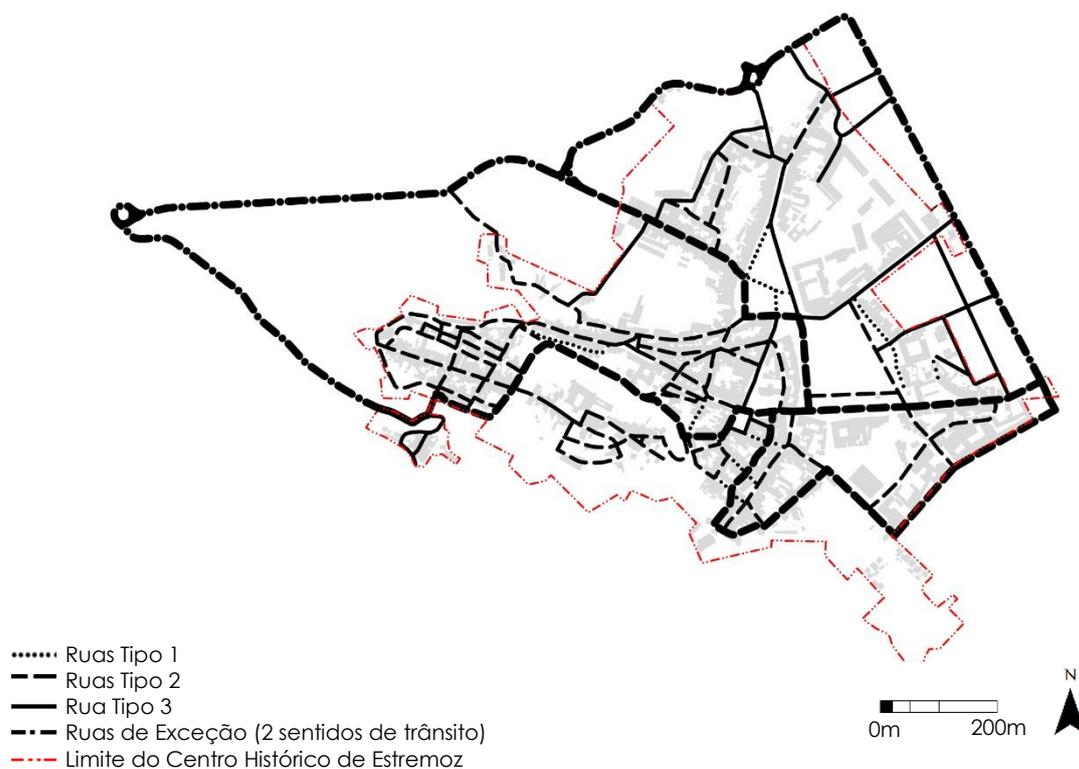


Fig. 90 – Planta de localização dos perfis-tipo no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

A dimensão urbana integra-se assim com a dimensão económica, social e cultural constituindo uma estratégia integrada e coesa que visa devolver a vida ao Centro Histórico.

*“Investir num espaço público de qualidade – bem projetado e bem construído – reforça a coesão social, atrai investimento e gera retorno económico para a cidade” CML (s.d : 8).*

## 5.2-Enquadramento da área de Intervenção

No seguimento do plano estratégico anteriormente definido, foram selecionados um conjunto de espaços públicos a intervir com vista à sua requalificação. A área de intervenção foi definida segundo o critério de reabilitar espaços estruturantes e relevantes na vida económica e social da cidade, de forma a que a intervenção possa gerar um maior impacto na mesma, demonstrando as potencialidades que o projeto urbano de espaço público pode ter na revitalização dos Centros Históricos, potenciando a preservação do seu património e realçando a sua importância histórica e cultural.



Fig. 91 – Enquadramento do Rossio Marquês de Pombal e Largos adjacentes no Centro Histórico de Estremoz

Fonte: Autora (2017)

Posteriormente a uma análise dos diferentes espaços públicos existentes no Centro Histórico de Estremoz, e segundo o critério de seleção acima referido, propõe-se intervir no espaço público do Rossio Marquês de Pombal, e nos seus largos adjacente, nomeadamente, o Largo General Graça, e o Largo dos Dragões de Olivença.

### 5.2.1 – O Rossio Marquês de Pombal

O Rossio Marquês de Pombal desempenhou noutros tempos um papel importante na história da cidade, a sua localização e dimensão eram ajustadas às atividades militares bem como à realização de trocas comerciais, sendo por isso chamado de Praça de Armas. O elemento principal da composição é o seu pavimento central, arborizado lateralmente.

Hoje a praça assume o estacionamento como a sua principal função, o seu núcleo constitui um parque de estacionamento com capacidade para cerca de 700 carros, no entanto a falta de marcação de lugares leva a um desordenamento que torna este espaço caótico nas manhãs de sábado (fig. 92), já durante os restantes dias o estacionamento não chega a ocupar ¼ da sua capacidade (fig. 93).



Fig. 92 – Parque de estacionamento do Rossio Marquês de Pombal (sábado de manhã)

Fonte: Autora (2017)



Fig. 93 – Parque de estacionamento do Rossio Marquês de Pombal (segunda-feira)

Fonte: Autora (2017)

Este espaço é aproveitado pela Câmara Municipal de Estremoz para a realização de atividades culturais como as Festas da Exaltação de Santa Cruz, pelo Regimento de Cavalaria nº 3 para a celebração do seu aniversário organizando exposições e atividades ao ar livre e por outras entidades, períodos em que a praça fica apenas com metade da área destinada a estacionamento.

Nas manhãs de sábado, junto ao Convento dos Congregados realiza-se o mercado tradicional de rua, onde podem ser adquiridos produtos alimentares como fruta, azeite, enchidos, queijos e doces típicos da região expostos nas bancas improvisadas dos produtores.

Existe em simultâneo uma feira de velharias onde se pode encontrar mobiliário, loiças, livros, arte sacra e uma vasta gama de velharias, a feira atrai muitos visitantes provenientes das localidades vizinhas, mas também espanhóis que se sentem atraídos por estes produtos, os artigos são expostos em bancas ou no chão que não sendo pavimentado acaba por levantar poeiras e tornar-se incomodativo.

O mercado de sábado apesar da atratividade que trás ao Centro Histórico não apresenta, pois, as melhores condições de funcionamento, uma vez que quando as condições meteorológicas são adversas muitos produtores não conseguem vender os seus produtos por não terem meios monetários de adquirir toldos de proteção contra a chuva.



Fig. 94 – Feira de velharias do mercado de sábado (condições meteorológicas adversas), Rossio Marquês de Pombal

Fonte: Autora (2017)



Fig. 95 – Mercado de sábado (condições meteorológicas adversas), Rossio Marquês de Pombal

Fonte: Autora (2017)

Existem ainda adjacentes aos espaços onde se localiza o mercado de sábado, pequenas estruturas de comércio local, sendo algumas delas temporárias, destinadas ao comércio de produtos alimentares e floricultura, outras que se instalaram neste local e aqui permanecem diariamente promovendo cortiças e produtos locais.



Fig. 96– Estrutura temporária de venda de floricultura, Rossio Marquês de Pombal

Fonte: Autora (2017)



Fig. 97 – Estrutura permanente para venda de produtos de cortiça, Rossio Marquês de Pombal

Fonte: Autora (2017)

Os diversos cafés e pastelarias que enquadram o núcleo do Rossio Marquês de Pombal constituem-se como locais atrativos de estadia, principalmente no verão em que chega a ser fechada ao trânsito a rua Oeste em frente ao Café Alentejano, para as crianças poderem andar de bicicleta enquanto os pais se encontram nas esplanadas. Por se encontrar num local de grandes concentrações de atividades económicas este espaço é propício ao desenvolvimento das mesmas.

Considera-se, pois, importante a intervenção neste espaço, uma vez que se apresenta como potencial espaço atrativo, com valor histórico e com potencialidades de impulsionar a revitalização urbana.

### 5.2.2 - Largo General Graça e Largo dos Dragões de Olivenza

A ligação existente entre o Largo General Graça e o Rossio Marquês de Pombal, faz com que uma intervenção não faça sentido sem a outra, tendo-se assim considerado de extrema importância uma intervenção contínua e com sentido intervindo nos dois largos adjacentes ao Rossio.

O Largo General Graça apresenta-se como espaço diversificado e com elementos urbanos de referência, o Lago do Gadanha constitui-se como um dos locais a visitar na cidade. No seu centro apresenta a figura expressiva de Neptuno forrada a mármore, no entanto o lago não pode ser considerado um local atrativo e de estadia, contrariamente ao pequeno largo em frente à igreja de S.Francisco que se constitui como um dos espaços públicos mais atrativos, quer pela sua localização mas também pela existência do quiosque que dispõe de esplanada, tornando-se assim local de frequência assídua.



Fig. 98– Quiosque em frente à Igreja de S.Francisco, Largo General Graça

Fonte: Autora (2017)



Fig. 99– Espaço de estadia em frente ao Lago do Gadanha, Largo General Graça

Fonte: Autora (2017)

A sul do Lago do Gadanha concentram-se alguns restaurantes e cafés, que devido ao desordenamento do estacionamento não têm espaço para usufruir de esplanadas e proporcionar um ambiente mais propício ao convívio.

O Jardim Municipal constitui outro elemento presente no largo, o qual para além de um pequeno quiosque, possui um jardim infantil, único espaço público na cidade destinado aos mais novos. O jardim carece de espaços de convívio uma vez que a disposição do mobiliário urbano não favorece essa atividade. Junto ao Jardim encontra-se o pequeno Largo dos Dragões de Olivenza onde se localiza o Regimento de Cavalaria nº3, este largo serve

atualmente como parque de estacionamento para os trabalhadores deste equipamento militar.

### **5.3 – Projeto Urbano**

A proposta centra-se nas áreas anteriormente caracterizadas, tendo como principal objetivo a revitalização do Centro Histórico através da requalificação do espaço público, para tal é fundamental a escolha do “Rossio Marquês de Pombal e dos Largos Adjacentes” pois os mesmos constituem-se como espaços estruturantes e potenciadores de vida no centro.

Assim, o presente capítulo procura esclarecer o desenho da proposta de intervenção urbana que se centrou na resolução de problemas e na criação de novas oportunidades de desenvolvimento e dinamização económica, social e cultural.

Numa primeira fase, descreve-se a intervenção urbana na sua generalidade, para posteriormente serem descritas as opções que levaram às diferentes intervenções nas diferentes áreas.

#### **Estratégia Geral**

Conforme analisado, a zona de intervenção caracteriza-se como um espaço de grande valor histórico e cultural, encontrando-se estrategicamente localizada no centro da vida económica da cidade, no entanto apresenta-se como um espaço pouco característico, somando um conjunto de problemáticas e situações que em nada contribuem para a dinamização da vida urbana.

Tendo como principal linha de orientação a criação de uma ideia coerente e transversal para os espaços públicos, valorizando a imagem da cidade, a intervenção procura seguir princípios de salvaguarda e valorização dos Centros Históricos.

Tendo o indivíduo como elemento prioritário do espaço público, o projeto procurou explorar diferentes formas de apropriação do espaço, potenciando funções já existentes e introduzindo novos usos temporários ou permanentes, procurando interligar o património com o espaço público de forma a estabelecer relações de simbiose que se mostrem positivas para ambas

as partes, criando novas zonas de lazer e de estadia de forma a promover o espaço público como local de sociabilização e criatividade.

No âmbito da proposta urbana o projeto encontra-se dividido em 2 zonas, que se encontram diretamente relacionadas entre si, mas são espaços funcionalmente distintos, o Rossio Marquês de Pombal, onde se pretende a criação de um sistema articulador entre espaços que assumem diferentes funções, e os Largos adjacentes (Largo General Graça e Largo dos Dragões de Olivenza), que devido à sua estreita relação não faria sentido serem pensados separadamente.

A intervenção visa a requalificação do espaço público de forma a que o mesmo se transforme num espaço contínuo e articulador, de fácil acessibilidade, confortável, seguro e atrativo de forma a potenciar novas vivências.

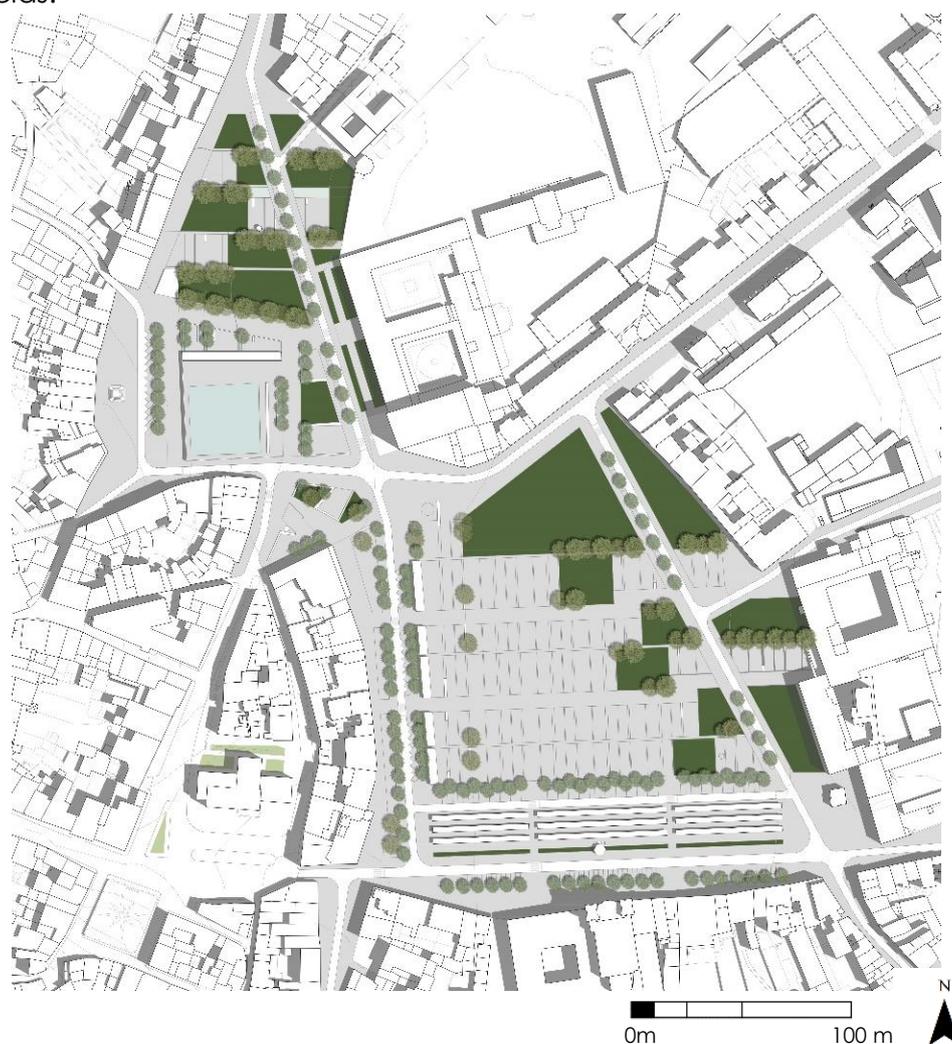


Fig. 100 – Proposta de Intervenção Urbana

Fonte: Autora (2017)

## Oferta de Estacionamento

Segundo o estudo que permite conhecer a oferta/procura de estacionamento no Centro Histórico de Estremoz<sup>8</sup>, concluiu-se que o local de intervenção apresenta um excedente de oferta, não se justificando sobretudo no Rossio Marquês de Pombal. A redução da oferta de estacionamento não terá qualquer implicância negativa uma vez que existem na envolvente imediata (menos de 4 minutos de distância) 5 parques de estacionamento que permitem responder à procura existente.

### **Plano de Detalhe**

#### **Rossio Marquês de Pombal**

O rossio é hoje maioritariamente utilizado como parque de estacionamento, função que não se adequa às características do mesmo e nada de positivo traz à vida na cidade. Pretende-se, portanto que o espaço se constitua como elemento integrador de diferentes funções, formando por sua vez diferentes tipos de espaços:

##### - Espaço de estadia e lazer

Na parte lateral Este do Rossio pretende-se a criação de um espaço verde, que permita zonas apazíveis e que apelem à sua utilização e permanência, constituindo-se como espaços de estadia e de recreio ativo (fig. 101), estas zonas visam impulsionar a socialização nos espaços públicos, para que o mobiliário urbano aqui colocado permitia a realização de atividades lúdicas atrativas para jovens e para idosos.

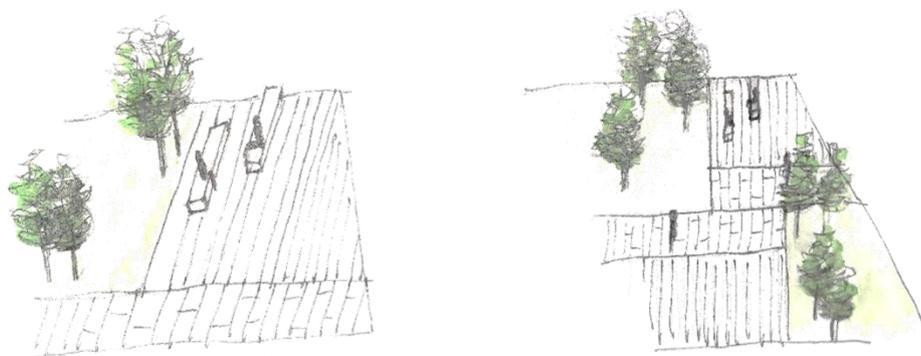


Fig.101 – Perspetivas dos espaços de estadia e lazer propostos

Fonte: Autora (2017)

---

<sup>8</sup> Ver anexo I (pág. 116) onde é apresentado o estudo realizado para auferir a oferta e procura de estacionamento no Centro Histórico de Estremoz

Este espaço procura ainda destacar o património cultural existente, nomeadamente o Convento das Maltezas onde se situa o Museu de Ciência Viva, através da criação de percursos que o liguem diretamente ao espaço da praça.

#### - Espaço de comércio local

O mercado tradicional de rua afirma-se como um dos mais importantes dinamizadores económicos da cidade, como tal pretende-se adequar o mesmo de condições à sua realização, para isso foi proposta uma nova estrutura temporária (fig. 102) que visa que todos os vendedores tenham meios para vender os seus produtos sem necessidade de adquirir toldos e de colocar os seus produtos no chão.<sup>9</sup> Este espaço encontra-se organizado em corredores espaçosos e com possibilidade de circulação entre os mesmos. De forma a auxiliar os vendedores foi criada uma via de acesso condicionado, esta via só pode ser acedida por vendedores que terão um cartão de acesso à mesma de forma a que possam estacionar num parque privado que a eles se destina de forma a poderem ter mais facilidade de transporte dos seus produtos. Semanalmente o espaço dedicado ao mercado assume-se enquanto espaço de passeio e interação social.

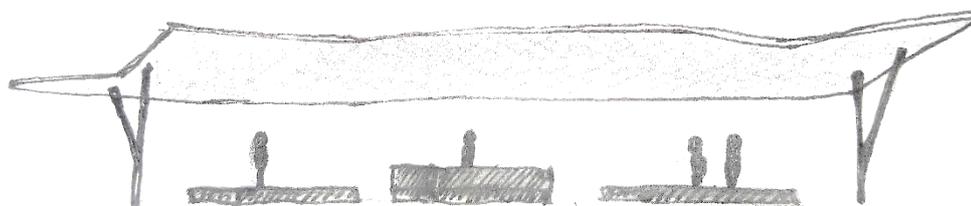


Fig. 102 – Proposta de Estrutura de apoio ao mercado de rua

Fonte: Autora (2017)

A rua que se encontra na lateral Oeste da praça caracteriza-se pela concentração de pequenos cafés e restaurantes que constituem local de eleição para estadias nas esplanadas pelos residentes. Esta dinâmica pode ser impulsionada através da instalação de pequenas estruturas de comércio (fig. 103) que são realocizadas do Alçado Sul da praça para aqui poderem ter mais

---

<sup>9</sup> Ver anexo I (p. 123 e 124) onde se apresentam projetos de referência de estruturas concedidas que podem adaptar-se ao comércio de rua

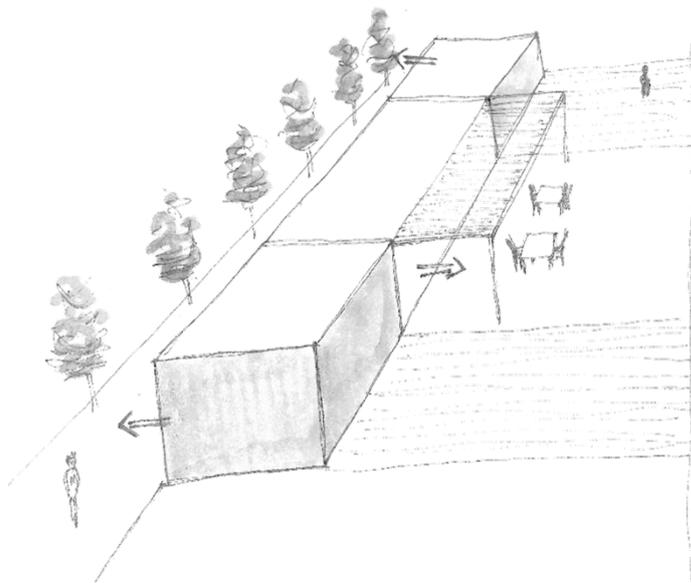


Fig. 103 – Novas estruturas de comércio local  
 Fonte: Autora (2017)

oportunidade de prosperar. Pretende-se assim criar uma frente de rua e dotar estes espaços de esplanadas e zonas de estadia na praça.<sup>10</sup>

- Espaço de atividades culturais

Uma vez que a praça é esporadicamente utilizada para a realização de atividades culturais como festas da cidade e

exposições, procurou-se manter o espaço central da mesma com vista a poder ser utilizado para esse fim. A relação estabelecida entre a praça e o museu de ciência viva procura ser um bom potenciador de atividades para os mais novos.

A intervenção realizada procura incentivar a mobilidade pedonal, desprovendo a praça como lugar de estacionamento, contudo são propostos alguns lugares de estacionamento com vista a responder às necessidades dos residentes que não interfiram com a permeabilidade e continuidade dos espaços pedonais.

As estátuas e elementos relevantes foram mantidos e alguns relocados de forma a manter a presença de elementos históricos importantes para a cidade, dando mesmo ênfase a alguns deles como a estátua dos combatentes que carece agora de um espaço digno à sua contemplação.

<sup>10</sup> Ver anexo I (p.125) onde se apresenta o exemplo de uma praça que serviu como referência, pela utilização de pequenas estruturas de comércio interligadas com o pavimento

Junto à Escola Profissional da Região do Alentejo (EPRAL), localizada a noroeste do Rossio, foi requalificado o espaço público existente de forma a criar espaços de estadia e convívio entre os jovens que ali estudam, bem como para os residentes.

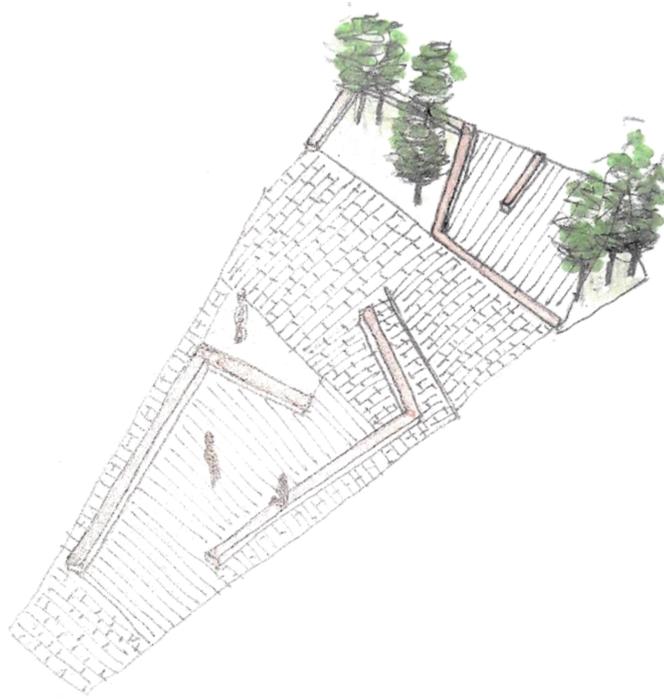


Fig. 104 – Espaço Público em frente à EPRAL  
Fonte: Autora (2017)

## Largo General Graça e Largo dos Dragões de Olivenza

A requalificação destes largos é essencial e deve estabelecer uma continuidade à proposta de intervenção no Rossio Marquês de Pombal. Tendo como principal elemento o Lago do Gadanha, pretende-se que o mesmo proporcione um local de socialização através da construção de um espaço de estadia<sup>11</sup>, para complementar pretende-se a construção de um espaço “Louge” com uma estrutura temporária destinada a cafés e restaurantes com espaço de explanada junto ao lago, estes espaços pretendem-se de caráter temporário podendo ser alugados.

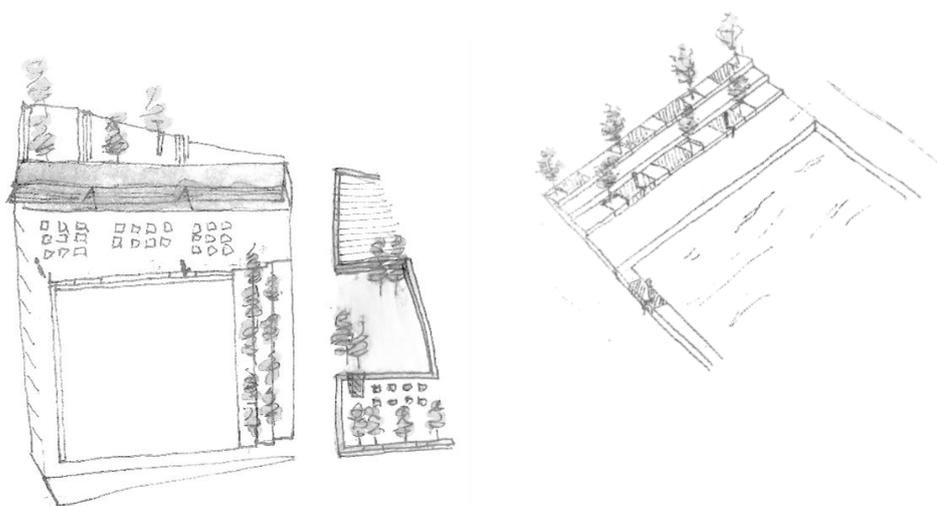


Fig. 105 – Perspetivas dos espaços junto ao Lago do Gadanha

Fonte: Autora (2017)

Na frente da Igreja de S. Francisco pretende-se manter o atual quiosque uma vez que o mesmo é gerador de vivências e a sua ligação com a igreja revela-se de grande importância no espaço, contudo pretende-se melhorar as condições de usufruto do mesmo através de espaços verdes e mobiliário urbano.

Dada a sua importância enquanto espaço verde da cidade, irá manter-se o espaço do Jardim Municipal bem como o parque infantil e o quiosque que se encontram no seu interior, no entanto propõe-se uma solução mais coerente e integrada com mais espaços verdes e uma ligação ao largo dos Dragões de Olivenza.

---

<sup>11</sup> Ver anexo I (p.126) onde é apresentada uma referência de espaço de estadia junto ao rio com o ambiente que se pretende criar

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do declínio dos Centros Históricos assume-se enquanto principal tema a tratar no presente trabalho. A descaracterização que os Centros Históricos têm vindo a sofrer nas últimas décadas encontra-se motivada por um conjunto de fatores que no seu conjunto contribuíram para a situação em que os mesmos se encontram. É importante intervir com vista a reverter esta situação e devolver aos centros a centralidade e dinamismo que sempre lhes estiveram associados.

De forma a dar resposta a esta problemática assumiu-se como principal objetivo revitalizar estes conjuntos urbanos de forma a preservar e conservar o seu património.

Como modelo de análise, constituiu-se como caso de estudo o Centro Histórico de Estremoz devido às suas características que se assumem como potenciadoras de atratividade, mas que à semelhança de outros Centros Históricos não têm capacidade de reagir face aos fatores de declínio.

Foi definido para o caso de estudo um plano estratégico cujo objetivo principal visa a revitalização do Centro Histórico através do espaço público, requalificando-o e tornando-o um elemento chave à atratividade local.

O plano definido consistiu no princípio da atração da população e fixação da população existente bem como da atração de atividades económicas com vista à criação de novas oportunidades que visam atrair as camadas mais jovens ao centro.

A metodologia utilizada desenvolveu-se em várias etapas, começando pelo diagnóstico, ao estabelecimento de uma estratégia que findou numa aplicação a uma área do território em estudo.

A fase de diagnóstico procurou estabelecer quais as principais necessidades do centro face à análise dos indicadores sociais, urbanos e económicos com vista a encontrar um cenário de oportunidades e fraquezas que o Centro Histórico apresenta.

Na fase estratégica foram estabelecidos um conjunto de objetivos que procuram no seu conjunto a dinamização económica, cultural, social e urbana

do Centro Histórico. Os objetivos em causa procuram a promoção da mobilidade e acessibilidade pedonal aliadas à dinamização social económica e cultural do Centro Histórico.

Aos objetivos estratégicos associaram-se um conjunto de ações que passam pela requalificação de espaços públicos, relocalização e melhoria das condições de realização do comércio local, reorganização da rede viária e redesenho dos arruamentos.

Após uma abordagem a todo o Centro Histórico procurou-se avançar para uma escala mais aproximada, estabelecendo uma área de intervenção na qual se pretende aplicar a concretização das ações estratégicas anteriormente referidas, dando especial ênfase à requalificação do espaço público e melhoria e relocalização do comércio local.

A área de intervenção engloba um conjunto de espaços públicos, nomeadamente o Rossio Marques de Pombal, o Largo General Graça e o Largo dos Dragões de Olivença, o objetivo principal da intervenção visa a requalificação dos espaços com vista à criação de uma ideia coerente e transversal que vise valorizar o Centro Histórico da cidade respeitando os princípios de salvaguarda dos mesmos.

Procedeu-se a uma intervenção que visou potenciar atividades económicas existentes e criar condições à instalação de novas atividades, explorando novas formas de apropriação do espaço público, inserindo locais de convívio e lazer e locais propícios à instalação de atividades culturais ligadas ao património.

O trabalho desenvolvido pretendeu contribuir para a resolução da problemática dos Centros Históricos, ressaltando a importância que os mesmos têm nas cidades e a real necessidade de intervir para garantir a sua preservação e salvaguarda.

Defendeu-se a revitalização e requalificação como estratégias urbanas a aplicar, utilizando como principal instrumento o espaço público e a sua capacidade de criar vivências e dinamizar cidades.

O espaço público mostra-se assim um elemento-chave na criação de novas dinâmicas sociais e económicas com capacidade de atrair pessoas a viver e a visitar os Centros Históricos de forma a que os mesmos possam reverter o declínio em que se encontram.



## **Bibliografia**

**Almeida, F.** (1993) Riegl e Hoje, *Revista da faculdade de Letras, serie II, vol .X* , pp.408-416.

**Baptista, A.** (2013) *O lugar como Simbiose – Centro Histórico de Torres Vedras*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

**Borja, J. e Muxi, Z.** (2000a) *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Ed. Electra.

**Borja, J. e Muxi, Z.** (2000b) Fazer cidade atual. Centros e espaços públicos como oportunidades In Brandão, P. e Remesar, A. (Coord.) *Espaço Público e Interdisciplinaridade*. Lisboa: Ed. Centro Português de Design, pp. 84-86.

**Brandão, P.** (2008) *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: DGOTDU.

**Caldeira, J.** (2007) *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. Tese de Doutoramento, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

**Carvalho, R.** (2011) *Lugar da Rua - Lugares de encontro na cidade contemporânea. O caso da rua da Junqueira*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura. Universidade de Lisboa.

**Castro, A.** (2002) Espaços públicos, coexistência social e civilidade. *Revista Cidades - Comunidades e Territórios*. Nº 05, pp. 53-67.

**Cavém, M.** (2007) *Centros Históricos contemporâneos: mudanças de perspectiva na gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

**Choay, F.** (2010) *Alegoria do Património*. Colecção Arte & Comunicação. Lisboa: Edições 70.

**Choay, F.** (2011) *As questões do Património – Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

**Costa, E.** (2012) Património e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. *Finisterra*, XLVII , 93, pp. 5-28.

**Castro, A. e Ferreira V.** (1999) *A Cidade DA EXPO '98: Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa*. Bizâncio, Lisboa, pp. 205-251.

**CME.** (2015) Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano 2015-2020. CME

**CML.** (s.d) *Lisboa, O desenho da Rua – Manual de apoio a projeto e obra de espaço público (Versão de Trabalho)*, Lisboa: Loures Gráfica

**Fernandes, J.** (2011) Centro Histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. *Atas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*, pp. 12-25.

**Francisco, M.** (2005) Espaço público urbano: Oportunidade de identidade urbana participada. *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu- Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*. Universidade de Évora, pp.1-15.

**Funari, P. e Pelegrini, S.** (2006) *Património Histórico e Cultural: Rio de Janeiro*. Editor Jorge Zahar.

**Gehl, J. e Gemzoe, L.** (2002) *Nuevos espacios urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili.

**Gehl, J.** (2006) *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. Barcelona: Ed. Reverte.

**Gehl, J.** (2010) *Cidades para as pessoas*. São Paulo: Perspectiva -1º ed 2010.

**Indovina, F.** (2002). O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança, *Revista Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º 5, pp.119-123.

**Jacobs, J.** (2000) *Morte e vida nas grandes cidades*. Brasil: Martins Fontes.

**Lamas, J.** (1993) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

**Leal, R.** (2015) *Contributos para a Requalificação Paisagística do Centro Histórico Medieval de Estremoz*. Relatório de Estágio, Escola de Ciências e Tecnologia. Universidade de Évora.

**Miranda, C.** (2013) *Re-habitar o Centro Histórico- O caso de Palmela*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa.

**Moreira, C.** (2006) O entendimento do Património no contexto local. *Oppidum* nº1, pp. 127-140.

**Moreira, G.** (2007) Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. *Artitextos*. Nº 5, pp.117-129.

**Moura, D. et al.** (2005) *A Revitalização Urbana. Contributo para a Definição de um Conceito Operativo*. Artigo que é parte do relatório Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN.

**Peixoto, P.** (2003) Centros Históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia*, nº 13, pp. 211-222.

**Pereira L. e Serdoura, F.** (2010) Centros Urbanos de Pequena Dimensão: Contributos para a sua Revitalização. *Atas do Congresso para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, Universidade do Minho.

**Pisani, M.** (2002) Projeto de Revitalização de edifícios, *Sinergia*, v 3, nº 2, pp-91-97. São Paulo.

**Queirós F.** (2007) *Reabilitação de Centros Históricos*. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.

**Salgueiro, T.** (1992) *A cidade em Portugal – Uma geografia urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento.

**Sebastião, A.** (2010) *Planeamento Estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras*. Relatório de Estágio. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa.

**Serdoura, F.** (2007) *As Dimensões do Espaço Urbano Público*, Lisboa: CIUAD e CEFA. *ArtiTextos* nº5, pp. 149-156.

**Serdoura, F. e Silva, F.** (2006) *Espaço Público. Lugar de Vida Urbana. Congresso para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, Universidade do Minho.

**Silva, A.** (2011) *Requalificação urbana - O exemplo da intervenção Polis em Leiria* – Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

**Silva, L.** (2009) *Espaço Público e Cidadania: Usos e Manifestações Urbanas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Tavares, J.** (2008) *Reabilitação Urbana. As Sociedades de Reabilitação Urbana e as Novas Perspetivas na Requalificação de Centros Históricos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Lisboa.

**Teixeira, M. e Valla, M.** (1999) *O Urbanismo Português Séc. XIII - XVIII Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

**Torres, A.** (2013) *A Rua como mediador entre a cidade e o edifício – Uma intervenção da Rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa.

**Zanirato, S.** (2008) *A Mobilidade nas Cidades Históricas e a Proteção do Património Cultural*. *Revista Eletrónica de Turismo Cultural*. Vol.2, nº2, pp.5-9.

## Webgrafia

**Carta de Bruxelas** (2009) disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>

(consultado em 26/04/2016)

**CCDRA** (2010) Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo disponível em:

[http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/ordenamento/RCM\\_53-2010\\_2Ago.pdf](http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/ordenamento/RCM_53-2010_2Ago.pdf)

(consultado a 10/06/2016)

**CCDRA** (2014) Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 disponível em:

<http://www.alentejo.portugal2020.pt/index.php/po-regional-do-alentejo-2014-2020> (consultado em 10/02/2017)

**CME**, (2006) Carta Educativa do Concelho de Estremoz - Caracterização do Concelho, disponível em:

<http://pdm.estremoz.pt/files/carta-educativa-do-concelho-de-estremoz.pdf>

(consultado em 10/04/2016)

**CME** (2007) Regulamento Especifico de Política de Cidades- Parcerias para a Regeneração Urbana, disponível em:

<https://sigpoa.ccdr-a.gov.pt/registo/getDocument/22407> (consultado em

24/04/2016)

**CME** (2015a) Plano Diretor Municipal de Estremoz – Relatório, disponível em:

<http://pdm.estremoz.pt/files/relatorio.pdf> (consultado em 04/07/2016)

**CME** (2015b) Plano Diretor Municipal de Estremoz – Regulamento, disponível em:

<http://pdm.estremoz.pt/files/regulamento.pdf> (consultado em 04/07/2016)

**CME** (2015c) Plano Diretor Municipal de Estremoz - Sistema Cultural, disponível em:

<http://pdm.estremoz.pt/files/sistema-cultural-1.pdf> (consultado em 10/07/2016)

**CME** (2015d) Plano Diretor Municipal de Estremoz - Sistema Socioeconómico, disponível em:

<http://pdm.estremoz.pt/files/sistema-socio-economico-1.pdf> (consultado em 10/07/2016)

**CME** (2015e) Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Estremoz, disponível em:

<http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz> (consultado em 10/02/2017)

**CME** (2015f) Plano Diretor Municipal de Estremoz - Seminário/Sessão Pública de Reflexão 18 de Junho de 2007, disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/Area-de-reabilitacao-urbana-cidade-de-estremoz> (consultado em 10/02/2017)

**CME** - Conhecer Estremoz - Património Civil, Militar e Religioso, disponível em: <http://www.cm-estremoz.pt/pagina/turismo> (consultado em 18/05/2017)

**Conferência Internacional sobre Conservação** (2000) Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consultado a 11/08/2016)

**Congresso Internacional de Arquitetura Moderna** (1993) Carta de Atenas, disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf> (consultado em 26/04/2016)

**Conselho da Europa** (1975) Carta Europeia do Património Arquitetónico, disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> (consultado em 26/04/2016)

**Direção Geral do Património Cultural** - Núcleo urbano da cidade de Estremoz / Núcleo intramuros da cidade de Estremoz, disponível em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24130](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24130)

consultado em 05/07/2016

**ICOMOS** (1964) Carta de Veneza disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> (consultado em 11/08/2016)

**ICOMOS** (1987) Carta de Washington - Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf> (consultado em 12/08/2016)

**MAOTDR** (2006) Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território, disponível em

[http://www.redeuv.com/recursos/uploc/PNPOT\\_Sumario.pdf](http://www.redeuv.com/recursos/uploc/PNPOT_Sumario.pdf) (consultado em 16/02/2017)

**Município de Torres Vedras** (2008) *Torres ao Centro – Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras*, Programa de Acção de Candidatura - Polis XXI, Parcerias para a Regeneração Urbana disponível em:

[http://www.torresaocentro.com/ficheiros/documentos/programa\\_de\\_accao\\_o\\_torres\\_ao\\_centro\\_2008.pdf](http://www.torresaocentro.com/ficheiros/documentos/programa_de_accao_o_torres_ao_centro_2008.pdf) (consultado em 18/09/2016)

**Portal da Habitação** – Vocábulo de Centros Históricos, disponível em:

[http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq\\_codvocabulo=5646](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq_codvocabulo=5646) consultado em 22/11/2015

**QREN** (2007) Programa Operacional Alentejo 2007-2013 – Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana disponível em: <https://sigpoa.ccdr-a.gov.pt/registo/getDocument/22407> (consultado em 10/02/2017)

**UNESCO** (1972) Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural disponível em

<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (consultado em 13/06/2016)

**UNESCO** (1976) Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf> (consultado em 20/04/2016)

## **ANEXOS**

I - Processo de trabalho .....	119
II - Projetos de referência .....	125
III - Fotografias da Maqueta .....	133
IV – Operacionalização/Estimativa de Custos do Projeto.....	137
V – Painéis de Apresentação .....	141



## **Anexo I**

Processo de Trabalho

## **PROCESSO DE TRABALHO**

### Estudo de oferta/procura de estacionamento no Centro Histórico de Estremoz

Para uma completa caracterização do estacionamento no Centro Histórico foi realizado um trabalho de campo com vista a fazer um levantamento da oferta de estacionamento, bem como da procura do mesmo.

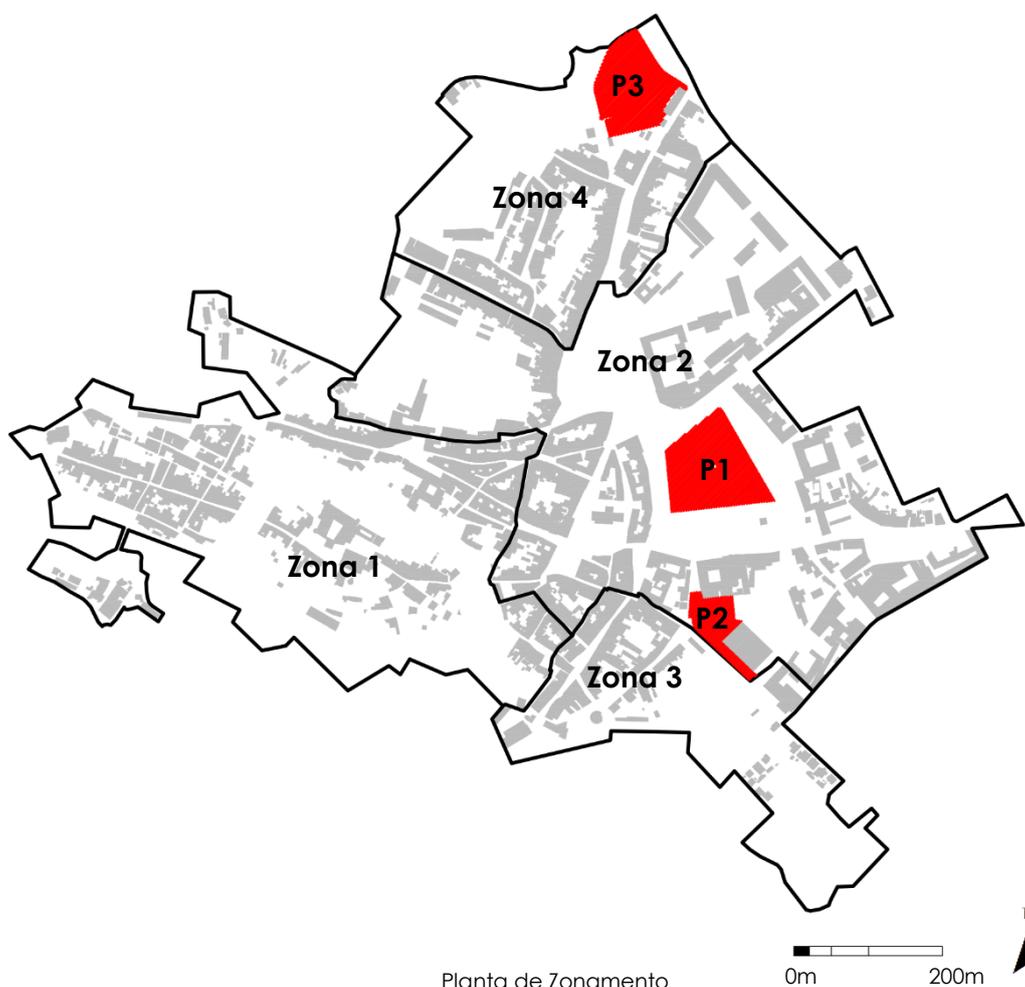
O levantamento da oferta de estacionamento foi realizado através da contabilização de todos os lugares marcados no pavimento bem como dos lugares não marcados.

No Centro Histórico de Estremoz existe um elevado número de estacionamento em locais proibidos ou em locais onde não existe qualquer sinalização, no entanto a existência de estacionamento nestes locais não permite a circulação pedonal e automóvel em condições favoráveis.

A oferta de estacionamento foi distinguida segundo o seu acesso (público ou privado) e a sua localização (em parque ou na via), todos os estacionamentos existentes no Centro Histórico são gratuitos.

Para uma melhor agregação e compreensão dos dados recolhidos, foi estabelecido um zonamento que permite avaliar a oferta/procura de estacionamento no Centro Histórico da cidade.

## Oferta de estacionamento



Zonas	Acesso		Localização	
	Público	Público/Reservado	Via	Parque
1 Castelo/Pousada	121	4	124	0
2 Centro	1354	26	433	921
3 Sul	73	0	73	0
4 Norte	731	4	153	578
Total	2278	34	783	1499
%	98,9%	1,1%	34,2%	65,8%

Após o levantamento aferiu-se que o oferta total de estacionamento público no Centro Histórico é de 2278 lugares, sendo que se acrescentam 34 lugares reservados (táxis/pessoas mobilidade reduzida/CME), 34,2% do estacionamento existente situa-se na via pública e 65,8 % em parques.

Para o cálculo da capacidade de cada parque foram contabilizados 20 m<sup>2</sup> por lugar de estacionamento.

Existem 3 parques de estacionamento no Centro Histórico:

P1 – Rossio Marquês de Pombal

P2 – Espaço junto ao convento dos congregados

P3 - Espaço junto ao centro de saúde

Para avaliar a procura de estacionamento foi realizado um levantamento do nº de veículos existentes no Centro Histórico em diferentes dias, tendo sido realizados dois levantamentos, um deles num dia de semana (sexta-feira), e num dia de fim-de-semana (sábado de manhã), a observação realizada no sábado deveu-se ao facto de o Centro Histórico de Estremoz ter um enorme fator atrativo no período da manhã deste dia que se deve à realização do mercado semanal o qual atrai não só turistas como residentes das zonas rurais envolventes, o que faz com que seja o período de maior procura de estacionamento no centro da cidade.

#### Nº de Veículos no Centro Histórico- Procura Estacionamento

Zonas	Semana - Dia	Sábado - Manhã
1 Castelo/Pousada	214	148
2 Centro	614	960
3 Sul	88	76
4 Norte	107	116
Total	1023	1300

Constata-se que a procura de estacionamento é muito distinta consoante as diferentes zonas, apenas a zona Norte e a zona Centro tem um aumento da procura no sábado de manhã, esse aumento deve-se unicamente ao fator comercial que o Centro Histórico detém neste dia.

#### Operacionalidade do Estacionamento

Zonas	Oferta Pública	Procura		Folga/Carência	
		Sem. (Dia)	Sáb. (Manhã)	Sem. (Dia)	Sáb. (Manhã)
1 Castelo/Pousada	121	214	148	-93	-27
2 Centro	1354	614	960	+740	+405
3 Sul	73	88	76	-15	-3
4 Norte	731	107	116	+624	+615
Total	2367	1023	1300	+1256	+990

A análise da oferta/procura de estacionamento permite concluir que a oferta de estacionamento no Centro Histórico é suficiente e em demasia nas zonas centro e norte, mas ineficiente na zona junto ao Castelo /Pousada e na zona Sul, estas zonas são sobretudo habitacionais e monumentais pelo que se torna necessário a criação de bolsas de estacionamento destinadas tanto a residentes como a turistas.



## **Anexo II – Projetos de Referência**

## PLANO DE CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO

Groningen | Holanda

A cidade de Groningen era até à década de 70, dominada pelo excesso de tráfego automóvel, não havia restrições à sua circulação e as ciclovias existentes eram muito poucas.

Em 1975, surge uma nova configuração para a cidade, Max Van den Berg, político local propõe o “Plano de Circulação de Tráfego”, o plano propunha dividir a zona central da cidade em 4 quadrantes, entre os quais não é permitido dirigir diretamente, assim quando um automóvel entra num anel de circulação tem de sair da região central e dar a volta ao anel exterior e entrar noutra quadrante, caso alguém queira cruzar o centro da cidade terá de dar muitas voltas e nunca poderá dirigir em linha reta já que irá encontrar muitas ruas de circulação proibida.



Divisão dos quadrantes centrais da cidade de Groningen

Fonte: <http://genos.eco.br/groningen-referencia-holandesa-em-mobilidade/>

A implementação deste plano trouxe desvantagens para os carros e vantagens para a caminhada e a bicicleta, quer em termos de aumento de segurança quer em termos de tempo de viagem que se mostra agora muito menor. O sistema foi complementado pelo fornecimento de uma estrutura cicloviária de qualidade o que levou ao incentivo da utilização desse meio de transporte, a cidade possui neste momento a maior taxa de ciclismo do mundo. A medida tornou o centro um local mais atrativo e agradável.

## RUAS PARTILHADAS

Berlim, Alemanha



Fonte: [http://2030palette.org/swatches/view/shared-streets/bonn\\_3or1.png](http://2030palette.org/swatches/view/shared-streets/bonn_3or1.png)

Torres Vedras- Portugal



Fonte: <http://patrimiodetorresvedras.blogspot.pt/2012/11/vamos-ao-manadinhas.html>

Madrid - Espanha



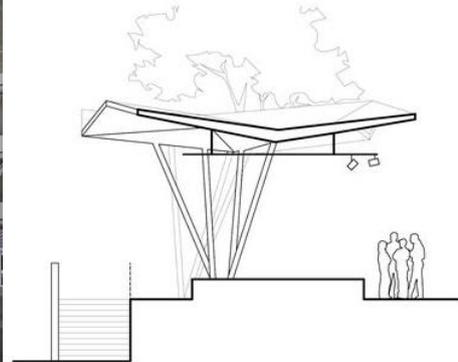
Fonte: [http://2030palette.org/swatches/view/shared-streets/madrid\\_shared\\_space\\_4.jpg](http://2030palette.org/swatches/view/shared-streets/madrid_shared_space_4.jpg)



Fonte: [http://urbanity.cc/forum/espaa/C3%B1a/extremadura/espacios-para-el-deporte-comercio-y-ocio\\_ai/882-badajoz-comercio-nuevas-aperturas-y-franauicias/paae4](http://urbanity.cc/forum/espaa/C3%B1a/extremadura/espacios-para-el-deporte-comercio-y-ocio_ai/882-badajoz-comercio-nuevas-aperturas-y-franauicias/paae4)

## MARKET PLACE SHELTER

Renens, Suiça | LocalArchitecture | 2010



Fonte: <http://localarchitecture.ch/projects/couvert-renens/>

## CENTRO ABERTO PARA AS ATIVIDADES CIDADÃS

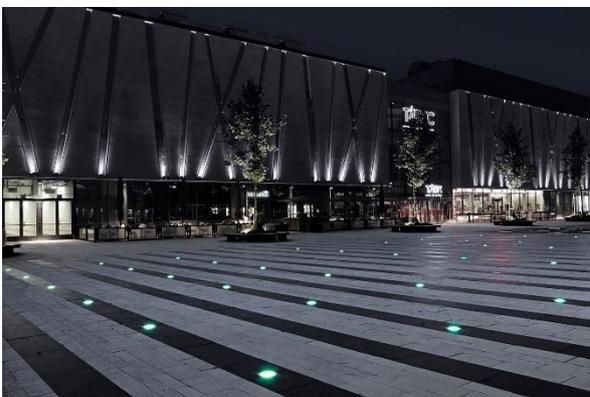
Córdoba, Espanha | Paredes Pino | 2004



Fonte: <http://www.designboom.com/architecture/paredespino-studio-centro-abierto-de-actividades-ciudadanas-cordoba>

## TÄBY TORG

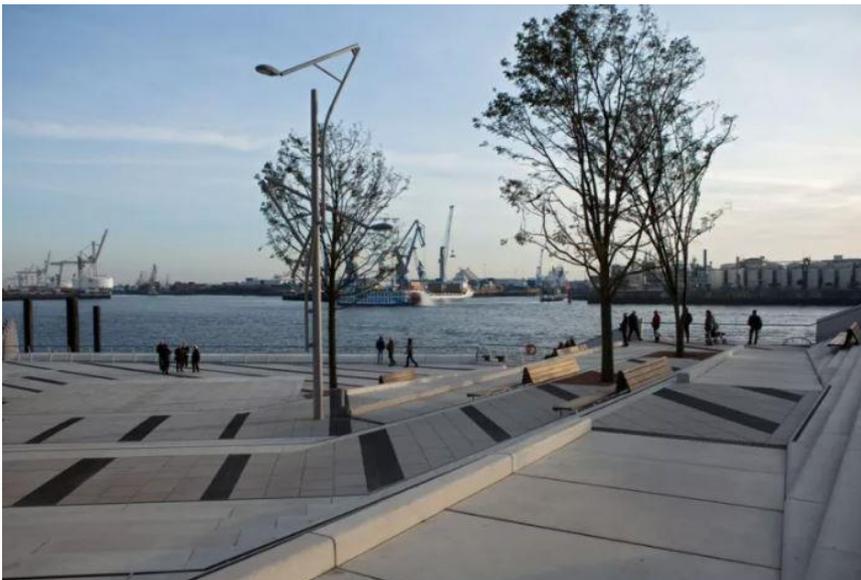
Täby, Suécia | Polyform | 2015



Fonte: <http://www.archdaily.com/780927/taby-torg-polyform/56a55161e58ecec5620016b-taby-torg-polyform-photo>

## HAFENSY PUBLIC SPACES

Hamburgo, Alemanha | Miralles Tagliabue EMBT | 2012



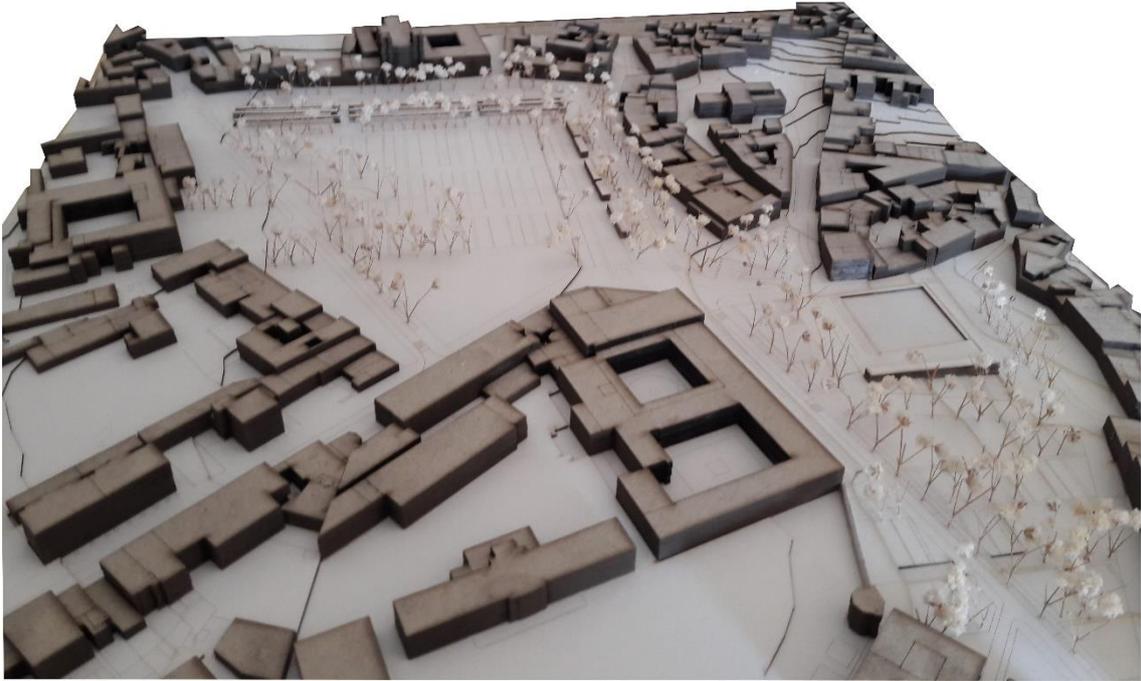
Fonte: <https://divisare.com/projects/256604-miralles-tagliabue-embt-hafencity-public-spaces>



### **Anexo III**

Fotografias da maqueta







## **Anexo IV**

Operacionalização/Estimativa de custos

## Operacionalização do Projeto

Tendo em conta a proposta urbana apresentada, propõe-se que a mesma seja viabilizada, para tal foi tido em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para a cidade de Estremoz.

Como visto anteriormente o PEDU definiu para a cidade de Estremoz várias linhas de ação, estabelecendo 5 eixos de ação, que para a presente proposta interessa mencionar apenas dois:

*“3. Assegurar uma melhor mobilidade, que contribua para qualidade ambiental e do espaço público, facilitando as deslocações pedonais, limitando o tráfego automóvel de atravessamento e ordenando restritivamente o estacionamento;*

- 1. Promover sinergias que potenciem o desenvolvimento económico e social, com destaque para os recursos endógenos;” (CME, 2015:5)*

Os eixos acima mencionados tornam possível a observação de que a mobilidade e o espaço público, bem como o desenvolvimento económico da cidade são metas a alcançar.

O Plano de Ação de Regeneração Urbana incluído no PEDU pretende associar-se à prioridade 6.5 do Plano Operacional do Alentejo 2020, promovendo um conjunto de ações a desenvolver, que incluem a reabilitação de espaços públicos, nomeadamente os espaços referentes à presente proposta de projeto, para os quais foram previstos um conjunto de investimentos:

Largo General Graça	795 180€
Espaço público estruturante do centro histórico de Estremoz	1 413 995€
Rossio Marquês de Pombal	995 749€

Quadro 1 – Estimativa de valores a investir pelo PEDU no local de intervenção

Ao PEDU aprovado a 31 de Maio de 2016, foram atribuídos cerca de 5 milhões de euros que permitem ao município intervir com vista a realizar os objetivos delimitados no plano, o valor é cofinanciado a 85% por fundos comunitários pertencentes ao Alentejo 2020.

## Estimativa de Custos do Projeto

	Unidade	Valor Unitário (em €)	Quantidade	Valor global (em €)	% valor global
<b>1. Demolição de pavimentos existentes</b>					
1.1 Demolição de pavimento betuminoso existente	m2	6,9 €	21 091	145 527,9 €	8,6%
<b>2. Execução de novos pavimentos</b>					
2.1 Fornecimento e execução de pavimento contínuo de betão	m2	18,0 €	55 623	1 001 214,0 €	59,0%
2.2 Fornecimento e execução de pavimento lajeado de betão	m2	43,0 €	3 220	138 460,0 €	8,2%
2.3 Fornecimento e execução de pavimento em calçada de blocos de betão	m2	4,0 €	8 495	33 980,0 €	2,0%
<b>3. Transplante de árvores existentes</b>					
	un	22,0 €	400	8 800,0 €	0,5%
<b>4. Zonas relvadas existentes a remover</b>					
	m2	1,6 €	5 279	8 657,6 €	0,5%
6. Fornecimento e colocação de novos postes de iluminação	un	311,0 €	40	12 440,0 €	0,7%
<b>7. Remoção de bancos de jardim existentes</b>					
	un	50,0 €	53	2 650,0 €	0,2%
<b>9. Arranjos exteriores</b>					
9.1 Execução de áreas verdes relvadas	m2	12,0 €	12 600	151 200,0 €	8,9%
9.2 Execução de caldeiras para árvores	un	43,0 €	132	5 676,0 €	0,3%
<b>10. Mobiliário Urbano</b>					
10.1 Fornecimento, execução e colocação de modelos de apoio ao comércio local (quiosques)		60 000,0 €	1	60 000,0 €	3,5%
10.2 Fornecimento, execução e colocação de estruturas de apoio ao mercado de sábado (pérgolas)	un	57,0 €	1 179	67 203,0 €	4,0%

10.3 Fornecimento e colocação de bancos em pedra mármore da região + complemento em madeira	un	1 163,0 €	39	45 357,0 €	2,7%
<b>11. Execução de plataforma em betão armado com muro de contenção de terras</b>		15 000,0 €		15 000,0 €	0,9%
<b>Estimativa de Custo Total do Projeto</b>				1 696 165,5 €	100,0%

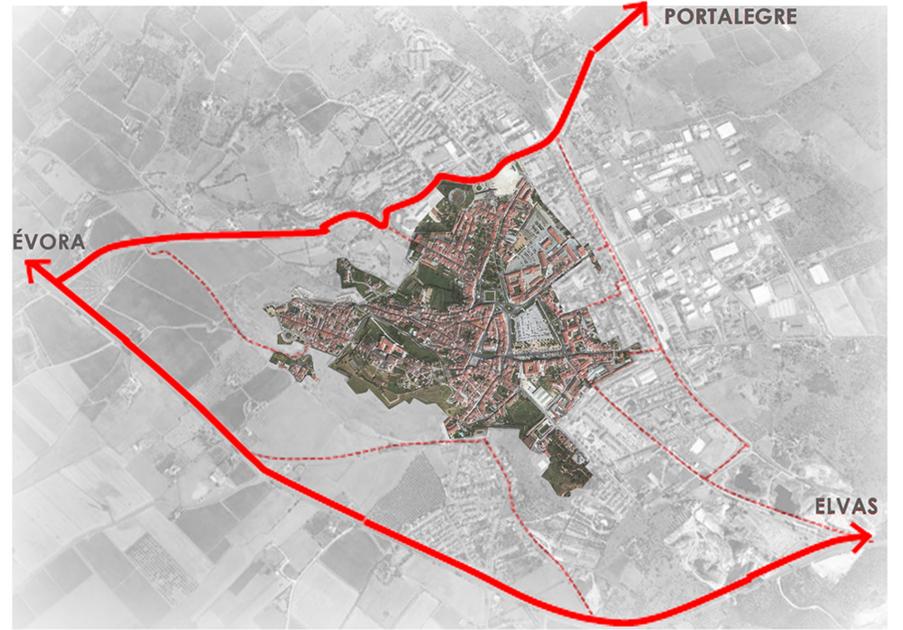
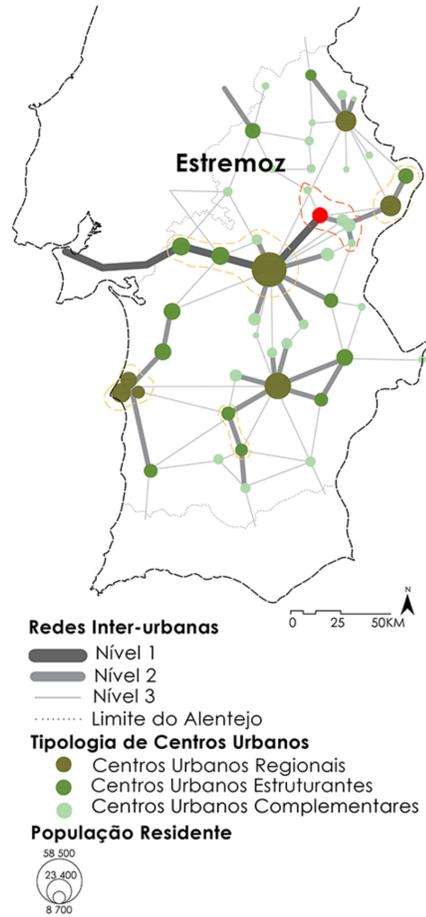
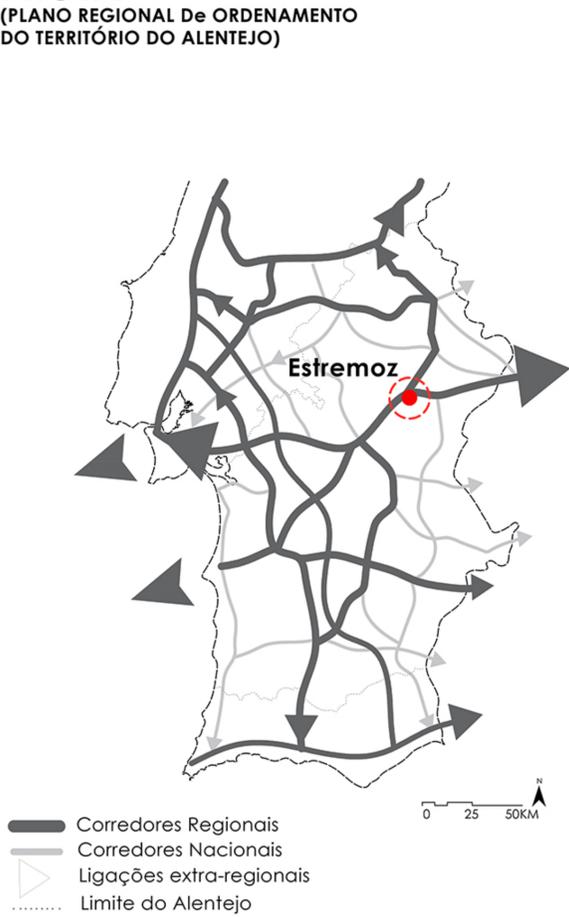
## **Anexo V**

Painéis de Apresentação

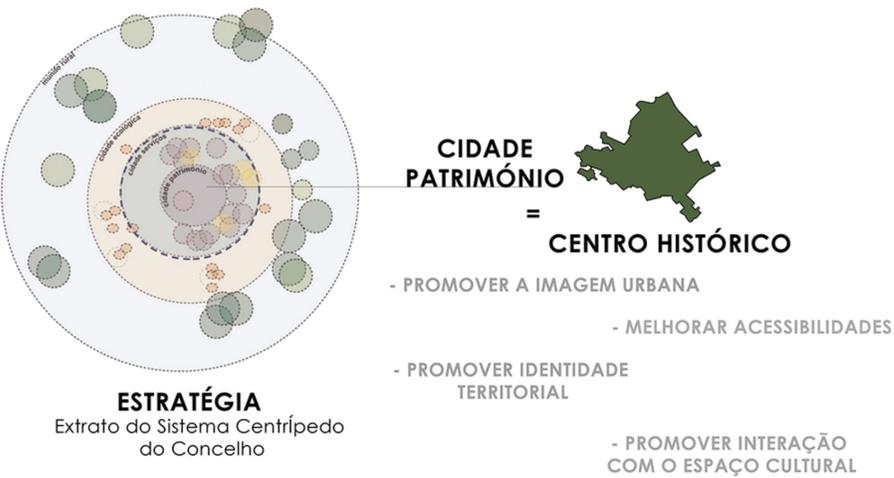
# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

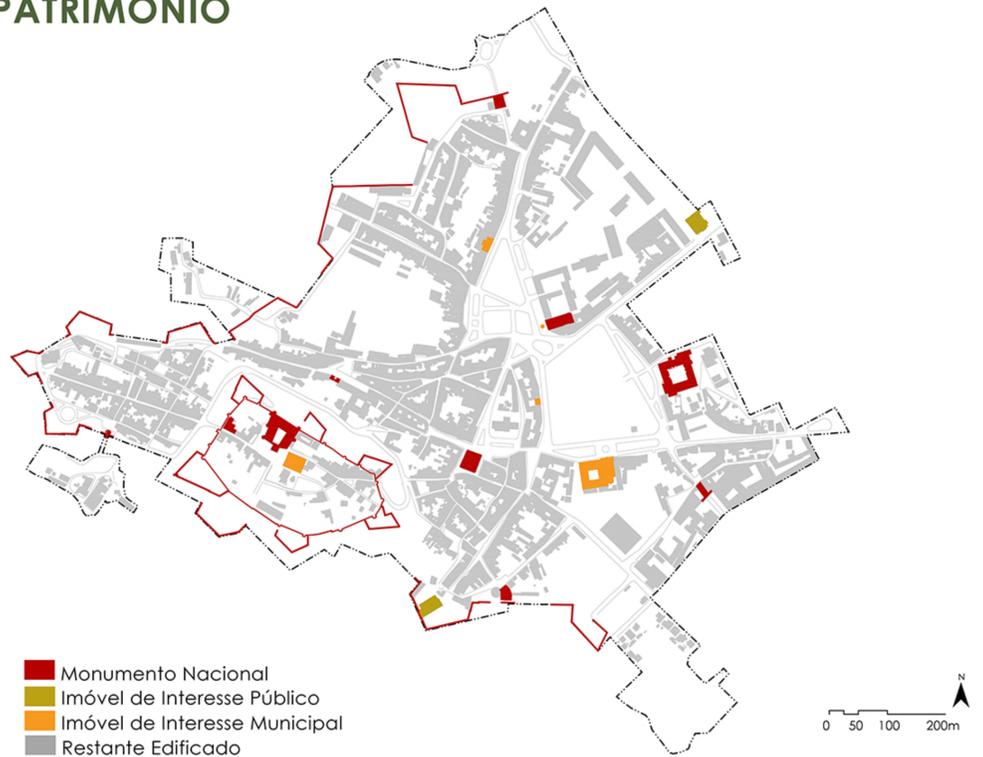
## PROTA (PLANO REGIONAL De ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALENTEJO)



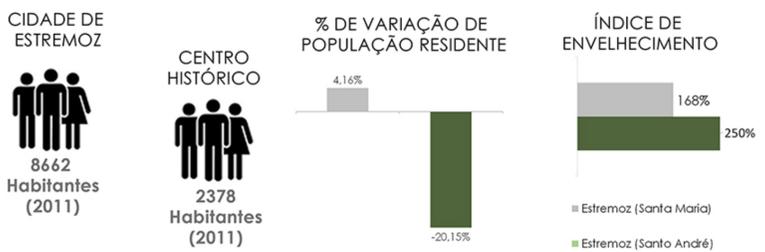
## PLANO DIRETOR MUNICIPAL



## PATRIMÓNIO



## DINÂMICA DEMOGRÁFICA



## USOS - ATIVIDADES ECONÓMICAS



## PARQUE EDIFICADO



## ECONOMIA



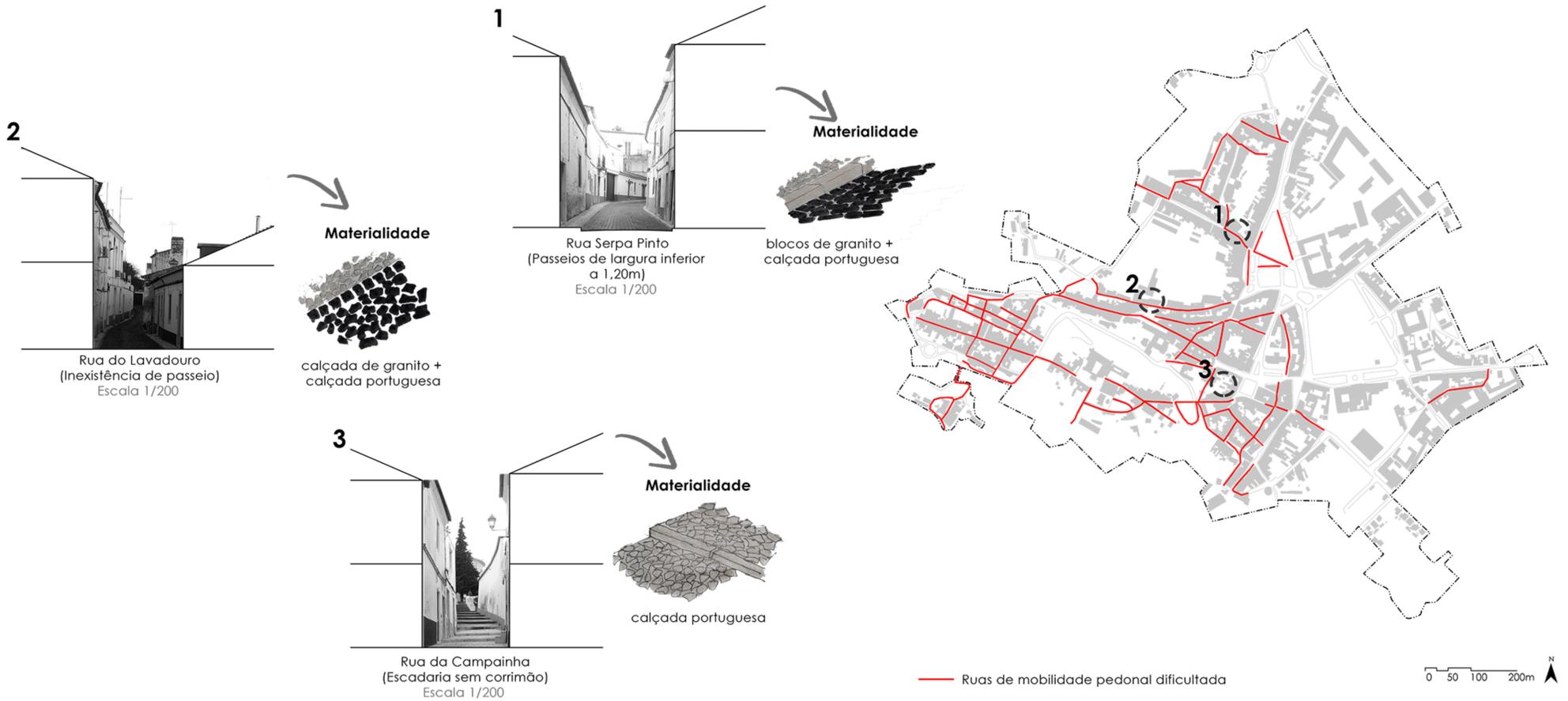
# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

## ESPAÇO PÚBLICO



## MOBILIDADE URBANA



## Centro Histórico de Estremoz



### Strengths | Forças

- Localização geográfica;
- Atratividade do setor dos mármore e dos produtos tradicionais alentejanos;
- Diversidade e riqueza de património arquitetónico;
- Comércio tradicional de rua ;

### Weaknesses | Fraquezas

- Despovoamento;
- Elevado índice de envelhecimento;
- Degradação do Parque Habitacional;
- Falta de funcionalidade dos espaços públicos;
- Mobilidade urbana reduzida;
- Falta de condições nos mercados de rua;

### Opportunities | Oportunidades

- Atividades e produções locais atrativas;
- Parque habitacional passível de ser reabilitado;
- Espaços públicos amplos;
- Mercados de rua
- Componente patrimonial;

### Threats | Ameaças

- Falta de atratividade
- Nº de idosos a residir sozinhos;
- Melhores condições de habitabilidade no extra-muros;
- Desordenamento do estacionamento;

# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

## PLANO ESTRATÉGICO

## DINAMIZAÇÃO SOCIAL, ECONÓMICA E CULTURAL

DINAMIZAÇÃO  
SOCIAL  
ECONÓMICA  
E CULTURAL

PROMOVER  
A  
MOBILIDADE  
PEDONAL

PROMOVER A  
ACESSIBILIDADE  
PEDONAL

## REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ



- Espaços Públicos a Requalificar
- ▨ Espaços de Mercado a Recuperar
- Estruturas de Comércio Local a Relocalizar
- - - Limite do Centro Histórico de Estremoz

0 50 100 200m



Mercado de sábado



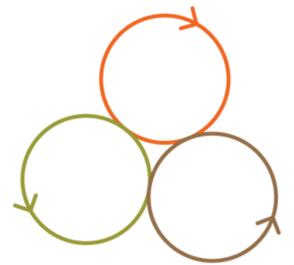
Estruturas de venda temporárias



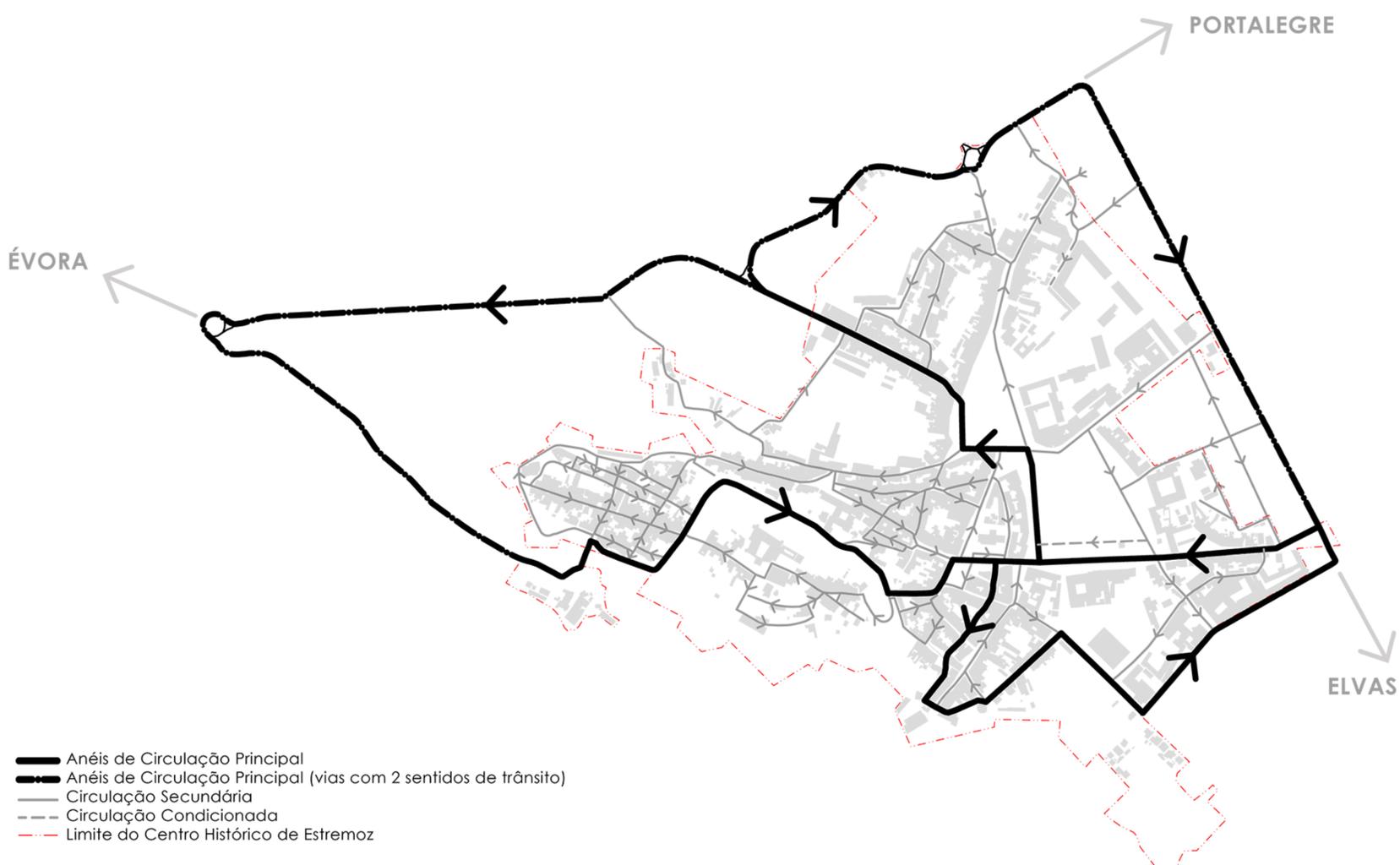
## PROMOVER A ACESSIBILIDADE PEDONAL

REORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO

SISTEMA DE ANÉIS  
DE CIRCULAÇÃO



VIAS DE SENTIDO  
ÚNICO



- Anéis de Circulação Principal
- Anéis de Circulação Principal (vias com 2 sentidos de trânsito)
- Circulação Secundária
- - - Circulação Condicionada
- - - Limite do Centro Histórico de Estremoz

0 50 100 200m

# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

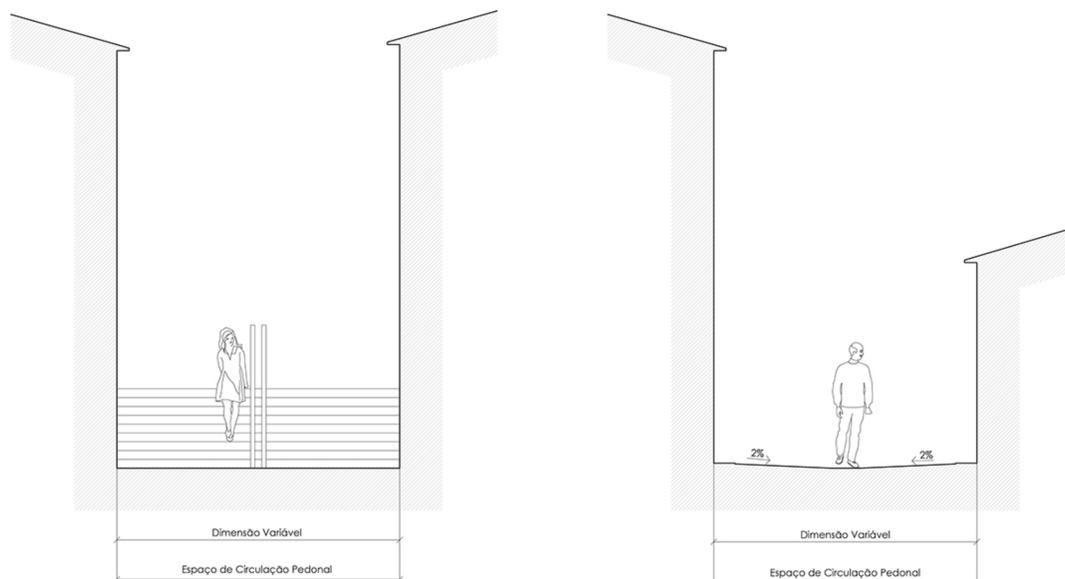
## PROMOVER A MOBILIDADE PEDONAL

### PERFIL-TIPO 1

(ruas exclusivamente pedonais)

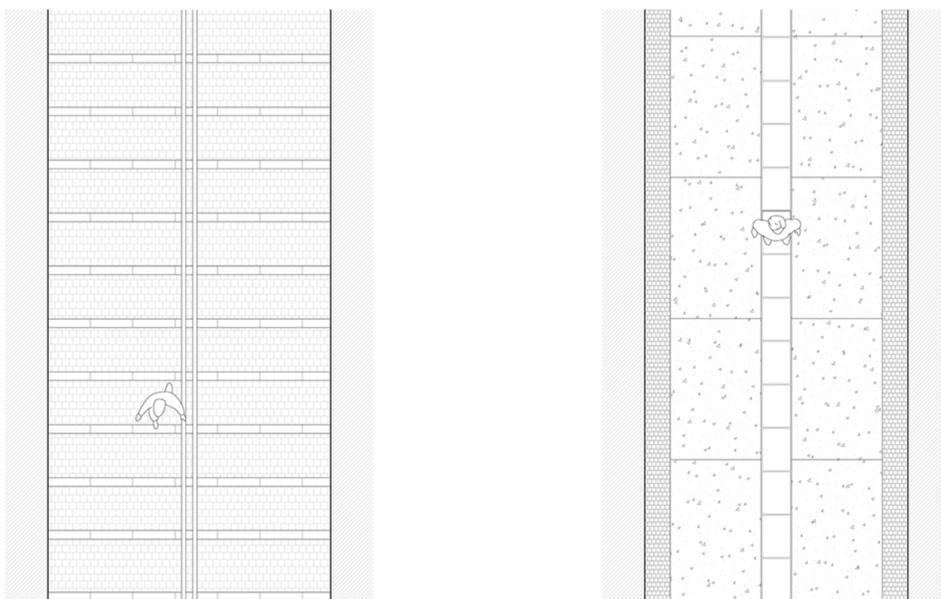
#### Variante a)

- Ruas em escadaria;
- Colocação de corrimão central quando a sua de largura se apresenta superior a 3 metros, ou dois corrimãos laterais quando a sua dimensão se apresenta inferior a 3m.

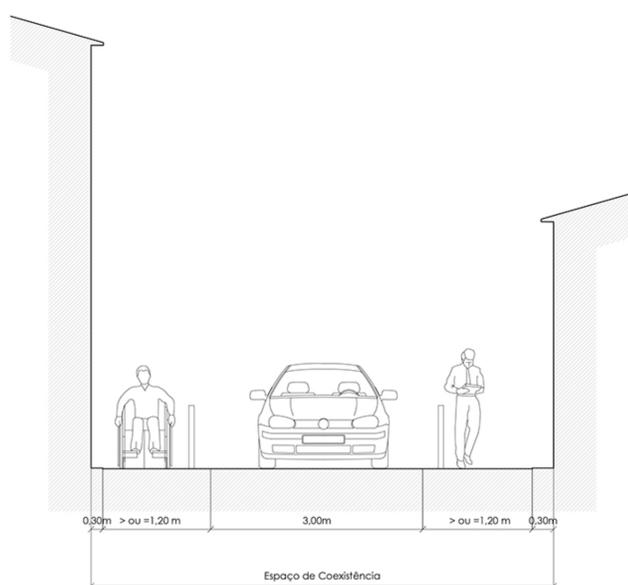
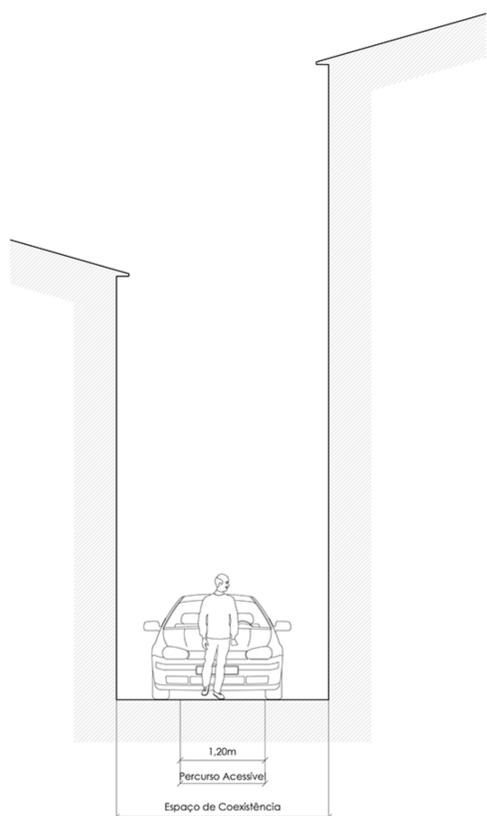


#### Variante b)

- Espaço de circulação pedonal com utilização de betão "in situ" com conjugação de lajeado de betão 60x40cm.



Escala 1/50



### PERFIL-TIPO 2

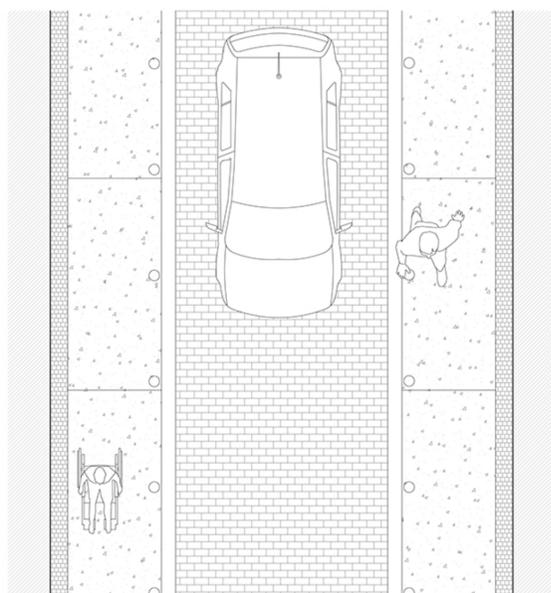
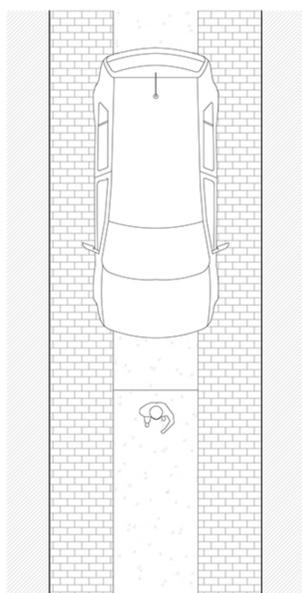
(ruas partilhadas)

#### Variante a)

- Espaço de circulação partilhada;
- Calçada de granito com espaço central em pavimento de betão "in situ" de 1,20 metros de largura.

#### Variante b)

- Espaço central de utilização partilhada;
- Calçada de granito;
- Espaços laterais de circulação pedonal, sem desnivelamento em relação ao espaço de coexistência;
- Pilaretes nas ruas comerciais.



Escala 1/50

# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

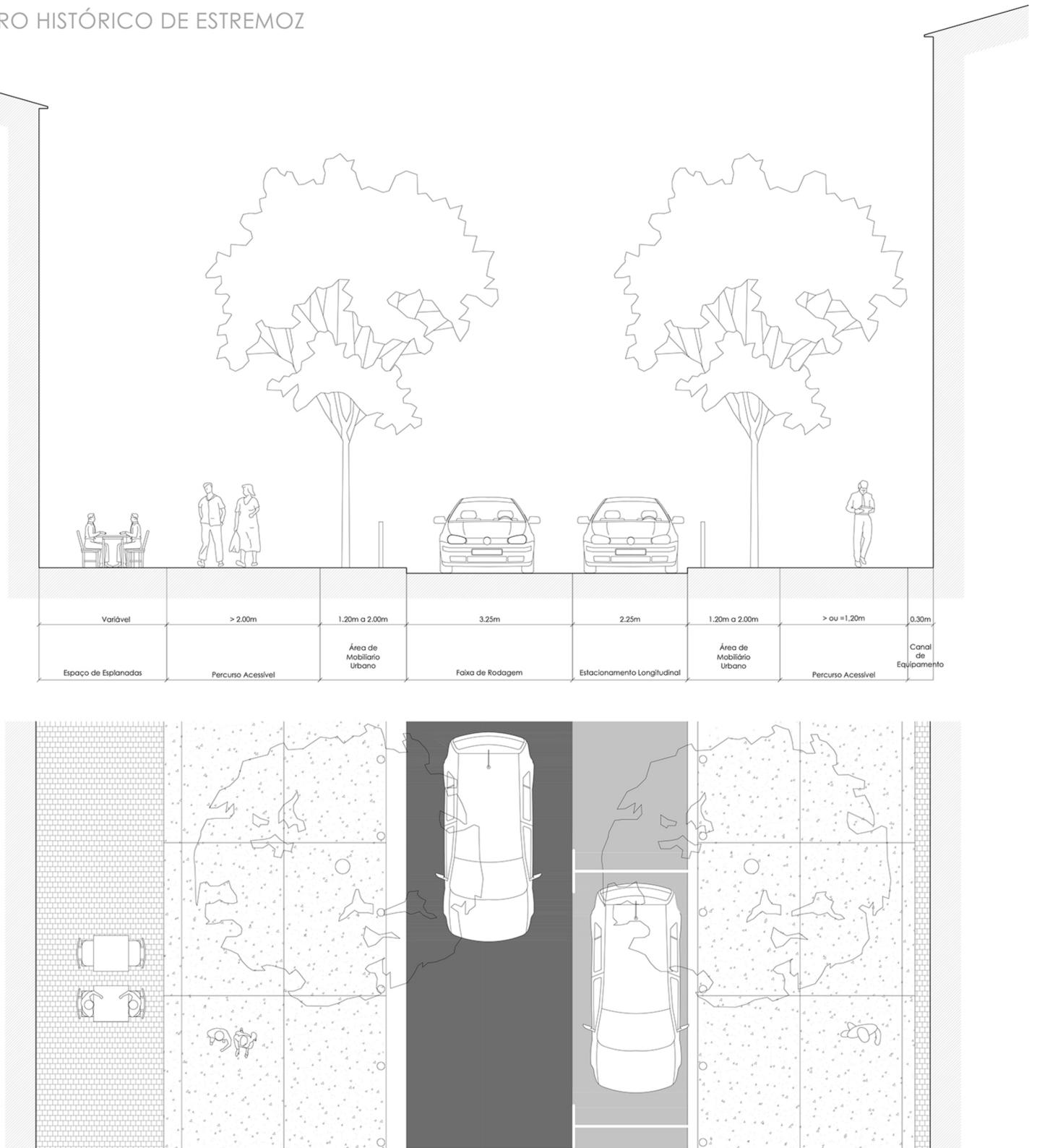
## PERFIL-TIPO 3

- Espaço de circulação rodoviária de 3,25m;

- Possibilidade de existência de espaço de estacionamento;

- Espaço de circulação pedonal com 1,20m de dimensão mínima com utilização de betão "in situ";

- Espaço de esplanadas com utilização de calçada, quando a dimensão da rua o permite.



Escala 1/50

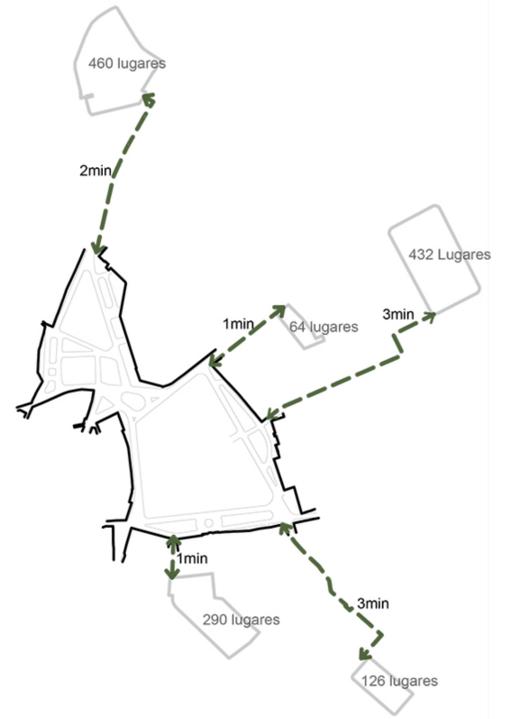
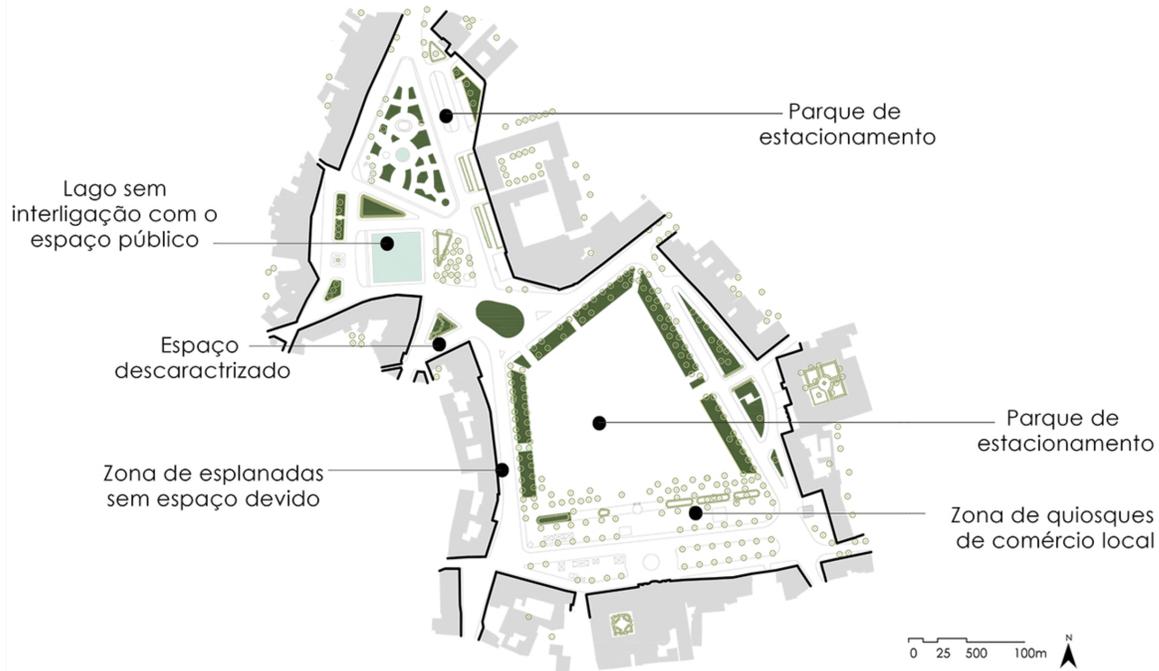
## NOVOS ARRUAMENTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ



# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ

## SITUAÇÃO EXISTENTE



Capacidade e distância de parques de estacionamento existentes na envolvente

## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



① Estruturas de apoio ao mercado de sábado

② Estruturas de apoio ao comércio local

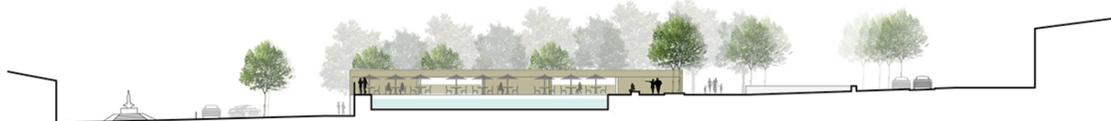
Escala 1/1000

# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ



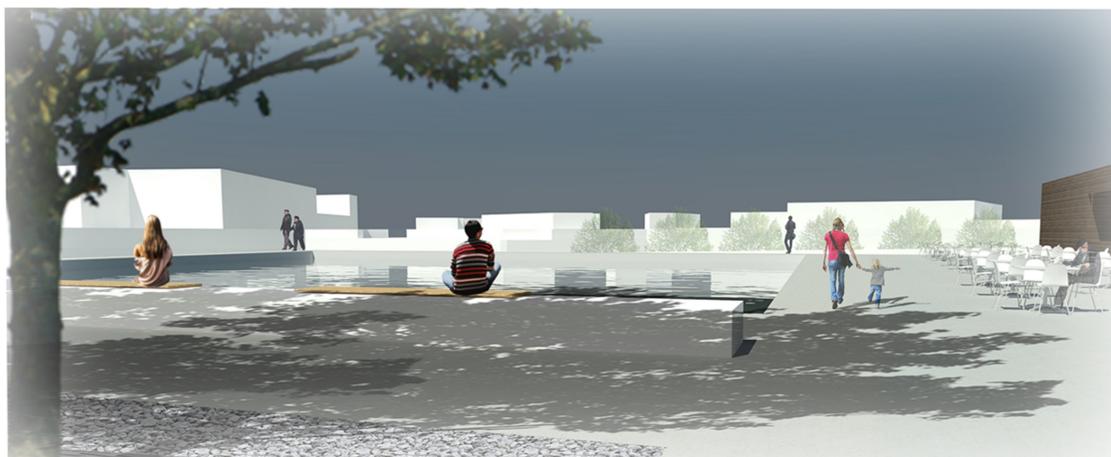
Planta do Largo General Graça e Largo dos Dragões de Olivença | Escala 1/500



Corte AA' | Escala 1/500



Corte BB' | Escala 1/500



Vivências junto ao lago do Gadanha



Espaços de estadia no acesso à zona do Lago do Gadanha

# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ



Corte CC' | Escala 1/500



Planta do Rossio Marquês de Pombal | Escala 1/500

# ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

INTERVIR PARA REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE ESTREMOZ



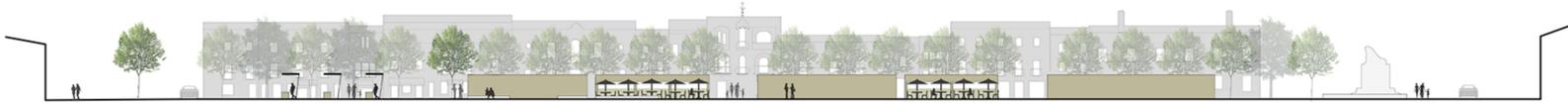
Corte DD | Escala 1/500



Estruturas de apoio ao mercado que podem adaptar-se a outras funções



Mercado de sábado



Corte EE' | Escala 1/500



Vivências junto aos módulos de apoio ao comércio local

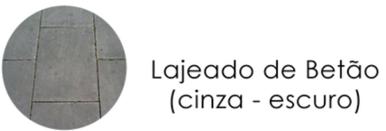


Vivências nos espaços verdes e zonas de estadia

## MATERIALIDADE



Vegetação



Lajeado de Betão (cinza - escuro)



"In Situ" de betão



Madeira

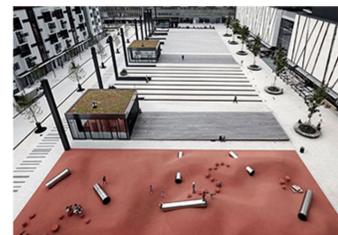


Mármore de Estremoz



## REFERÊNCIAS

TÄBY TORG  
Täby, Suécia | Polyform | 2015



MARKET PLACE SHELTER  
Renens, Suíça | LocalArchitecture | 2010



HAFENSY PUBLIC SPACES  
Hamburgo, Alemanha | Miralles Tagliabue EMBT | 2012

